



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

ELIDETH PACHECO MONTEIRO

**SUCCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL: UMA
ANÁLISE NA REGIÃO BRAGANTINA, NORDESTE PARAENSE**

**BELÉM
2023**

ELIDETH PACHECO MONTEIRO

**SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL: UMA
ANÁLISE NA REGIÃO BRAGANTINA, NORDESTE PARAENSE**

Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Rural da Amazônia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Área de concentração: Agronomia. Linha de pesquisa: Socioeconomia, Recursos Naturais e Desenvolvimento do Agronegócio para obtenção do título de Doutora em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos

**BELÉM
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas da Universidade Federal Rural da Amazônia
Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pela autora

- M772s Monteiro, Elideth Pacheco
Sucessão na Agricultura Familiar e Pesca Artesanal : Uma Análise na Região Bragantina,
NordesteParaense / Elideth Pacheco Monteiro. - 2023.
163 f. : il. color.
- Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PGAGRO), Campus
Universitário de Belém, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos
1. Processo Sucessório. 2. Pequeno Produtor. 3. Desenvolvimento Rural. 4. Jovens
Rurais. 5. Desigualdade de Gênero. I. Santos, Marcos Antônio Souza dos, *orient.* II. Título

CDD

331.119309811

ELIDETH PACHECO MONTEIRO

**SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL: UMA
ANÁLISE NA REGIÃO BRAGANTINA, NORDESTE PARAENSE**

Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal Rural da Amazônia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Área de concentração: Agronomia. Linha de pesquisa: Socioeconomia, Recursos Naturais e Desenvolvimento do Agronegócio para obtenção do título de Doutora em Agronomia.

Data da Defesa

22/11/2023

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Marcos Antônio Souza dos Santos - Orientador
Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA



Prof.ª Dra. Cyntia Meireles Martins
Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA



Prof.ª Dra. Maria Lúcia Bahia Lopes
Universidade da Amazônia - UNAMA



Prof. Dr. Marcos Ferreira Brabo
Universidade Federal do Pará - UFPA



Prof.ª Dra. Janayna Galvão de Araújo
Universidade do Estado do Amapá - UEAP

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, João Saraiva, que já não está mais entre nós, mas que sempre me incentivou em todos os meus projetos de vida. Obrigado por todo amor, todas as orações em meu nome, pelas palavras amorosas e por sempre acreditar em mim. Essa conquista é nossa, Paizinho!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por iluminar meu caminho concedendo-me coragem e serenidade para cursar um doutorado.

A Capes pela bolsa de doutorado que auxiliou financeiramente no desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu querido orientador, Prof. Marcos Antônio Souza dos Santos, pela oportunidade, empenho e disponibilidade, durante todo o período de construção e elaboração da tese. Profissional de postura e sensibilidade, que compreende nossas limitações e identifica nossas qualidades, cobrando quando preciso e enaltecendo as evoluções com um único objetivo, de prepara-nos da melhor maneira para o futuro.

Agradeço à Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PGAgro), por ter me acolhido nesta empreitada. Estendo a minha gratidão a todos os profissionais desta instituição, a destacar: os professores, técnicos e demais colaboradores que desenvolvem com grande competência este programa.

Aos Professores que participaram da banca de qualificação, se dispondo a ler este trabalho e apontando valiosas contribuições, Cyntia Meireles Martins, Janayna Galvão de Araújo, Maria Lúcia Bahia Lopes e Marcos Ferreira Brabo.

A minha adorável mãe, Maristela Pacheco que tem sido meu pilar de sustentação e agora rede de apoio com a minha filha, possibilitando eu dar seguimento a pesquisa. Ela que jamais me deixou duvidar de minha capacidade e me impulsiona todos os dias com muito amor a buscar meus sonhos.

A Maria Helenna, filha amada, pelo amor revigorante, mesmo diante de minhas ausências.

Aos meus irmãos Elizete, Edian, Elizângela, Luiz Félix e Cristiano pelo amor, conselhos, apoio e participação efetiva em todos os momentos de minha vida. Sei o quanto vocês vibraram comigo a cada conquista, em especial a Eliana por acreditar e me ajudar sempre que preciso.

Ao José Francisco, pelo seu carinho e constante incentivo, mas principalmente por sua compreensão em todos os momentos que precisei estar ausente por conta do trabalho.

Ao meu amigo, Weverton John pela parceria, ajuda e apoio em todos os momentos da minha vida acadêmica e pessoal.

Aos amigos Geany, Joyce, Alexia, Paola, Anna Karyne e Luan pela amizade, respeito e pelos momentos que compartilhamos juntos, os quais foram fundamentais para minha aprendizagem.

Aos agricultores familiares e pescadores artesanais de Bragança, Augusto Corrêa e Vi-seu, no Pará, que, generosamente, me receberam em suas casas ou em seus ambientes de trabalho e falaram sobre suas aspirações sucessórias. E também aos potenciais sucessores, que se dispuseram em responder questões sobre suas vidas e de seus projetos, proporcionando-nos um amplo aprendizado que resultou na construção dessa tese.

RESUMO

A permanência e a sucessão na pesca artesanal e nas pequenas propriedades na agricultura familiar, representam um desafio ao desenvolvimento rural e social. Compreender o cenário em que se encontra o processo de sucessão familiar dessas atividades, buscar alternativas que possam minimizar o êxodo rural e contribuir para a permanência dos jovens no campo, tornam-se necessárias e urgentes, uma vez que, essas questões ameaçam a geração de renda e trabalho e a produção local de alimentos. Para o estudo foram escolhidos municípios pertencentes a mesorregião Nordeste Paraense, pelas suas características rurais alicerçadas na agricultura familiar e na pesca artesanal. A pesquisa está composta por cinco capítulos, sendo o I contemplando a parte introdutória da tese. O capítulo II constituiu-se de uma revisão sistemática da literatura, realizada de acordo com a diretriz PRISMA, de onde partiu a identificação, triagem e a inclusão dos trabalhos aptos a análise, que resultou em 87 artigos relevantes para o tema. Para a construção dos outros três capítulos foram elaborados modelos distintos de questionários direcionados aos gestores dos estabelecimentos agrícolas e a seus filhos, totalizando uma amostra de 300 participantes pertencentes aos municípios de Bragança, Viseu e Augusto Corrêa, localizados na região Bragantina do estado do Pará, a fim de conhecer as percepções dos possíveis sucessores e identificar as expectativas dos chefes dos estabelecimentos rurais sobre a sucessão geracional nas unidades produtivas. Os artigos que compuseram os capítulos III e IV fizeram uso de dados quantitativos e qualitativos, desenvolvidos a partir de análises descritiva, enriquecidos com procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. O capítulo V, utilizou as diretrizes da *Q-Methodology*, desenvolvida em quatro etapas principais: *Concourse* e seleção da amostra sobre o assunto específico (*Q-Set* ou *Q-Sample*); amostragem dos participantes (*P-Set*); aplicação da metodologia (*Q-Sort*) e análise fatorial e estatística descritiva. Após análises, constatou-se no capítulo II que os estudos se concentram, principalmente, na opinião do agricultor principal e de jovens agricultores, e desconsidera os demais membros da família, em especial as mulheres. Observou-se que a região Sul abrange 67,4% das publicações com destaque para o Rio Grande do Sul, enquanto o estado do Pará representa 3,37%. Os artigos destacam que a valorização da agricultura, a produção diversificada, pluriatividade, participação do jovem na tomada de decisão e o apoio familiar estimulariam a sucessão geracional, enquanto as dificuldades financeiras e de acesso a crédito, o processo sucessório sem planejamento, ausência de políticas públicas, desigualdades de gênero e escassez de assistência técnica rural são os principais fatores que influenciam negativamente o processo sucessório. No que concerne aos capítulos III e IV observou-se que o anseio dos jovens em abandonar o campo é influenciado principalmente pelo desejo utópico quanto a autonomia financeira (21,7%), aliado a penosidade das atividades produtivas (16,7%), a falta de investimentos nas unidades produtivas (15,4%) e o baixo retorno econômico (12,2%) proveniente da pesca artesanal e da agricultura. Adicionalmente eles recebem, na maioria das vezes, apoio dos pais para o abandono, os quais afirmam não querer que os filhos continuem nas atividades, pois as consideram desgastantes (55,8%). O cenário aponta que os principais condicionantes para permanência dos jovens nos estabelecimentos rurais é o seu orgulho pela profissão de seus pais (41,7%), seguido pela valorização da atividade (26,7%) e pela expectativa de renda (21,7%), mas os possíveis sucessores atribuem também que o incentivo (55%) e maior abertura dos gestores para a tomada de decisão nas atividades (56,7%) poderia influenciar positivamente sua permanência. Por sua vez, os responsáveis familiares acreditam que fatores como gostar de viver no meio rural (34,2%) e ser dono do próprio negócio (28,3%) possa favorecer a reprodução social dessas famílias. Por fim, constatou-se que 88,3% dos responsáveis familiares ainda não tinham ouvido falar sobre o termo sucessão familiar, tampouco receberam qualquer orientação (99,2%). Em suas percepções, os filhos não querem mais permanecer nas atividades (50,9%) e talvez, por conta disso, eles ainda não conseguiram definir um sucessor (52,5%), optando por incentivar cada vez mais seus filhos a migrarem e buscar melhores con-

dições de vida em cidades mais desenvolvidas. O capítulo V, destacou sete principais pontos de vista, no que concerne à sucessão na perspectiva das moças, sendo eles: condições de trabalho, condições de vida, atratividade de socialização, apoio familiar, organizações associativas, amparo institucional e atratividade do meio rural e autonomia financeira. Desse modo, conclui-se que, falta incentivo dos pais e preparação para o processo sucessório, falta interesse por parte dos jovens, bem como há necessidade de políticas públicas através da atuação dos órgãos responsáveis, que ofereçam condições para estimular essas moças e rapazes, por meio de alternativas que lhes promova perspectivas de prosperidade e então ascensão socioeconômica, favorecendo sua permanência no campo, e conseqüentemente a manutenção e desenvolvimento dessas atividades.

Palavras-chave: Processo Sucessório; Pequeno Produtor; Desenvolvimento Rural; Jovens Rurais; Desigualdade de gênero.

ABSTRACT

The permanence and succession of artisanal fishing and small family farming properties represent a challenge to the survival of rural and social development. Understanding the scenario in which the process of family succession of these activities finds itself, seeking alternatives that can minimize the rural exodus and contribute to the permanence of young people in the countryside, become necessary and urgent, since these issues threaten the generation of income and works and local food production. For the study, municipalities belonging to the Northeast Pará mesoregion were chosen, due to their rural characteristics based on family farming and artisanal fishing. The research is composed of five chapters, with I covering the introductory part of the thesis. Chapter II consisted of a systematic review of the literature, carried out in accordance with the PRISMA guideline, which led to the identification, screening, and inclusion of works suitable for analysis, which resulted in 87 articles relevant to the topic. For the construction of the other three chapters, different models of questionnaires were developed aimed at managers of agricultural establishments and their children, totaling a sample of 300 participants belonging to the municipalities of Bragança, Viseu and Augusto Corrêa, in Pará, in order to understand the perceptions of possible successors and identify the expectations of heads of rural establishments regarding generational succession in their production units. The articles that made up chapters III and IV made use of quantitative and qualitative data, developed from descriptive analyses, enriched with bibliographic and documentary research procedures. Chapter V used the Q Methodology guidelines, developed in four main stages: Concourse and sample selection on the specific subject (Q-Set or Q-Sample); sampling of participants (P-Set); application of the methodology (Q Sort) and factor analysis and descriptive statistics. After analysis, it was found in article I that the studies focus on the opinion of the main farmer and young farmers, and disregard other family members, especially women. It was observed that the South region covers 67.4% of publications, with emphasis on Rio Grande do Sul, while the state of Pará represents 3.37%. The articles highlight that the valorization of agriculture, diversified production, pluriactivity, young people's participation in decision-making and family support would stimulate generational succession on agricultural properties, while financial difficulties and access to credit, the unplanned succession process, lack of public policies, gender inequalities and scarcity of rural technical assistance are the main factors that negatively influence the succession process. Regarding chapters III and IV, it was observed that the desire of young people to abandon the countryside is mainly influenced by the utopian desire for financial autonomy (21.7%), combined with the hardship of productive activities (16.7%), the lack of investment in production units (15.4%) and the low economic return (12.2%) from artisanal fishing and agriculture. Additionally, they receive, most of the time, support from their parents for abandonment, who state that they do not want their children to continue with the activities, as they consider them exhausting (55.8%). The scenario shows that the main conditions for young people to stay in rural establishments is their pride in their parents' profession (41.7%), followed by the appreciation of the activity (26.7%) and the expectation of income (21.7%), but potential successors also attribute that the incentive (55%) and greater openness of managers to decision-making in activities (56.7%) could positively influence their permanence. In turn, family leaders believe that factors such as liking to live in rural areas (34.2%) and owning their own business (28.3%) can favor the social reproduction of these families. Finally, it was found that 88.3% of family heads had not yet heard about the term family succession, nor had they received any guidance (99.2%). In their perceptions, their children no longer want to remain in the activities (50.9%) and perhaps, because of this, they have not yet been able to define a successor (52.5%), opting to increasingly encourage their children to migrate and seek better living conditions in more developed cities. Chapter V highlighted seven main points of view regarding succession from the girls' perspective, namely: working conditions, living conditions, attractiveness of sociali-

zation, family support, associative organizations, institutional support, and attractiveness of rural and financial autonomy. Therefore, it is concluded that there is a lack of encouragement from parents and preparation for the succession process, a lack of interest on the part of young people, as well as the need for public policies through the actions of responsible bodies, which offer conditions to stimulate these girls and boys, through alternatives that promote prospects of prosperity and then socioeconomic advancement, favoring their permanence in the countryside and then the maintenance and development of these activities.

Keywords: Succession Process; Small Producer; Rural Development; Rural Young; Gender inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO I

FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica da região de estudo com destaque para os municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.....33

CAPÍTULO II

FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma prisma estruturado em três principais etapas: 1) identificação dos artigos, 2) triagem para exclusão de artigos off topic, 3) seleção final dos artigos e análise bibliométrica.....51

Figura 2 - Nuvem de palavras destacando os termos mais frequentes relacionadas a sucessão na agricultura familiar nos últimos 20 anos.....62

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição temporal das publicações.....52

QUADROS

Quadro 1 - Enfoques dos estudos sobre agricultura familiar no Brasil realizados no período de 2002 a 2022 com os possíveis fatores determinantes para a tomada de decisão do agricultor.....56

Quadro 2 - Enfoques dos estudos sobre agricultura familiar no Brasil realizados no período de 2002 a 2022 com fatores que afetam a intenção do agricultor de permanecer na atividade.....59

CAPÍTULO III

FIGURAS

Figura 1- Entrevista com pescadores artesanais e agricultores familiares nos municípios de: A e B) Viseu; C) Augusto Corrêa e D) Bragança.....77

Figura 2 - Alguns meios de produção desenvolvidos nos municípios investigados: A) pesca; B) lavoura; C) piscicultura e D) pecuária.....81

Figura 3 - Comercialização de alguns produtos provenientes da produção agrícola.....82

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição relacionada a divisão de rendas.....86

Gráfico 2 - Média da quantidade de filhos versus a médias dos filhos que trabalham nas atividades agrícolas.....90

Gráfico 3 - Distribuição das porcentagens de filhos que residem em outro estado.....90

Gráfico 4 - Expectativas em relação ao futuro dos seus estabelecimentos rurais nas mãos dos seus sucessores.....96

CAPÍTULO IV

FIGURAS

Figura 1 - Imagens retiradas durante as entrevistas.....107

Figura 2 - Jovens executando atividades agrícolas: A) Vila do Treme (Bragança); B) Comunidade do Sumaúma e C) Vila do Biteua (Viseu); D) Vila de Nova Olinda (Augusto Corrêa).....117

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principais áreas de atuação pretendidas pelos jovens rurais.....111

Gráfico 2 - Principais fontes de rendas citada pelos entrevistados nos três municípios.....114

Gráfico 3 - Distribuição dos tipos de gastos dos jovens agricultores familiares.....115

Gráfico 4 - Distribuição do pensamento dos jovens agricultores familiares em relação ao trabalho agrícola.....116

Gráfico 5 - A) distribuição da avaliação do modo de vida dos pais e; B) disposição para reproduzir o modo de vida deles.....116

CAPÍTULO V

FIGURAS

Figura 1 - Participantes entrevistadas durante a coleta de dados.....131

Figura 2 - Jogo de tabuleiro utilizado para obtenção de Amostra Q.....132

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO I

Tabela 1 - Estabelecimentos familiar e não familiar nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, em 2017.....	34
--	----

CAPÍTULO II

Tabela 1 - Os estados e regiões brasileiras que publicaram artigos sobre sucessão na agricultura familiar, nos últimos 20 anos.....	53
Tabela 2 - Relação dos periódicos mais visados para publicações sobre sucessão na agricultura familiar nos últimos 20 anos, no Brasil.....	54

CAPÍTULO III

Tabela 1 - Perfil dos chefes dos estabelecimentos rurais entrevistados em cada município.....	79
Tabela 2 - Condições de trabalho e renda dos chefes dos empreendimentos familiares dos municípios de Viseu, Augusto Corrêa e Bragança.....	84
Tabela 3 - Condições de propriedade relativa aos meios de produção nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.....	88
Tabela 4 - Principais destinos dos filhos dos produtores.....	91
Tabela 5 - Percepção dos produtores sobre a sucessão geracional.....	92
Tabela 6 - Perspectivas dos produtores quanto a sucessão geracional nos três municípios.....	94
Tabela 7 - A perspectiva dos produtores com relação aos fatores que podem facilitar a permanência dos filhos em suas atividades rurais.....	96

CAPÍTULO IV

Tabela 1 - Perfil geral dos jovens rurais entrevistados nos três municípios.....	109
Tabela 2 - Situação de estudo dos jovens entrevistados nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.....	110
Tabela 3 - Situação de inclusão de políticas públicas e as perspectivas dos jovens entrevistados quanto a presença de assistência técnica e financiamentos bancários nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.....	112
Tabela 4 - Possibilidade de pagamento pelas atividades realizadas nas unidades de produção familiar nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.....	114
Tabela 5 - Perspectivas dos jovens rurais sobre o trabalho agrícola e possibilidade ou não de sucessão nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.....	118
Tabela 6 - Aspectos elencados pelos jovens rurais de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu que interferem para sua permanência ou não no campo.....	120
Tabela 7 - Principais destinos relatados pelos jovens dos três municípios.....	122

CAPÍTULO V

Tabela 1 - Perfil das jovens agricultoras entrevistadas na pesquisa nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.....	134
Tabela 2 - Matriz fatorial dos pontos de vista das participantes e definição de <i>Q-sorts</i> , no município de Bragança.....	135
Tabela 3 - Carregamentos fatoriais de cada participante e definição de <i>Q-sorts</i> das participantes (em negrito) do município de Viseu.....	136
Tabela 4 - Carregamentos fatoriais de cada participante de Augusto Corrêa e definição de <i>Q-sorts</i> (em negrito).....	137
Tabela 5 - Lista de declarações e respectivas pontuações por fator rotacionado.....	139

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Histórico da região Bragantina	16
1.2 Agricultura familiar na região Bragantina	18
1.3 Pesca artesanal na região Bragantina	22
1.4 Sucessão na agricultura familiar e pesca artesanal	24
1.5 O problema e sua importância	29
1.6 Hipóteses	31
1.7 Objetivo geral	31
1.8 Objetivos específicos	31
1.9 Estrutura da tese	32
1.10 Área de estudo	32
REFERÊNCIAS	35
2. SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	46
2.1 Introdução	48
2.2 Material e Métodos	50
2.3 Resultados e Discussão	51
2.4 Conclusão	62
REFERÊNCIAS	63
3. SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR BRAGANTINA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PAIS	71
3.1 Introdução	73
3.2 Material e Métodos	75
3.3 Resultados e Discussão	77
3.3.1 Perfil dos chefes dos estabelecimentos rurais	77
3.3.2 Condições de trabalho e renda	79
3.3.3 Condições da propriedade relativa aos meios de produção	84
3.3.4 Percepção dos pais sobre a sucessão geracional na agricultura familiar e pesca artesanal	89
3.3.5 Perspectiva dos pescadores e agricultores quanto a intenção de sucessão de seus filhos	91
3.4 Conclusão	95
REFERÊNCIAS	97
4. PERMANÊNCIA E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR BRAGANTINA: A PERSPECTIVA DOS JOVENS	101
4.1 Introdução	103
4.2 Material e Métodos	104
4.2.1 Amostragem e levantamento	104
4.3 Resultados e Discussão	106

4.3.1 Caracterização dos jovens rurais	106
4.3.2 Condições de inclusão social para a sucessão das atividades rurais	109
4.3.3 Condições de trabalho, renda e perspectiva de sucessão das atividades rurais	111
4.4 Conclusão	120
REFERÊNCIAS	123
5. TRANSMISSÃO GERACIONAL DE MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL	126
5.1 Introdução.....	127
5.2 Material e Métodos.....	128
5.2.1 <i>Concourse</i> e Amostra Q.....	128
5.2.2. P-set.....	129
5.2.3. <i>Q-sort</i> - procedimentos de seleção	130
5.2.4. Correlação e Extração de Fatores.....	131
5.3 Resultados	132
5.3.1 Perspectiva quanto as condições de trabalho	138
5.3.2 Perspectiva quanto as condições de vida.....	138
5.3.3 Perspectiva quanto a atratividade de socialização.....	139
5.3.4 Perspectiva quanto ao apoio familiar	140
5.3.5 Perspectiva quanto as organizações associativas	140
5.3.6 Perspectiva quanto ao amparo institucional e atratividade do meio rural	141
5.3.7 Perspectiva quanto a autonomia financeira.....	142
5.4 Discussão	142
5.5 Conclusão	146
REFERÊNCIAS	147
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
APÊNDICES.....	154

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e a pesca artesanal são segmentos essenciais para o abastecimento alimentar, a geração de ocupação de trabalho e a conservação das culturas próprias do meio rural brasileiro. A diversidade produtiva é uma das características marcantes desses setores, pois, muitas vezes, alia a produção de subsistência à uma produção destinada ao mercado (GOVERNO DO BRASIL, 2019). No estado do Pará, assim como em outras regiões do país, os trabalhadores são pessoas geralmente da própria família que trabalham unidos para assegurar seu sustento e vender o excedente, gerando renda e contribuindo com o desenvolvimento econômico da região.

A sucessão geracional é fundamental para dar seguimento as unidades de produção familiar, estando associada a diversos fatores, como a viabilidade econômica das propriedades, a cultura e os objetivos pessoais dos possíveis sucessores. De acordo com Diniz *et al.* (2013), o papel dos gestores é de grande relevância para a permanência ou não dos jovens, pois os pais podem estimular (ou desestimular) seus filhos a continuarem na propriedade dando seguimento as atividades produtivas, possibilitando às novas gerações o comando do negócio familiar.

Atualmente, a gestão das propriedades rurais, mesmo as de grande porte, vêm enfrentando desafios, entre eles estão as dificuldades em garantir a sucessão familiar, questão essa complexa e cada vez mais frequente no espaço rural (OLIVEIRA; VIEIRA FILHO, 2018). De um lado, prevalece o problema em discutir a questão, do outro, o envelhecimento da população aliado com a redução da fecundidade, migração dos jovens, acarretando obstáculos para a continuidade da agricultura familiar e da pesca artesanal ao longo das gerações, e esses desafios são ainda mais complexos para os pequenos agricultores.

Aliado a estes fatores, tem-se a questão da masculinização, que conforme Bourdieu (2004), na Europa é uma problemática bastante recorrente nos ambientes agrícolas, e vem preocupando pesquisadores nesse continente desde a década de 1960. Na Espanha, por exemplo, tem várias pesquisas importantes sobre essa temática, que direcionam para um desequilíbrio da organização social e, como uma das consequências, o comprometimento da sustentabilidade social dessa população (RIOJA, 2009). Essa problemática acabou ultrapassando as fronteiras europeias e nos últimos anos tem apresentado suas consequências em outros países, como no Brasil.

Muitas vezes, nas atividades agrícolas, o papel da mulher e as dinâmicas de gênero lhes conferem situações que são injustas, especialmente, no que diz respeito ao status, posição e poder feminino (MATTHEWS *et al.*, 2012). A força de trabalho das moças geralmente é

percebida como ajuda e não é reconhecido como atividade laboral, sendo preparadas desde cedo pela família para as atividades domésticas, incentivo ao estudo e o matrimônio (BOURDIEU, 2006; FROEHLICH & PIETRZACKA, 2004). Elas também têm mais dificuldade de acesso à terra, ao crédito e às cadeias de valor, essenciais para sua subsistência (DIMISKAYA *et al.*, 2022). Sendo assim, as jovens mulheres formam o principal estrato social que empreende um êxodo rural seletivo (FROEHLICH *et al.*, 2011).

Para Champagne (1986a) e Woortmann (1990), essa crise na reprodução social das atividades agrícolas tem início a partir do momento em que os filhos se recusam a continuar herdando a terra, isto é, quando começam a se perceber como indivíduos. No fundo, a recusa reflete o que Woortmann (1990) denomina como sendo “rachaduras do coletivismo interno familiar”, ou seja, a falta de vontade dos filhos em aceitar o destino ocupacional dos pais, mas também há a necessidade em se envolverem nas atividades.

Essa possibilidade de crise nesse setor de grande relevância para a economia brasileira, se mostra preocupante na medida em que alguns jovens têm evidenciado cada vez menos interesse em permanecer no meio rural, menor ainda tem sido o interesse em dar sequência nas atividades desenvolvidas pelos pais (BREITENBACH; TROIAN, 2020). Segundo Weisheimer (2019), as avaliações que os filhos fazem do trabalho rural e o modo de vida dos pais, são extremamente relevantes para o estudo das dinâmicas de reprodução social da agricultura e pesca, pois são os jovens que efetivamente encarnam as possibilidades de reprodução geracional destes setores produtivos.

A ausência de sucessores nas propriedades rurais tem gerado incertezas no que tange não apenas à continuidade das famílias e das atividades produtivas, mas também às comunidades rurais, as quais gradativamente perdem sua população e passam a sentir os reflexos dessa mudança sobre suas dinâmicas sociais (ABRAMOVAY *et al.*, 2001; MATTE *et al.*, 2019; SPANEVELLO *et al.*, 2011). A decisão de deixar a zona rural ou ficar, acontece conforme os propósitos dos sujeitos, porém pode ser afetada pelo contexto social em que ele está inserido.

Um dos impactos com a carência de sucessores, está relacionado à falta de mão de obra; impasse à formação de novas famílias no campo, pais sem amparo na velhice, mercado local, regional ou mesmo nacional diretamente afetados pela redução da produção de alimentos que o abastecem, entre outros (MATTE; MACHADO, 2016).

Embora os contínuos fluxos migratórios rumo aos centros urbanos não fosse um fenômeno social tão novo, ainda assim a migração juvenil rural também colocaria em risco, a reprodução social dos produtores familiares, estando estes dependentes de processos políticos e sociais em escalas locais, regionais, nacionais e globais, que viabilizem condições objetivas

e subjetivas para a manutenção de jovens nas áreas rurais, proporcionando condições favoráveis à produção familiar e mantenham vínculos afetivos com os recursos produtivos de seus pais (MARIN; DREBES, 2020).

O esvaziamento do campo pode decorrer da escassez de oportunidades, de políticas públicas atraentes, ou em decorrência de transformações ocorridas no urbano e no rural para incentivar a permanência dos jovens (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; ZAGO; BORDIGNON, 2012; MENDONÇA *et al.*, 2013; PANNO; MACHADO, 2014; CASTRO, 2017).

Nesse cenário, formuladores de políticas e órgãos específicos do Estado e da academia passaram a contemplar esse segmento de produtores agrícolas familiares por sua relevância em termos econômicos, sociais e culturais (DREBES, SPANEVELLO, 2017; MARIN, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2021), direcionando mais atenção a estes setores. Contudo, segundo Silva *et al.* (2019), apesar de ter sido dada certa visibilidade à agricultura familiar e pesca artesanal nos últimos anos, as políticas públicas direcionadas ao setor ainda não conseguem atender totalmente as demandas existentes, de modo a assegurar a permanência da população no campo, especialmente os mais jovens.

Conhecendo as tendências migratórias, as visões e perspectivas dos jovens quanto à atividade agrícola, e reconhecendo o papel dessa classe para o processo de desenvolvimento rural, surge a necessidade de inverter a questão e procurar pesquisar aspectos positivos que favoreçam sua permanência. Assim, tornam-se indispensáveis os estudos que analisam o modo de vida, as condições estruturais e as relações sociais que envolvem essa população (BRUMER, 2004), uma vez que, a transferência entre gerações é essencial para a sustentabilidade e o desenvolvimento da agricultura e pesca global (LEONARD *et al.*, 2017).

Desse modo, pretende-se conhecer a realidade em que vivem os jovens rurais filhos de agricultores e de pescadores, residentes dos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, no estado do Pará, bem como as percepções dos pais e dos filhos quanto ao processo sucessório, destacando os principais entraves enfrentados pelas famílias sobre a possibilidade da não sucessão geracional e incitar o interesse dos órgãos públicos no sentido de fomentar políticas públicas voltadas para o enfrentamento das possíveis dificuldades, e então contribuir para a permanência dos jovens no meio rural.

1.1 Histórico da região Bragantina

O Nordeste Paraense é uma ampla mesorregião biogeográfica, com 83.316,02 km² de extensão (INPE, 2014), que apresenta especificidades socioculturais e ecológicas. É a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará. Seu processo de colonização ocorreu de

forma desigual, com dois grandes ciclos de ocupação. No primeiro ciclo, a origem dos municípios da mesorregião estava vinculada às incursões realizadas pelos portugueses ao interior do Estado com a ideia de “constituição do Novo Mundo”, no qual os europeus utilizavam os cursos dos rios Acará, Guamá e Capim para tais empreendimentos (CORDEIRO *et al.*, 2017).

O segundo ciclo de ocupação teve início na década de 1950 até os anos 1980 com extensas áreas desmatadas para a construção de grandes rodovias (*e.g.* BR-010, BR-316, BR-222) preconizadas no Programa de Integração Nacional dos governos militares, que implicou em fluxos migratórios vindos de outros estados ao longo das rodovias, fazendo com que surgissem pequenas vilas que, posteriormente, originaram os atuais municípios. A política nacional tinha por meta fixar contingentes populacionais na até então, longínqua Amazônia (CORDEIRO *et al.*, 2017).

Para Moreira *et al.* (2014), o processo de colonização do Nordeste Paraense tornou-se mais intenso com a construção da ferrovia na Zona Bragantina. As alterações com a estrada de ferro Belém-Bragança que interligaram os municípios, são o testemunho das mudanças ocorridas, em especial na reconfiguração do Estado. Estabeleceu-se assim, um campesinato agrícola com base numa agricultura itinerante de pousio (HURTIENNE, 2005). O desenvolvimento da agricultura foi um marco para muitas cidades, notadamente, aquelas localizadas no trecho da ferrovia (CORDEIRO *et al.*, 2017). Enquanto o crescimento dessa região se destacava, o restante do estado, de cunho extrativista, apresentava tendência de queda em virtude da redução do extrativismo da borracha (COSTA, 2012).

Neste contexto Carvalho (2000), afirma que a região Bragantina e áreas próximas a Belém tiveram sua ocupação em função da mobilidade interna de paraenses após a queda da economia no período da borracha e devido à migração de colonos nordestinos fugindo especialmente da grande seca para a Amazônia, tanto de forma “organizada” por governos, como de forma espontânea, designados a consolidar uma faixa de produção agrícola até a região bragantina, que teve como intuito o abastecimento da capital, por conta do aumento de sua capacidade como mercado consumidor de alimentos básicos e de matérias-primas, permitindo a expansão da agricultura familiar em áreas próximas para subsidiá-la (CONCEIÇÃO, 2002; ÉGLER, 1961; TAVARES, 2008).

Figueiras e Herrera (2012) destacam que a abertura de novas áreas na região Amazônica acompanhada da propaganda com todo aparato para fomentar as atividades agrícolas, com os produtores marginalizados e desfavorecidos das outras regiões, resultou em grande e constante migração dos indivíduos das regiões problematizadas para a Amazônia.

A forma de ocupação e integração promovida na região gerou impactos significativos na dinâmica agrária tanto no que diz respeito às relações sociais como nos sistemas de produção. Notadamente, grupos oriundos de outras regiões que detinha capital foram privilegiados em detrimento as dinâmicas locais, ocasionando um conflito de lógicas produtivas ao mesmo tempo em que disseminava a dependência dos trabalhadores rurais e das demais categorias desprovidas de incentivos para com os capitalistas (FIGUEIRAS; HERRERA, 2012).

Nascimento e Gomes (2019), também enfatizam que o Nordeste Paraense representa padrões de ocupação enraizados historicamente, cuja paisagem expressa o encontro da diversidade de atores sociais na região e, inerentemente, a diversidade da capacidade tecnológica e de emprego de capital na organização produtiva destes. Para Figueiras e Herrera (2012), uma característica que resulta desse processo de ocupação são os tamanhos das áreas ocupadas pelas famílias, que em sua maioria utilizam de porções pequenas de áreas para o cultivo de lavouras que abastecem diretamente o mercado local, Belém e região metropolitana.

O Nordeste Paraense é uma das regiões de consolidação de fronteira agrícola mais antigas e importantes da região amazônica (VELHO, 1979), e praticamente todos os municípios pertencentes a Zona Bragantina sofreram com a ação colonizadora (SANTOS; LISBOA, 2003). As características peculiares não se deram somente pela colonização, mas, sobretudo, pelos processos diferenciados das relações dos imigrantes com o meio ambiente.

Nessa mesorregião a condição histórica e geográfica influenciou no sistema de manejo do solo, com reflexos no valor cultural, social, econômico, político e ambiental da população local. Todo esse processo relacionado com agricultura, extrativismo, produção mecanizada e os grandes projetos de extração minero metalúrgicos e agropastoris levou, em grande parte, a expulsão de muitas comunidades tradicionais dos seus locais de origem. Entretanto, todo esse processo transformador não foi suficiente para manter muitos colonos nas suas terras. Apesar de ainda existir uma grande parcela da população vivendo na zona rural (TAFFNER JÚNIOR; LEANDRO, 2008), há também uma crescente migração para a zona urbana, principalmente pelos filhos de agricultores e de pescadores que vem para cidade em busca de empregos na indústria, no comércio e no setor de serviços, visando melhoria de vida.

1.2 Agricultura familiar na região Bragantina

A agricultura familiar desempenha um papel importante para garantir a segurança alimentar em todo o mundo. O levantamento feito em mais de cinco milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, mostram que há cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos familiares rurais, representando 77% do número e 23% da área total, sendo responsável pela produção

dos alimentos básicos como milho, arroz e feijão, que são disponibilizados para o consumo da população brasileira (GOVERNO DO BRASIL, 2019; GOVERNO DO BRASIL, 2022).

Conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, caracteriza-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento pela própria família (GOVERNO DO BRASIL, 2022). Ela é composta de pequenos produtores rurais, pescadores, povos e comunidades tradicionais, entre outros (GOVERNO DO BRASIL, 2019; 2022).

Na Região Norte, o Pará se destaca entre os estados que apresentam as maiores concentrações de estabelecimentos de agricultura familiar (ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO, 2020). Dados de quantidade de estabelecimentos, indicam que a atividade agrícola praticada nessa região é exercida, principalmente, por pequenos produtores, com base na mão de obra familiar, que se dedicam quase que exclusivamente à exploração de culturas de subsistência.

O Nordeste Paraense é uma das regiões com forte participação da agricultura familiar (RODRIGUES *et al.*, 2021), cujo sistema de manejo agrícola utilizado é o itinerante, baseado no processo de derruba e queima da vegetação, responsável pela transformação da paisagem natural para floresta secundária (MORAN, 1990; CONTO *et al.*, 1999; SILVA *et al.*, 2009). Os agricultores, na sua maioria, não dispõem de recursos financeiros ou não têm tradição de uso desses insumos, como o calcário e fertilizantes, logo o sistema praticado através da queima da vegetação, cujas cinzas têm efeito fertilizante e corretivo da acidez, levam ao esgotamento das poucas reservas de nutrientes dos solos da região. Contudo, esse processo de manejo do solo é efêmero, porque os efeitos das cinzas só permitem o cultivo contínuo da mesma área por um a dois anos consecutivos, forçando seu abandono, por causa do baixo rendimento que as culturas passam a apresentar e acarretando a degradação dos ecossistemas (CONTO *et al.*, 1996; CRAVO; SMYTH, 1997; BRIENZA JÚNIOR, 1999; CRAVO *et al.*, 2005).

Segundo Cordeiro *et al.* (2017), no espaço disponível para o cultivo nessa região, as unidades familiares apresentam características especiais, diferenciando-se das demais pela forma de uso. Nas propriedades a diversidade vegetal propicia aos agricultores uma variedade de espécies que contribuem com a segurança alimentar, a obtenção de renda e auxiliam no tratamento de algumas doenças.

Por muitas décadas esses agricultores, nos diferentes municípios, foram testando várias culturas, no entanto, sem obterem resultados satisfatórios. Em virtude dos fracassos dos colonos descapitalizados, houve uma tendência de diversificação dos sistemas de produção

agrícola, incluindo culturas perenes, pequena criação, extração vegetal e pecuária. Muitos adotaram essas práticas como forma de melhorar a renda e atender as necessidades básicas. No entanto, mesmo sem saber, já estavam adotando alguns princípios de agroecossistemas sustentável. No que tange a comercialização, os estabelecimentos de pequeno e médio porte têm a produção destinada, principalmente, aos mercados local e regional, porém tem uma parcela de produtores que atinge o mercado nacional (CORDEIRO *et al.*, 2017)

Alguns produtores se dedicam, ao plantio de culturas anuais, em especial o arroz, feijão-caupi, milho e mandioca, seguido de uma fase de pousio (WALKER; HOMMA; SCATENA, 1998). No caso do milho e o arroz, quase sempre, são cultivados em pequena escala, enquanto o feijão-caupi vem sendo cultivado por pequenos, médios e grandes produtores, sendo que alguns produtores utiliza-o em consórcio com culturas perenes, como o coco, a pimenta do reino, citros, dentre outros, o que se torna benéfico à cultura perene, pelo aproveitamento dos resíduos da adubação e dos restos culturais do feijão-caupi (CONTO *et al.*, 1996; CRAVO; SMYTH, 1997; CRAVO *et al.*, 2005).

A mandioca destaca-se como uma das principais culturas por sua elevada expressão socioeconômica, como principal fonte de carboidrato para uma significativa parcela da população e, pelo significativo número de famílias do meio rural que vive da produção e do processamento da farinha e de outros subprodutos dessa espécie (CONTO *et al.*, 1996). Seu cultivo, contudo, ainda é praticado, predominantemente, no sistema de derruba e queima, embora, atualmente, se observe na região Bragantina que em decorrência do preço de raízes ou de produtos processados (farinha, fécula e outros) no mercado, essa cultura vem despertando interesse de médios e grandes produtores, mas, ainda, lhes faltam tecnologias.

Os quintais ou pomares caseiros da agricultura familiar regional caracterizam-se como sistemas agrícolas nos quais árvores, arbustos e ervas de interesse são cultivados próximo às casas, fornecendo alimentos, renda e uma série de produtos e benefícios para os agricultores que os mantêm (KUMAR; NAIR, 2004). Portanto, ocupam uma posição especial que possibilita a manutenção de ampla quantidade de espécies e variedades (AMOROZO, 2002). De acordo com Amaral e Guarim Neto (2008), é no quintal que se mantêm alguns hábitos da tradicionalidade. Nessas áreas, a utilização de plantas úteis como hortícolas e medicinais são comuns e suprem as necessidades das famílias.

Na região Bragantina a produção familiar caracteriza-se pela heterogeneidade através das diversas formas de conduzir a unidade produtiva, bem como, pelos diferentes tipos de produtores familiares, desde os ligados ao mercado tendo sua produção sendo especializadas aos produtores que permanecem com a produção de pequena escala e que não levam em conta

as vantagens comparativas, mas sim a reprodução e sustento da família (FIGUEIRAS; HERRERA, 2012). Essa multifuncionalidade da agricultura familiar tem sido cada vez mais reconhecida internacionalmente em função de sua importância não apenas na produção de alimentos, mas pela função essencial de gerar emprego e renda a partir de seus sistemas agrícolas diversificados (EMBRAPA, 2022).

Nesse aspecto, a Organização das Nações Unidas (ONU), lançou em 2019, a “Década da Agricultura Familiar”, que está sendo implementada pela FAO e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar por meio da criação de políticas públicas que englobem questões econômicas, sociais e ambientais (EMBRAPA, 2022). Para Cordeiro *et al.* (2017), o fortalecimento de políticas públicas voltadas para conservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade e o estímulo às pesquisas dirigidas a agricultura familiar são essenciais à agricultura sustentável e a segurança alimentar das populações humanas. Figueiras e Herrera (2012), enfatizam que acompanhar a realidade da produção familiar paraense, demonstrando a máxima de que a heterogeneidade da agricultura familiar melhor assistida, com políticas públicas e intervenção técnica que considere suas especificidades, pode corroborar de modo significativo para o desenvolvimento econômico estadual.

É sabido que durante mais de duas décadas a agricultura familiar ficou em uma situação marginal, sem assistência técnica ou programas de financiamentos de pesquisas e créditos. A partir do final da década de 1980, com a consolidação das organizações e movimentos sociais, ocorreu a mobilização para construção de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, culminado, em 1989, com a criação de uma Lei Agrícola baseada no crédito para a Agricultura Familiar, o PRONAF. Paralelamente, como destacado por Silva e Oliveira (2014), surgia o debate sobre uma agricultura eficiente, eficaz e efetiva que fosse alicerçada nos princípios e conceitos de: a) ecologia; b) preservação do meio ambiente; c) conservação da biodiversidade; d) uso sustentável dos recursos naturais; e) segurança alimentar e nutricional das populações rurais e urbanas; f) sustentabilidade dos sistemas de produção familiar e g) resgate e valorização da cultura local.

Barbosa *et al.* (2011), ressaltaram que mesmo havendo instrumentos para um planejamento de desenvolvimento local e/ou regional, o processo paradoxal de desenvolvimento continua a ameaçar as culturas endógenas, como as da agricultura familiar. A expansão do agro-negócio representado pela soja, a extensão das pastagens de gado, a agricultura mecanizada e a extração de minério têm impactado a região e alterado as relações de trabalho (CORDEIRO *et al.*, 2017). Do ponto de vista social, a região tem sofrido alterações consideráveis onde os

produtores tradicionais passaram a trabalhar em colheitas sazonais, substituindo periodicamente a roça por salários. Mesmo com tais mudanças, a economia da região ainda está centrada na agricultura de subsistência, de base familiar e/ou comunitária, onde a produção excedente é comercializada, porém com grandes entraves, a saber: (i) falta de conhecimento dos mercados consumidores; (ii) desorganização da produção; (iii) desorganização dos agricultores e agricultoras; (iv) ação de intermediários e (v) inexistência de rede de comercialização (OLIVEIRA, 2006).

Apesar dos dados estatísticos exibirem que a agricultura familiar tem papel decisivo no abastecimento para consumo interno e no desenvolvimento das cadeias de produção locais e regionais como fundamentais para o crescimento econômico de algumas regiões, a constar o Nordeste Paraense, tais dados não dão conta de explicar os processos de migração e êxodo rural, principalmente por parte da juventude rural.

1.3 Pesca artesanal na região Bragantina

A atividade pesqueira é uma das ocupações mais antigas desenvolvidas pelo homem, visando a extração de organismo aquáticos do seu ambiente natural para fins de alimentação humana, ornamentação e aquicultura, entre outros e encontra-se inserida pela Lei 11.326 como pertencente a agricultura familiar (FONTELES FILHO, 2011; GOVERNO DO BRASIL, 2019).

Para Ramalho e Santos (2018), a pesca artesanal é o espaço que se constrói pela sociabilidade gestada na parentela, ligando ao futuro de uns o passado de outras pessoas da família, na figura dos pais, tios, padrinhos e avôs, onde o ato de aprender o ofício de pescar inscreve-se na convivência e no trato diário de ver e praticá-la.

A pesca representa o terceiro maior sistema produtor de alimentos do mundo com produção mundial total de captura de pescado, em 2016, de 90,9 milhões de toneladas, e o aumento da demanda por proteína de origem animal vem estimulando o crescimento rápido da captura e da produção de peixe, visto que as pessoas estão procurando alimentos cada vez mais nutritivos que proporcionem benefícios à saúde humana. Assim, o consumo de pescado que em 1961 era de nove kg por habitante, passou para 20,2 kg, em 2015 (FAO, 2018; IWASHITA; MACIEL, 2013).

As pescarias obtiveram seu desenvolvimento a partir do século XIX, ainda no processo de revolução industrial por meio de algumas inovações tecnológicas, como o motor a vapor e o casco de aço, que possibilitaram maior autonomia a atividade (FONTELES FILHO, 2011; MONTEALEGRE-QUIJANO *et al.*, 2011).

Na Amazônia, a pesca desempenha um papel social relevante, uma vez que, torna-se fundamental nos meios de sustento das populações que habitam as margens dos rios e lagos da região, envolvendo milhares de pessoas tanto na pesca artesanal como na pesca industrial, influenciando diretamente no desenvolvimento econômico local (SANTOS, 2009). Segundo dados da FAO (2018), trabalharam na captura de peixes em torno de 40,3 milhões de pessoas no mundo.

Os ecossistemas costeiros amazônicos agregam a maior costa de manguezais contínuos do planeta, os quais são considerados de altíssima importância biológica (MMA, 2002). Conforme dados do ICMBio (2018), o Pará possui a segunda maior área de mangue, ocupando aproximadamente 390 mil hectares.

A alta diversidade de pescado no estuário amazônico é devido esta região abranger o agrupamento de ecossistemas aquáticos (rios, lagos e igarapés), várzeas, terra firme, praias e manguezais (SCHALLENBERGER, 2010); e fatores abióticos como regime de marés e precipitação pluviométrica (SILVA, 2014), resultando em um ambiente dinâmico, proporcionando a formação de uma cadeia alimentar aquática complexa e rica (SANTOS *et al.*, 2018).

Apesar dessa abundância de pescados na região, parte das comunidades que dependem da produção e comercialização dos produtos provenientes da pesca artesanal, como fonte de renda e alimentação, estão submetidas a situações de pobreza, riscos sociais e ambientais que tendem, no longo prazo, a comprometer o desempenho integral da cadeia produtiva e por consequência pode prejudicar a manutenção da atividade nessas localidades (SANTOS, 2005).

Na região bragantina, a categoria da pesca artesanal apresenta barcos menores que os da atividade industrial, tais como pequenas canoas com casco de madeira de 3 a 5 metros, em sua maioria motorizado, com caixas de gelo apropriadas para conservar e resfriar o pescado, mas também se têm embarcações maiores de 8 a 12 metros, cujo trabalho geralmente é exercido em regime familiar ou com parceiragem (ESPÍRITO SANTO, 2002; SILVA JUNIOR, 2008). Nesse sentido, o pescador artesanal: “é o trabalhador que pratica diretamente a pesca profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria” (ARAÚJO, 2017).

Entre os apetrechos mais comuns utilizados nas pescarias realizadas nessa região, temos a que envolve o uso de redes (que varia conforme a espécie a ser capturada), pesca com espinhel, a despesca em currais, a captura de caranguejos e outras espécies dos manguezais (SANTOS, 2005).

Com relação as espécies capturadas nessa região elas dependem de fatores como a sazonalidade, o local e o esforço de pesca empregado (SILVA JUNIOR, 2008). A composição

das principais espécies capturadas são: pescada gó (*Macrondon ancylondon*, Bloch & Schneider, 1801), bandeirado (*Bagre bagre*, Linnaeus, 1766), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*, Lacepède, 1801), corvina (*Argyrosomus regius*, Asso, 1801) e serra (*Scomberomorus brasiliensis*, Collette, Russo & Zavala-Camin, 1978) (ESPÍRITO SANTO, 2002; SANTOS *et al.*, 2018). Parte do que é capturado pelos pescadores artesanais, é basicamente direcionado ao consumo de suas famílias e o excedente para o abastecimento do mercado interno.

O aumento da exploração dos estoques pesqueiros, reflexo de um modelo de desenvolvimento que desconsiderou os limites ambientais, acarretaram na queda nas capturas, associada à ausência de políticas públicas específicas para o setor que acabou afetando sua viabilidade econômica, agravando os problemas sociais no interior dessa categoria, como uma das consequências tem crescido a necessidade das famílias pescadoras artesanais de diversificarem suas fontes de renda (DIEGUES, 1999; VASCONCELOS *et al.*, 2007).

Como a pesca artesanal sofrendo com as adversidades do excessivo esforço de captura e as externalidades ambientais negativas proveniente de outros setores econômicos, tem sido ameaçado a reprodução social dessa classe social (CAPELLESSO, 2010), como reflexo tem-se aumento do número de filhos de pescadores dispostos a abandonar a atuação no setor.

Para Sacco dos Anjos *et al.* (2004), o abandono das pescarias ocorre, primeiramente, com os filhos, que passam a atuar em outras atividades econômicas. Já entre os pescadores chefes de famílias, a atuação nas atividades extrapesca, em setores de serviços, ocorre como forma de compensar a queda na renda familiar proveniente da pesca. Acontece que, mantido esse quadro, a escassez de sucessores nas famílias pescadoras artesanais na região poderá comprometer a permanência dessa forma tradicional de produção tão importante para a economia estadual e nacional.

1.4 Sucessão na agricultura familiar e pesca artesanal

Na década de 1980, normalmente a família era “expulsa” do campo pela modernização da agricultura e pela aceleração da industrialização no país (WANDERLEY, 2000). Nesse período, os trabalhos estavam enfocados nas questões relativa à modernização e na transição do agrário para o urbano (MONTEIRO; MUJICA, 2022). Na década de 1990, esse tipo de sistema agropecuário era conhecido por termos como “pequena produção”, “agricultura de subsistência”, “produtor de baixa renda” ou ainda “pobres do campo” (ABRAMOVAY, 1997; SCHNEIDER; CASSOL, 2014; WANDERLEY, 2017). A partir de meados da década de 1990, esses termos e o sentido a eles atribuído começam a ser revistos e a expressão “agricultura familiar” ganhou projeção nacional. Nesse contexto, políticas públicas voltadas à agricul-

tura familiar passaram a figurar na pauta dos governos, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999 (reduzido à categoria de Secretaria em 2016).

No caso da pesca, a incorporação de motores nas embarcações e, o uso de redes de material sintético (nylon), entre outros fatores, influenciou o aumento da exploração dos estoques pesqueiros que acabou ultrapassando a capacidade de suporte dos ecossistemas. A consequente queda nas capturas, aliada a escassez de políticas públicas específicas para a pesca artesanal, tem prejudicado sua rentabilidade e agravando os problemas sociais dentro dessa categoria social (DIEGUES, 1999; VASCONCELOS *et al.*, 2007; CAPELLESSO, 2010).

Um avanço significativo para o Brasil aconteceu em 2006, com a promulgação da Lei nº 11.326/06, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). A partir dessa lei, mais que acesso ao crédito, os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais tiveram sua existência reconhecida oficialmente. Desse modo, foram fixadas políticas públicas específicas para esta classe, mas que não contemplaram adequadamente as necessidades dos jovens (MONTEIRO; MUJICA, 2022).

Se por um lado, os avanços que o meio rural alcançou em razão do reconhecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de políticas públicas específicas, permitiram amenizar o processo de expulsão acelerada das famílias do campo, por outro lado, não deu conta de outras transformações em curso, tais como as questões demográficas que envolvem a redução das taxas de fecundidade e a sucessão no meio rural, impactadas pela falta de interesse do jovem em continuar no campo (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento têm sido marcados por intensos processos de migração rural-urbana nas últimas décadas (RAMOS, 2005; BEDNARÍKOVÁ *et al.*, 2016; BERTONI; CAVICCHIOLI, 2016; MAY *et al.*, 2019). Tal migração tornou o êxodo rural uma preocupação mundial, como destaca a Agenda 2030 das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2018).

Nas atividades agrícolas familiares, até meados do século XX, as estratégias sucessórias eram utilizadas com sucesso. Sendo assim, os filhos dos agricultores e pescadores passavam a assumir as unidades produtivas familiares (CHAMPAGNE, 1986b). Todavia, com o advento da modernização da agricultura esse cenário se transformou no mundo inteiro. Para Bernardi e Kuhn (2020) a saída dos sujeitos do campo, principalmente os jovens, tem relação com a forma como são organizadas as propriedades, perpassando a questão da gestão dos re-

cursos financeiros/renda, a questão das políticas públicas de incentivos e a questão da própria falta de perspectiva.

Dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), publicados em 2019, indicam que os estabelecimentos de agricultura familiar ocupam aproximadamente 10,1 milhões de pessoas (67% da mão de obra no campo). Nesse universo, geram-se aproximadamente 23% do PIB da produção agropecuária nacional. Apesar desta importante contribuição socioeconômica, tanto a pesca artesanal quanto a agricultura familiar vêm encontrando dificuldades em garantir a sua sucessão nos estabelecimentos agropecuários, pois este setor vem apresentando uma redução no número de pessoas nessas atividades ao longo dos anos (CONCEIÇÃO *et al.*, 2020; SPANEVELLO *et al.*, 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2021).

A sucessão rural nos negócios agrícolas familiares é complexa, demorada e altamente atual, tanto em termos de sociedade quanto de sustentabilidade agrícola, e raramente ocorre através de uma decisão única ou isolada (EDDLESTON *et al.*, 2013). Uma baixa taxa de entrada na agricultura e na pesca implica em menos agricultores e de pescadores e pode ter profundas implicações para a indústria, o campo, o uso da terra e a sustentabilidade mais ampla das comunidades rurais (INGRAM; KIRWAN, 2011; LAM, 2011; GOELLER, 2012; BÁNKUTI *et al.*, 2018).

Para Gasson e Errington (1993), a transferência intergeracional de unidades produtivas rurais é um processo multifacetado que engloba três processos distintos, mas inter-relacionados: sucessão, herança e aposentadoria. A sucessão é vista como controle gerencial que é gradualmente abandonado, a aposentadoria está associada à retirada do proprietário da participação ativa nos negócios da unidade de produção, enquanto a herança é a etapa final, quando todos os ativos da unidade de produção são transferidos legalmente para o sucessor (ERRINGTON, 2002). Embora conceitualmente separados, esses processos estão vinculados, com a sucessão vista como a 'imagem espelhada' da aposentadoria; à medida que a nova geração obtém sucesso, a velha geração se aposenta (GASSON; ERRINGTON, 1993; ERRINGTON; LOBLEY, 2002; UCHIYAMA *et al.*, 2008; LOBLEY *et al.*, 2010).

Na percepção de Anjos, Caldas e Costa (2006), o processo sucessório na agricultura familiar é bastante afetado pelo grau de dinamismo das atividades econômicas e pelo tamanho do negócio familiar, o que acaba por influenciar na falta de interesse dos jovens na sucessão da agricultura familiar e da pesca artesanal. A questão da sucessão hereditária não pode ser considerada como o simples fato de transferência de um patrimônio ou de um capital, mas sim, a chance de continuidade da situação original, ao passo que, pelo menos um sucessor

possa reproduzi-la, pois como se via no passado, a sucessão era uma espécie de tradição, onde as terras, as embarcações eram passadas de geração para geração durante dezenas ou centenas de anos.

Monteiro e Mujica (2022), contribuem afirmando que sucessão rural é um processo de transferência de bens materiais e imateriais no meio rural, em que a produção agropecuária ou outras atividades econômicas são responsáveis pela manutenção e reprodução do sistema e das pessoas que dele fazem parte. É por meio da sucessão que os pais passam, gradativamente, aos seus descendentes a responsabilidade de conduzir a propriedade e a produção. A sucessão ocorre de diferentes formas segundo a história e a cultura de cada região, principalmente sobre as percepções da atividade econômica e o patrimônio. Não há uma homogeneidade de situações, logo não há fórmulas que determinem como acontece a sucessão rural.

O processo de sucessão começa quando o antecessor demonstra a intenção para que a sucessão ocorra até o momento em que deixa o cargo definitivamente para que outro assuma essa posição (DE MASSIS; CHUA; CHRISMAN, 2008). Nesse contexto, percebe-se que o fenômeno da sucessão tardia tende a ser comum nos empreendimentos rurais (BRANDTH; OVERREIN, 2013; MATTE *et al.*, 2019). De acordo com Matte *et al.* (2019), “o pai só se retira do comando da propriedade quando não tem mais condições físicas de continuar com o trabalho”. Esse aspecto pode estar contribuindo para a falta de interesse dos jovens em permanecer no campo (BRANDTH; OVERREIN, 2013; MATTE *et al.*, 2019).

Rech *et al.* (2021), discorrem que a sucessão raramente é discutida nos negócios agrícolas. A continuidade na unidade agrícola é construída socialmente e inclui a preparação do sucessor, além da fazenda, para atender a expectativa de uma empresa familiar (ABDALA *et al.*, 2022). Um panorama global tem levantado preocupações sobre a segurança alimentar (CHISWELL, 2014; DUESBERG *et al.*, 2017; HAYDEN *et al.*, 2021) e o envolvimento de agricultores e de pescadores mais jovens (CONTZEN *et al.*, 2016; DOWNEY *et al.*, 2016).

Torna-se importante a preparação dos jovens e dos pais para o processo de sucessão. O planejamento da família em relação ao sucessor e ao sucedido devem ocorrer aos poucos, até que ambos estejam prontos para a transição, evitando desentendimentos familiares e a descontinuidade das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais (BATISTA *et al.*, 2015).

De acordo com Drebes (2014), os jovens rurais são resistentes a continuar residindo no meio rural, pois cresceram em meio às dificuldades encontradas nas unidades produtivas, sobretudo as mulheres, por serem excluídas, muitas vezes, da condição de herdeira potencial (ANJOS; CALDAS, 2005; CASTRO, 2007; FROEHLICH *et al.*, 2011), deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes (BERNARDI; KUHN, 2020), configu-

rando um êxodo rural seletivo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998). Juntos, a emigração, o envelhecimento e a masculinização dos trabalhadores agrícolas são considerados barreiras para uma agricultura e pesca mais sustentáveis (MORAIS *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, observa-se uma ampla mudança social, quanto aos papéis de gênero nos negócios familiares brasileiros que ainda permanecem rígidos, ressaltando que as mulheres são menos propensas a participar do trabalho agrícola e herdar os empreendimentos agrícolas do que os homens (MELO; DISABBATO, 2006; BRUMER, 2008; CARNEIRO, 2001; KISCHENER *et al.*, 2015). Fato confirmado pelos dados do Censo Agropecuário que destacaram, em 2017, que apenas 19,8% das propriedades rurais eram chefiadas por mulheres (IBGE, 2022). Geralmente as moças adquirem maior escolaridade em relação aos rapazes, sendo preparadas desde cedo pela família para a vida e o matrimônio urbano (BOURDIEU, 2006; FROEHLICH; PIETRZACKA, 2004).

A população de trabalhadores agrícolas está envelhecendo, com 23,2% de proprietários dos empreendimentos rurais com mais de 65 anos (IBGE, 2022), resultando no envelhecimento da população rural (MATTE; MACHADO, 2016; MORAIS *et al.*, 2017; FOGUESATTO *et al.*, 2020). As taxas de fertilidade caíram de 5,0 para 1,7 nascimentos por mulher entre 1970 e 2018 (BANCO MUNDIAL, 2020b), implicando menos herdeiros potenciais (ARENDS-KUENNING *et al.*, 2021).

As oportunidades educacionais se expandiram, possibilitando maior acesso à escolaridade, como consequência os filhos e filhas de agricultores tenderam a migrar do meio rural para as cidades em busca de oportunidades de trabalho e rendimentos mais estáveis (BRUMER, 2004; MATTE *et al.*, 2014; KISCHENER *et al.*, 2015; KIYOTA *et al.*, 2015; MATTE; MACHADO, 2016; GARCEZ *et al.*, 2020), dificultando a reprodução socioeconômica das unidades produtivas (BOURDIEU, 2006; FROEHLICH; PIETRZACKA, 2004).

As normas culturais desestimulam a discussão entre pais e filhos sobre o futuro da família após a morte dos responsáveis pela propriedade, particularmente, no que diz respeito a questões financeiras (CHRISMAN *et al.*, 2008). A sensação de mortalidade tende a ameaçar o forte senso de si mesmo e a convicção que muitos líderes da família podem ter em relação ao controle de seus próprios destinos, como consequência, tem-se tensões e incertezas em relação à escolha dos sucessores. Para Gagne *et al.* (2014), quando há múltiplos descendentes nas unidades produtivas, o proprietário é frequentemente confrontado com dilemas em termos de justiça e equidade de tratamento. Nesse contexto, o planejamento sucessório que envolve uma discussão aberta pode ser desconfortável e, geralmente, são evitados, mesmo nas famílias mais bem ajustadas, pois requer tato e habilidade devido aos muitos e variados papéis que

estão sendo desempenhados dentro do empreendimento (CHRISMAN *et al.*, 2008). Essa falta de planejamento também pode inviabilizar a disponibilidade de um sucessor dentro da família.

As forças que alimentam a crise de expectativas na agricultura familiar e pesca artesanal brasileira continuam a operar, embora de forma mais intensa em algumas partes do território do que em outras (ANJOS; CALDAS, 2007). Essa migração para os centros urbanos pode acarretar problemas sociais e econômicos, não apenas individualmente, mas também nos territórios (BÁNKUTI *et al.*, 2018).

E, enquanto os governos em vários lugares estão concentrados em tornar principalmente a agricultura globalmente competitiva, a preocupação dos agricultores e pescadores com a sucessão pode ser a de manter a unidade produtiva dentro da família ou pelo menos mantê-la como um negócio, mas também de preservar essas atividades como um modo de vida (KORZENSZKY, 2019; SANTHANAM-MARTIN; BRIDGE; STEVENS, 2019)

Discutir a realidade da população rural hoje implica um olhar mais atento às suas lutas e angústias, evidenciam também as dificuldades existente no processo de sucessão familiar que podem comprometer a continuidade dos negócios rurais, especialmente quanto à produção de alimentos, tendo em vista que os estabelecimentos rurais desempenham relevante participação na ocupação de mão de obra e renda no meio rural.

1.5 O problema e sua importância

O fenômeno de esvaziamento do campo ou êxodo rural requer entendimento no contexto da problemática da permanência e da sucessão familiar, pois são temas diretamente relacionados. A migração juvenil feminina, por exemplo, associada à queda da taxa de fecundidade rural, a fragmentação das famílias e às diferenças socioeconômicas regionais, têm impactado na manutenção da população rural, pois com a saída das jovens ocorre a masculinização no campo. Logo, esses rapazes que permanecem no campo apresentam dificuldades em construir famílias, tendo em vista que as possíveis pretendentes deixam as comunidades rurais e, por conseguinte, leva a perda de capital humano e social na zona rural.

Outro fator que gera grande impacto na sucessão é o envelhecimento da população rural. As tendências demográficas indicam uma inversão da pirâmide etária, onde aqueles com 65 anos ou mais são os que constituem a comunidade agrícola (CONWAY *et al.*, 2016). Este envelhecimento, tem implicações consideráveis para a política governamental, alçando preocupações sobre a necessidade de revigorar as unidades produtivas com sangue novo, junta-

mente com argumentos de que, uma população agrícola idosa provavelmente será menos competitiva no mercado atual porque são mais lentos para adotar inovações tecnológicas.

Dada a sua importância, a agricultura familiar reúne o maior número de unidades produtivas no país, sendo responsável em prover 70% dos alimentos de origem vegetal e animal que são consumidos diariamente. Contribui com parcela significativa de postos de trabalho associados às atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais a ela vinculadas, contribuindo na geração de renda para as famílias que vivem no campo, o que a torna um mecanismo de grande relevância para o desenvolvimento rural.

Segundo a FAO (2014a), os trabalhadores familiares são essenciais para tornar os sistemas agroalimentares mais inclusivos, sustentáveis, resistentes e eficientes, não apenas devido à agricultura familiar que emprega 30% da população mundial e produz mais de 80% dos alimentos do mundo em termos de valor, mas também devido ao seu papel de guardiões da biodiversidade, paisagens e herança cultural. Este segmento da agricultura familiar representa um meio de organizar a produção agrícola, pesqueira, florestal, pastoral e aquícola que é gerenciada e operada por uma família, e que depende, predominantemente, do trabalho familiar.

Compreendendo que pode haver mudanças nos padrões sucessórios no meio rural, surge a necessidade do entendimento sobre a questão da sucessão da agricultura familiar e pesca artesanal nos mais variados territórios brasileiros. No presente estudo, estão sendo investigados três municípios pertencentes a mesorregião Nordeste Paraense, que é fortemente marcada pela presença de propriedades rurais familiares.

Os municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu foram selecionados para análise por se inserir no contexto de agricultura familiar e pesca artesanal. Trata-se de uma região que tem sua economia essencialmente agrícola, tendo a agricultura e a pesca artesanal como suas principais atividades. A escolha desses municípios deve-se, principalmente, a três fatores: a proximidade do autor a essas realidades; suas características rurais, com predominância de pequenas propriedades familiares; e pela tendência de redução da presença dos jovens e o envelhecimento dessa população, tornando-se relevante buscar compreender as mudanças e transformações que estes municípios vêm passando.

As justificativas para o desenvolvimento desta pesquisa se caracterizam pela quantidade e diversidade das unidades de propriedade familiar rural na região, em termos de tamanho da área, tipos de alimentos produzidos, renda obtida entre outros, e pela necessidade de investigação nos municípios, onde foram desenvolvidos pouquíssimos estudos sobre os desafios dos jovens em permanecer na propriedade rural.

Desse modo, uma pesquisa sobre sucessão familiar nas pequenas unidades rurais permitiria compreender a situação atual, evidenciando os rumos seguidos pelos jovens, os problemas enfrentados por esses produtores rurais na continuidade do trabalho e o sustento da família, que pode impactar diretamente no desenvolvimento rural dos municípios estudados. Além de prover uma atualização a literatura atual, nossas descobertas podem auxiliar na elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar e pesca artesanal.

1.6 Hipóteses

- 1) A diferença de gênero influencia quanto às intenções e perspectivas dos jovens em assumir as propriedades rurais;
- 2) O processo sucessório é influenciado pelo ponto de vista dos produtores agrícolas sobre a ocupação da atividade rural. De modo que, os produtores rurais com expectativas sucessórias em seus estabelecimentos tendem a apresentar uma percepção positiva da ocupação agrícola e encorajam os filhos a permanecerem na atividade;
- 3) Quanto maior a autonomia e participação do jovem no processo de trabalho familiar mais se verificará disposições à permanência dos jovens nas atividades rurais;
- 4) As expectativas positivas sobre o trabalho nas propriedades rurais e do modo de vida de seus familiares contribuem para a possibilidade de reproduzir este processo de trabalho;
- 5) A sucessão é afetada pela presença de políticas públicas que favoreçam a permanência dos jovens no campo.

1.7 Objetivo geral

Analisar os processos sociais e culturais que conduzem a sucessão geracional na agricultura familiar e pesca artesanal nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, no estado do Pará.

1.8 Objetivos específicos

- a) Analisar o estado atual da literatura brasileira relacionada aos trabalhos sobre sucessão na agricultura familiar, nos últimos 20 anos;
- b) Compreender quais fatores facilitariam os agricultores e pescadores artesanais a incentivar seus filhos a permanecerem na zona rural e dar continuidade aos negócios da família;
- c) Conhecer quais aspectos influenciam os jovens, filhos de agricultores e pescadores artesanais a continuar ou não na atividade;

- d) Identificar os pontos de vista das filhas de agricultores e pescadores, sobre a possibilidade de assumir o controle das atividades nos municípios pesquisados;
- e) Contribuir com os estudos referentes à temática da sucessão na agricultura familiar e pesca artesanal na Amazônia.

1.9 Estrutura da tese

Para aprofundamento das discussões sobre a sucessão na agricultura familiar nos municípios selecionados da mesorregião Nordeste Paraense, que foram desenvolvidas, serão apresentadas as partes que compõem esta tese. O trabalho está estruturado em seis seções:

O capítulo I apresenta a contextualização, a definição do problema e a importância da pesquisa, os objetivos (geral e específicos), as hipóteses, área de estudo e a estrutura da tese.

O capítulo II, compõem o artigo 1, expondo a revisão sistemática sobre a sucessão na agricultura familiar, com base na literatura brasileira que serviu de embasamento para o desenvolvimento desta tese.

No III capítulo, tem-se o segundo artigo, que se constitui sobre as percepções dos gestores das unidades produtivas quanto ao processo sucessório, destacando suas perspectivas quanto ao futuro dos negócios rurais nos municípios investigados.

No IV capítulo, o artigo 3 aborda sobre os fatores influenciadores ou não dos direcionamentos decisórios pelos jovens, que poderão condicionar suas predisposições para permanência ou evasão nas atividades paternas.

O V capítulo, artigo 4 do estudo, discorre sobre os pontos de vista das filhas de agricultores e pescadores, em que se destaca os pontos relevantes que influenciam ou não na decisão de assumir o controle das unidades de produção rural; na última seção finalizamos com as considerações finais.

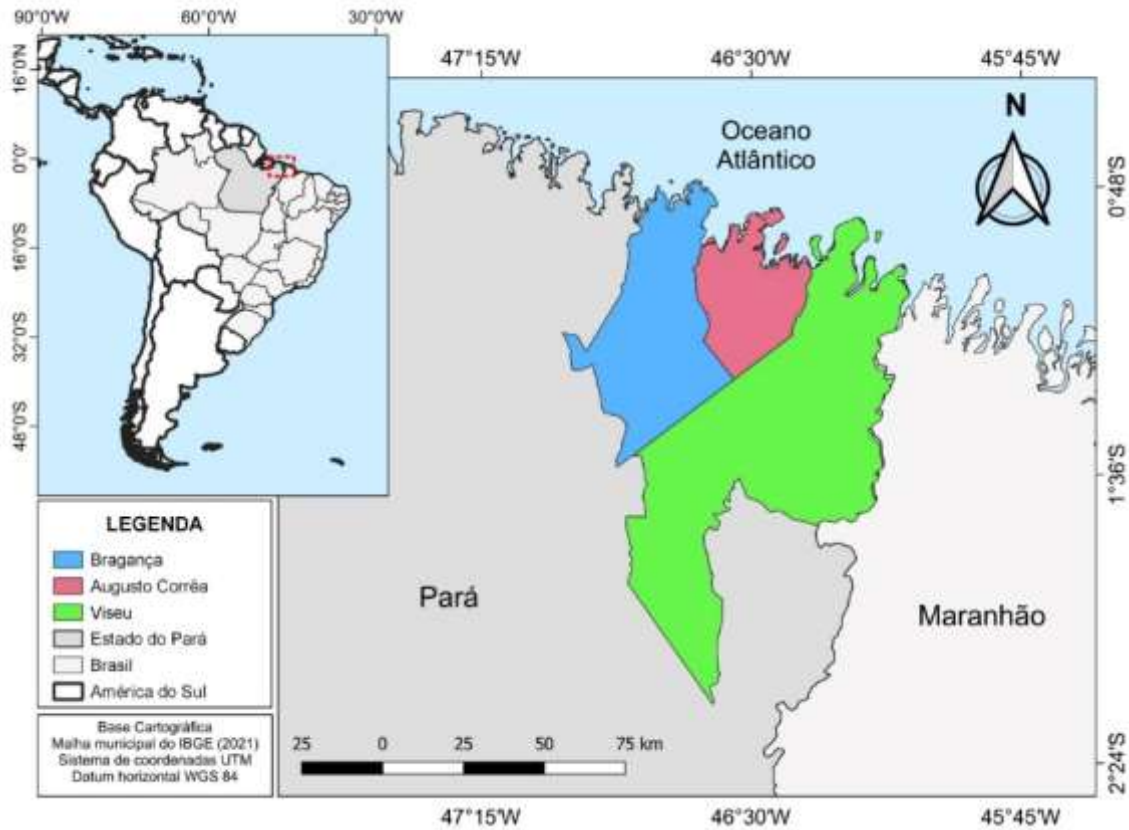
1.10 Área de estudo

As pesquisas de campo foram realizadas em comunidades rurais e nas sedes dos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, localizados no estado do Pará, na mesorregião definida como Nordeste Paraense (Figura 1). Esta mesorregião tem área total de 83.316,02 km² do Pará e envolve cinco microrregiões (Bragantina, Guamá, Cametá, Salgado e Tomé-açu), constituída por 49 municípios.

Para a presente pesquisa utilizou-se como recorte territorial, a região imediata de Bragança que é composta por 6 municípios: Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará, Tracuateua, Augusto Corrêa, Bragança e Viseu. Sendo que os esforços para este trabalho se concentraram

apenas nestes três últimos municípios citados, pois são mais representativos em termos dos segmentos estudados, no caso, agricultura familiar e pesca artesanal.

Figura 1 - Localização geográfica da região de estudo com destaque para os municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.



Fonte: Monteiro, 2022.

O município de Bragança possui uma área de 2.124 km², pertence à microrregião Bragantina e é banhada pelo Rio Caeté, distante 210 km da capital paraense, é uma das mais antigas cidades do Pará. Bragança, conta com cerca de 130 mil habitantes (IBGE, 2021), faz fronteira com os municípios de Augusto Corrêa, Viseu, Ourém, Capanema, Primavera e com o oceano Atlântico. O município se destaca no cenário nacional pela qualidade na produção de sua farinha de mandioca, que recebeu recentemente um selo de reconhecimento de “farinha de Bragança”. A pesca e a agricultura são parte da subsistência de muitos habitantes do município. A agricultura familiar ainda é predominante na região e cultivam com mais frequência o feijão-caupi, a mandioca e o milho, além de outras culturas que atendem tanto a alimentação das famílias produtoras quanto para venda do excedente.

O Município de Augusto Corrêa também pertence a Microrregião Bragantina, apresenta área territorial de 1.099,619 km², fica à 228 km de Belém, e é banhado pelo Rio Urumajó. Conta com população estimada de 46 mil habitantes conforme dados do IBGE (2017). Sendo

que 70% desse contingente, encontra-se na área rural, constituindo-se em núcleos famílias de lavradores ou agricultores familiares e pescadores (NAVEGANTES; REIS, 2016). De acordo Navegantes e Reis (2016), Augusto Corrêa tem considerável potencial agrícola, com foco para a produção comercial de farinha lavada e outros derivados provenientes da mandioca, como a farinha com coco, farinha de tapioca, goma; e tem relevância na produção avícola em especial na criação de galinha caipira e hortaliças, sendo os produtos designados, em grande maioria, ao consumo familiar.

No que tange as características referente ao município de Viseu, este localiza-se na Microrregião do Guamá, distando cerca de 385 km da capital. Sua sede municipal fica a margem do rio Gurupí. A cidade possui limites à Leste como o município de Carutapera (divisa com o estado do Maranhão) e com o município de Cachoeira do Piriá, a oeste com o município de Bragança, a noroeste com o município de Augusto Corrêa, a Norte com o Oceano Atlântico e a sudeste com o município de Santa Luzia do Pará (ALMEIDA; COSTA, 1997). O município ocupa uma área territorial de aproximadamente 4.915,073 km² e uma população de 56.716 de habitantes, sendo 18.397 na zona urbana e 38.319 na zona rural (IBGE, 2017). A economia de Viseu está baseada no setor primário, representada principalmente pela agricultura de subsistência, com destaque da lavoura de mandioca. A atividade pesqueira também é bastante relevante na economia local, onde várias comunidades do município dependem diretamente da pesca artesanal como a principal fonte de renda (SANTOS, 2015; SANTOS *et al.*, 2018).

Em relação aos três municípios pesquisados, eles são importantes centros da agricultura familiar regional. Nos resultados do Censo Agropecuário do ano de 2017, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, juntos, possuíam 10.782 empreendimentos classificados como pertencentes a agricultura familiar (Tabela 1).

Tabela 1 - Estabelecimentos familiar e não familiar nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, em 2017.

Municípios	Estabelecimento (N)	Agricultura familiar (%)	Estabelecimento da agricultura familiar (N)
Bragança	4.538	83,80	3.802
Augusto Corrêa	3.531	90,68	3.202
Viseu	4.241	89,10	3.778

Fonte: Censo Agropecuário, (2017).

Em suma, a economia nesses municípios está baseada no setor primário e foram escolhidos para o estudo, pelas suas características rurais alicerçadas na agricultura familiar e pesca artesanal. Considera-se municípios pequenos em termos populacionais e geográficos, quando comparados com outras regiões, mas com grande importância socioeconômica para uma das mesorregiões economicamente mais importantes do estado do Pará.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, R. G.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Family Farm Succession: evidence from absorptive capacity, social capital and socioeconomic aspects. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 4, e235777, 2022.
- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. *In*: Seminário Nacional de assistência técnica e Extensão Rural. **Anais...** Brasília, 1997, 29 p.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998, 104 p.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; MELLO, M.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, 2001, 120 p.
- ALMEIDA, H. G.; COSTA, E. J. S. **Situação do espaço municipal de Viseu**. Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia. Belém: Primaz, 1997.
- AMARAL, C. N.; GUARIM NETO, G. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 3, n. 3, p. 329-341, 2008.
- AMOROZO, M. C. M. Agricultura tradicional: espaços de resistência e o prazer de plantar. *In*: ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, A. G.; SILVA, A. C. B.; SILVA, V. A. (Orgs.). **Atualidades em etnobotânica e etnoecologia**. Recife: SBEE, 2002. p.123-131.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da dessacralização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Pluriactivity and family farming in Brazil: the case of Rio Grande do Sul. **Cepal review**, n. 93, 2007.
- ARAÚJO, I. X. **Comunidades tradicionais de pesca artesanal marinha na Paraíba: realidades e desafios**. Orientador: Roberto Sassi. 2017. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9805>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ARENDS-KUENNING, M.; KAMEI, A.; GARCIAS, M.; ROMANI, G. E.; SHIKIDA, P. F. A. Gender, education, and farm succession in Western Paraná State, Brazil. **Land Use Policy**, v. 107, 105453, 2021.

ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO. Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 20 set. 2022.

BÁNKUTI, F. I.; DAMASCENO, J.; SCHIAVI, S. M.; KUWARAHA, K. C.; PRÊMIO, R. C. Structural features, labor conditions and family succession in dairy production systems in Paraná State, Brazil. **Cahiers Agriculturas**, v. 27, 45004, 2018.

BARBOSA, M. J. S.; REIS, A. A.; ANDRADE, W. D. C.; MACIEL, A. B.; ALMEIDA, V. F.; SILVA, W. C.; NUNES, G. F. G.; CRUZ, W. C. **Território Nordeste Paraense: desenvolvimento sustentável e gestão estratégica dos territórios rurais no Estado do Pará**. Belém: UFPA/MDA, 2011. 67 p. (Relatório Analítico).

BATISTA, J. D.; LOPES, G. S. C.; WARANABE, M.; SOUZA, I. R. O processo de sucessão nas empresas familiares: um estudo feito em empresas familiares da região do Sul de Santa Catarina. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 4, n. 3, p. 62-86, 2015.

BEDNARÍKOVÁ, Z.; BAVOROVÁ, M.; PONKINA, E.V. Migration motivation of agriculturally educated rural youth: the case of Russian Siberia. **Journal of Rural Studies**, v. 45, n. 99, 2016.

BERNARDI, N. M. F.; KUHN, M. A Sucessão Familiar Rural: (In) Possibilidades da Escola no Campo do Município de Barra Bonita (SC). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, 2020.

BERTONI, D.; CAVICCHIOLI, D. Farm succession, occupational choice and farm adaptation at the rural-urban interface: the case of Italian horticultural farms. **Land Use Policy**, v. 57, p. 739-748, 2016.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.26, p.83-92, 2006.

BOURDIEU, P. **El baile de los solteros**. Barcelona: Anagrama, 2004. 282p.

BRANDTH, B.; OVERREIN, G. Resourcing children in a changing rural context: Fathering and farm succession in two generations of farmers. **Sociologia Ruralis**, v. 53, n. 1, p. 95-111, 2013.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2020.

BRIENZA JÚNIOR, S. Biomass dynamics of fallow vegetation enriched with leguminous trees in the Eastern Amazon of Brazil. **Gottingen**: Gottingen University, 1999.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A. Gender relations in family-farm agriculture and rural-urban migration in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 6, p. 11-28, 2008.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 5, n. 2, p. 45-65, 1998.

CAPELLESSO, A. J. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense**. Orientador: Ademir Antonio Cazella. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93731>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**. v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARVALHO, V. R. V. Inovação, Diversidade Cultural e Socialidade: uma análise multifatorial das mudanças em Capitão Poço. In: COSTA, F. A.; CARVALHO, V. R. V. [et al], **Agricultura familiar em transformação: no nordeste paraense – o caso de Capitão Poço**. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

CASTRO, E. G. D. Juventude rural: questões em debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Eds.), **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. D. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2017.

CENSOAGRO, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 65, p. 41-64, 1986a.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, v. 3, p. 73-89, 1986b.

CHRISMAN, J. J.; STEIER, L. P.; CHUA, J. H. Towards a theoretical basis for understanding the dynamics of strategic performance in family firms. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 32, n. 6, p. 935-947, 2008.

CHISWELL, H. M. The importance of next generation farmers: a conceptual framework to bring the potential successor into focus. **Geography Compass**, v. 8, p. 300-312, 2014.

CONCEIÇÃO, M. F. C. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B.

MANESCHY, M. C.; (org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

CONCEIÇÃO, L. C. A.; MARTINS, C. M.; SANTOS, M. A. S.; ARAÚJO, J. G.; MONTEIRO, E. P. A pesca artesanal e a sucessão geracional no município de Maracanã, estado do Pará, Brasil. **Guaju Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 6, p. 70-85, 2020.

CONTO, A. J.; HOMMA, A. K. O.; GALVÃO, E. U. P.; FERREIRA, C. A. P.; AMORIM, R. A. A modernização da pequena propriedade na região Nordeste do Estado do Pará. *In*: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 34., 1996, Aracaju. **Anais...** Brasília: SOBER, 1996, p. 385-410.

CONTO, A. J.; GALVÃO, E. U. P.; HOMMA, A. K. O.; CARVALHO, R. A.; FERREIRA, C.A. P.; OLIVEIRA, R. F.; MENEZES, A. J. E. A. **Arraial de São João: comunidade em processo de mudança tecnológica na microrregião bragantina, Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. 57p.

CONTZEN, S.; ZBINDEN, K.; NEUENSCHWANDER, C.; M'ETRAILLER, M. Retirement as a discrete life-stage of farming men and women's biography? **Sociologia Ruralis**, v. 57, p. 730-751, 2016.

CONWAY, S. F.; MCDONAGH, J.; FARRELL, M.; KINSELLA, A. Cease agricultural activity forever? Underestimating the importance of symbolic capital. **Journal of rural studies**, v. 44, p.164-176, 2016.

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, M. J. C.; SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: Configuração atual e aspectos identitários. *In*: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. A. (Org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, 2017. 323 p.

COSTA, F. A. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720- 1970)**. Belém: NAEA, 2012. 65 p.

CRAVO, M. S.; CORTELETTI, J.; NOGUEIRA, O. L.; SMYTH, T. J.; SOUZA, B. D. L. **Sistema Bragantino: agricultura sustentável para a Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 101 p.

CRAVO, M. S.; SMYTH, T. J. Manejo sustentado da fertilidade de um latossolo da Amazônia Central sob cultivos sucessivos. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 2, p. 607-616, 1997.

DE MASSIS, A.; CHUA, J. H.; CHRISMAN, J. J. Factors preventing intra-family succession. **Family Business Review**, v. 21, n. 2, p. 183-199, 2008.

DIEGUES, A. C. S. A. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, v.3, n.2, p.361-375, 1999.

DINIZ, F. H.; BERNARDO, W. F.; TEIXEIRA, S. R.; MOREIRA, M. S. P. **Sucessão na Agricultura Familiar – Desafios e perspectivas para propriedades leiteiras**. In: Alternativas para a produção sustentável da Amazônia. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

DREBES, L. M. Projeto de juventude rural, campo de possibilidade e migrações: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 5, p. 4087-4098, 2014.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas Agropecuárias e o Desafio da Sucessão na Agricultura Familiar. **HOLOS**, ano 33, v. 02, 2017.

DOWNEY, H.; THRELKELD, G.; WARBURTON, J. What is the role of place identity in older farming couples' retirement considerations? **Journal of rural studies**, v. 50, p. 1-11, 2017.

DUESBERG, S.; BOGUE, P.; RENWICK, A. Retirement farming or sustainable growth – land transfer choices for farmers without a successor. **Land Use Policy**, v. 61, p. 526-535, 2017.

EDDLESTON, K. A.; KELLERMANS, F.W.; FLOYD, S.W.; CRITTENDEN, W.F. Planning for Growth: Life stage differences in family firms. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 37, n. 5, p. 1177-1202, 2013.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n. 3, p. 527-555, 1961.

EMBRAPA. **Sobre o tema Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 28 set. 2022.

ERRINGTON, A.; LOBLEY, M. **Handing over the reins, A comparative study of international farm transfers**. Paper presented to the Agricultural Economics Society Annual Conference. 2002.

ESPÍRITO SANTO, R. **Caracterização da atividade de desembarque da frota pesqueira artesanal de pequena escala na região estuarina do rio Caeté, município de Bragança - Pará-Brasil**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará, Bragança, 2002.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of World Fisheries and Aquaculture - Meeting the sustainable development goals**. Rome. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. 2018.

FIGUEIRAS, G. C.; HERRERA, J. A. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006. **Cadernos Cepec**, v. 1, n. 7, 2012.

FOGUESATTO, C. R.; MORES, G.V.; KRUGER, S. D.; COSTA, C. Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. **Land Use Policy**, v. 97, 104643, 2020.

FONTELES FILHO, A. A. Oceanografia, Biologia e Dinâmica Populacional de Recursos Pesqueiros. **Expressão gráfica e Editora**. Fortaleza, 2011.

FROEHLICH, J. M.; PIETRZACKA, R. Dinâmica populacional rural: análise de gênero e faixa etária na Região Central do Rio Grande do Sul no período 1996-2000. *In*: Congresso da SOBER, 42, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004. p.1-14.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. D. C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, 2011.

GARCEZ, J. C.; SILVA, D. M.; HENGLES, A. C. V.; GUERRA, D.; BISOGNIN, R. P.; BOHRER, R. E. G. Análise da qualidade de vida de agricultores familiares: estudo de caso em Três Passos, Rio Grande do Sul (RS). **Nativa, Sinop**, v. 8, n. 4, p. 506-513, 2020.

GAGNE, M.; SHARMA, P.; MASSIS, A. D. The study of organizational behaviour in family business. **European Journal of Work and Organizational Psychology**, v. 23, n. 5, p. 643-656, 2014.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**, Wallingford, CAB-International. 1993.

GOELLER, D. Facilitating Succession and Retirement in US Agriculture: The Case of Nebraska Pp. 149-164. *In*: M. Lobley, J. Baker and I. Whitehead eds, **Keeping it in the family: international perspectives on succession and retirement on family farms** (Ashgate). 2012.

GOVERNO DO BRASIL 2019. Agricultura familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura>. Acesso em: 25 set. 2022.

HAYDEN, M. T.; MATTIMOE, R.; JACK, L. Sensemaking and the influencing factors on farmer decision-making. **Journal of rural studies**, v. 84, p. 31-44, 2021.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 019-071, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/braganca.html>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ICMBio–Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Atlas dos Manguezais do Brasil–Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018. 176 p. : il ISBN 978-85-61842-75-8.

INGRAM, J.; KIRWAN, J. Matching new entrants and retiring farmers through farm joint ventures: insights from the Fresh Start Initiative in Cornwall, UK. **Land Use Policy**, v. 28, n. 4, p. 917- 927, 2011.

INPE-INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Prodes**. 2014. Acesso em: 14 set. 2016.

IWASHITA, M. K. P.; MACIEL, P. O. Princípios básicos de sanidade de peixes. *In*: RODRIGUES, A. P. O.; LIMA, A. F.; ALVES, A. L.; ROSA, D. K.; TORATI, L. S.; SANTOS, V. R. V. (Ed.). **Piscicultura de água doce**: multiplicando conhecimentos. Brasília, DF: Embrapa, 2013.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M.A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrario**, v. 16, n. 33, 2015.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; VIEIRA, J. Sucessão geracional na agricultura familiar: Uma questão de renda. *In*: Buainain, A.M. (Ed.), **O mundo rural no Brasil do século**, v. 21, p. 1011–1045, 2015.

KORZENSZKY, A. Extrafamilial Farm Succession: An Adaptive Strategy Contributing to the Renewal of Peasantries in Austria. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 40, n. 2, p. 291-308, 2019.

KUMAR, B.; NAIR, P. The enigma of tropical home gardens. **Agroforestry Systems**, v. 61, p. 135-152, 2004.

LAM, W. Dancing to two tunes: Multi-entity roles in the family business succession process. **International Small Business Journal**, v. 29, n. 5, p. 508-533, 2011.

LEONARD, B.; KINSELLA, A.; O'DONOGHUE, C.; FARRELL, M.; MAHON, M. Policy drivers of farm succession and inheritance. **Land Use Policy**, v. 61, p. 147-59, 2017.

LOBLEY, M.; BAKER, J. R.; WHITEHEAD, I. **Farm succession and retirement**: Some international. 2010.

MMA – Ministério do Meio Ambiente e NUPAUB/USP – **Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil**. Brasília/DF. 2002

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M. Migrações Internacionais de Jovens Rurais. **Revista Brasileira De Sociologia**, v. 8, n. 19, 2020.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016.

MATTE, A.; SPAVENELLO, R. M.; LAGO, A.; ANDREATTA, T. Agricultura e pecuária familiar: (Des.) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 19-33, 2019.

MATTHEWS, E.; BECHTEL, J.; BRITTON, E.; MORRISON, K.; MCCLENNEN, C. **A Gender Perspective on Securing Livelihoods and Nutrition in Fish-dependent Coastal Communities**. Report to The Rockefeller Foundation from Wildlife Conservation Society, Bronx, 2012. 143pp.

MELO, H. P.; DISABBATO, A. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul (Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas no Brasil)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013.

MONTEALEGRE-QUIJANO, S.; BEM JR, R.; DOLCI, D.; DUMONT, L. F. Pesca e recursos pesqueiros. *In*: CALAZANS, D. (Org.). **Estudos oceanográficos: do instrumental ao prático**. Editora textos. Pelotas, 2011. p. 296-337.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2022.

MORAN, E. F. **A Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990. 368 p.

MORAIS, M.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Identifying beliefs underlying successors? Intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 68, p. 48-58, 2017.

MORAIS, M.; BORGES, J. A. R.; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 71, p. 445-452, 2018.

MOREIRA, F. F.; BARROS FILHO, J. S.; COSTA, F. P.; RODRIGUES D. O. D. A estrada de ferro Belém-Bragança e a formação socioespacial do município de Igarapé-açu. *In*: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: [s.n.], 2014.

NASCIMENTO, A. A. C.; GOMES, C. V. A. **Condições de estabilização da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá-PA**. Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento RAF. v. 13, n. 2, 2019.

NAVEGANTES, C. B.; REIS, N. M. G. **Educação Ambiental: Uma Abordagem Sócio Educativa Na Localidade De Pirateua, Augusto Correa/PÁ**. Orientador: Vanessa Alcântara Cardoso. 2017. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Augusto Corrêa, 2017. Acesso em: 20 de nov. 2022.

OLIVEIRA, J. S. R. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade: um estudo em unidades de produção familiares de agricultores/as na área de abrangência do programa PROAMBIENTE, nordeste paraense**. Orientador: Osvaldo Ryohei Kato. 2006.

131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Acesso em: 19 de out. 2022.

OLIVEIRA, W. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios**. Texto para discussão – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília-DF: IPEA, 2018.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VAN HERK VASCONCELOS, A. C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, e222727, 2021.

PAGE, M. J *et al.* **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews**. BMJ, 2021.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. **Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural Partir ou Ficar no Campo**. Desenvolvimento em questão. Editora Unijuí, ano 12, n. 27, 2014. p. 264-297.

RAMALHO, C. W. N.; SANTOS, A. P. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 54, n. 2, p. 256-268, 2018.

RAMOS, G. The continuity of family agriculture and the succession system: the Basque case. **Journal of Comparative Family Studies**, v. 36 n. 3, p. 367-375, 2005.

RECH, L. R.; BINOTTO, E.; CREMON, T.; BUNSIT, T. What are the options for farm succession? Models for farm business continuity. **Journal of Rural Studies**, v. 88, p. 272-278, 2021.

RIOJA, L.A.M.; SOUZA, F. C.; FERNÁNDEZ, M. T. G.; ARTACHO, J. A. D. P.; SERRANO, J. O.; GALLEGO, R. S. **La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social**. Barcelona: Fundación La Caixa, 2009. (Colección Estudios Sociales n. 27).

RODRIGUES, H. E.; COUTO, M. H. S. H. F.; SILVA, R. N. P.; BRABO, M. F.; SANTOS, M. A. S. Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará. **Guaju Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, p. 237-263, 2021.

SACCO DOS ANJOS, F.; NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, E. P.; GRISA, C.; CALDAS, N. V. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da colônia Z3 em Pelotas, RS. *In*: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2004, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2004.

SANTHANAM-MARTIN, M; BRIDGE, P; STEVENS, L. Working with stuckness: lessons from an intervention to support intergenerational transitions on Australian dairy farms. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 40, n. 2, p. 254-271, 2019.

SANTOS, R. C. P.; LISBOA, R. C. L. Musgos (Bryophyta) do nordeste Paranaense, Brasil -1. Zona Bragantina, microrregião do Salgado e município de Viseu, **Acta Amazonica**, v. 33, n. 3, 2003.

SANTOS, M. A. S. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no Nordeste Paraense. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v.1, n.1, 2005.

SANTOS, C. Aquicultura e pesca: a mudança do modelo exploratório. *In*: Tavares-Dias, M. (Org.). **Manejo e sanidade de peixes em cultivo**. Embrapa Amapá, 2009. p. 13-32

SANTOS, A. M. **Políticas públicas educacionais em áreas de Resex Marinha: caso Gurupi-Piriá/Viseu-Pa**. Orientadora: Ligia Terezinha Lopes Simonian. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Acesso em: 15 jan. de 2020.

SANTOS, R. F.; MONTEIRO, E. P.; NASCIMENTO, J. C. S.; SANTOS, W. J. P. A pesca artesanal no nordeste paraense, município de Viseu – Pará. **ActaFish**, v. 6, n. 1, p. 35-43, 2018.

SCHALLENBERGER, B. H. **A atividade pesqueira nas ilhas do entorno de Belém**. Orientadora: Flávia Lucena Frédou. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Acesso em: 17 de jan. 2021.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para as políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SILVA JUNIOR, S. R. **A pesca artesanal e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: um estudo sobre o financiamento concedido aos pescadores artesanais da região bragantina**. Orientadora: Zélia Maria Pimentel Nunes. 2008. 52 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2008. Acesso em: 05 de out. 2023.

SILVA, L. M. A. **Composição, estrutura e distribuição da ictiofauna do rio Matapi, Estado do Amapá**. Orientador: Marcos Tavares-Dias. 2014. 111 f. Tese (Doutorado em Biodiversidade Tropical) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014. Acesso em: 10 de out. 2022.

SILVA, M. M.; OLIVEIRA, F. A. **A importância socioambiental das florestas secundárias em Altamira - Pará**. Revista EDUC Amazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, v. 12, n. 1, p. 195-208, 2014.

SILVA, S. S.; ANTONIAZZI, E. A.; NOVAK, M. A. L. O PRONAF como instrumento de fixação do agricultor familiar no campo, evitando o êxodo rural. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, Criciúma, v. 5, n. 2, p. 66-93, 2019.

SPANVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L. P.; MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

TAFFNER JUNIOR, A.W.; LEANDRO, L. M. L. Colonização e desenvolvimento regional no Nordeste Paraense: estudo comparativo das regiões Bragantina e Tomé-Açu. SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO. 1, 2008, Belém. **Anais...** Belém: NAEA, 2008, 29 p.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano 2, n. 3, 2008.

UCHIYAMA, T.; LOBLEY, M.; ERRINGTON, A.; YANAGIMURA, S. Dimensions of intergenerational farm business transfers in Canada, England, the USA and Japan, Japanese. **Journal of Rural Economics**, v. 10, p. 33-48, 2008.

VASCONCELOS, M.; DIEGUES, A. C. S. A.; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. *In*: COSTA, A. L. (Org.) **Nas Redes da Pesca Artesanal**. Brasília: IBAMA – MMA, 2007, p.15-83.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. [2. ed.]. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

WALKER, R. T.; HOMMA, A. K. O.; SCATENA, F. N. A Evolução da cobertura do solo nas áreas de pequenos produtores na Transamazônica. *In*: HOMMA, A. K. O. (Org.). **Amazônia Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola**. Brasília, DF: Embrapa: CPATU, 1998. p. 321-339.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, p.87-145, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. *In*: DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAF, 2017. p. 64-81.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, v. 87, p. 11-73, 1990

ZAGO, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. *In*: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 19, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Anped, 2012. p. 1-16

2. SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

RESUMO

As organizações familiares e rurais enfrentam desafios recorrentes relacionados ao processo sucessório, questão essa complexa e de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável da agricultura. A continuidade desse segmento de agricultores tem sido ameaçada pelas mudanças estruturais na agricultura que impactam na baixa atratividade do emprego e na conseqüente baixa renovação da força de trabalho no campo. Uma revisão da literatura é indispensável para sintetizar o conhecimento que tem sido produzido e identificar as tendências atuais pertinentes ao tema investigado. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar o estado da literatura brasileira relacionada aos trabalhos sobre sucessão na agricultura familiar, nos últimos 20 anos, por meio de análise bibliométrica dos artigos científicos indexados nas bases Scielo, Web of Science, Scopus e Periódicos Capes, com foco no estado, autor, periódicos e palavras-chave. A análise foi de acordo com a diretriz PRISMA que avaliou 87 artigos relevantes para o tema. Os estudos concentram-se principalmente na opinião do agricultor principal e de jovens agricultores, e desconsidera os demais membros da família, em especial as mulheres. Observou-se que a região Sul abrange 67,4% das publicações com destaque para o Rio Grande do Sul (33 artigos), enquanto o estado do Pará representa apenas 3,37% das publicações. Os artigos destacam que a valorização da agricultura, propriedades estruturadas, produção diversificada, pluriatividade, participação do jovem na tomada de decisão e o apoio familiar estimularia a sucessão geracional nas propriedades agrícolas, enquanto às dificuldades financeiras e de acesso a crédito, o processo sucessório sem planejamento, ausência de políticas públicas, desigualdades de gênero e escassez de assistência técnica rural são os principais fatores que influenciam negativamente a continuidade nas atividades rurais. O estudo permite considerar que a agricultura familiar apresenta dificuldades preocupantes e salienta a necessidade de políticas públicas dirigidas aos jovens favorecendo a redução da migração rural na agricultura para assegurar a reprodução social das unidades produtivas.

Palavras-chaves: Atividade agrícola; Permanência no campo; Análise bibliométrica; reprodução social.

SUCCESSION IN BRAZILIAN FAMILY FARMING: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

Family and rural organizations face recurring challenges related to the succession process, a complex issue of fundamental importance for the sustainable development of agriculture. The continuity of this segment of farmers has been threatened by structural changes in agriculture that impact on the low attractiveness of employment and the consequent low renewal of the workforce in the countryside. A literature review is essential to synthesize the knowledge that has been produced and identify current trends relevant to the investigated topic. Therefore, the objective of this study was to analyze the state of Brazilian literature related to works on succession in family farming, in the last 20 years, through bibliometric analysis of scientific articles indexed in Scielo, Web of Science, Scopus and Periódicos Capes, with focus on state, author, journals and keywords. The analysis was in accordance with the PRISMA guideline, which evaluated 87 articles relevant to the topic. Studies focus on the opinion of the main farmer and young farmers, and disregard other family members, especially women. It was observed that the South region covers 67.4% of the publications, with emphasis on Rio Grande do Sul (33 articles), while the state of Pará represents 3.37% of the publications. The articles highlight that the appreciation of agriculture, structured properties, diversified production, pluriactivity, young people's participation in decision-making and family support would stimulate generational succession on agricultural properties, while financial difficulties and access to credit, the succession process without planning, absence of public policies, gender inequalities and lack of rural technical assistance are the main factors that negatively influence the continuity of rural activities. The study makes it possible to consider that family farming presents worrying difficulties and emphasizes the need for public policies aimed at young people, favoring the reduction of rural migration in agriculture to ensure the social reproduction of productive units.

Keywords: Agricultural activity; Stay in the field; Bibliometric analysis; social reproduction

2.1 Introdução

O conceito de agricultura familiar ressalta as distintas relações envolvendo questões relacionadas ao acesso à terra, por meio da propriedade ou do usufruto de propriedade, cujo trabalho e gerencia das atividades é predominantemente familiar e sua produção voltada para a subsistência familiar, com a possibilidade de alguma vinculação ao mercado (VAN DER PLOEG, 2018; CASTRO, 2023).

No Brasil, a agricultura familiar ganhou força e espaço no pensamento social rural a partir de meados da década de 1990, tornou-se alvo de políticas e órgãos específicos do Estado e de trabalhos acadêmicos que passaram a valorizar esse modelo de agricultura (OLIVEIRA *et al.*, 2021; MONTEIRO; MUJICA, 2022). Somado a isso, as organizações sindicais no campo a assumiram como identidade política e projeto de agricultura para o país (PICOLOTTO, 2014).

Esses agricultores familiares respondem por parte relevante da produção de alimentos e matérias-primas no Brasil (MENDONÇA *et al.*, 2013). Apesar deles serem fundamentais na transformação sustentável dos sistemas agrícolas, ainda continuam sendo dos mais afetados pela pobreza e vulnerabilidade (FAO, 2020b). De acordo com FAO e IFAD (2019a) mais de 75% dos mais pobres do mundo vivem em áreas rurais e dependem da agricultura para sua subsistência, com os agricultores familiares - em particular os pequenos produtores de alimentos, mulheres, jovens, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos - entre aqueles que enfrentam os mais altos níveis de riscos econômicos e sociais.

A sucessão rural é um processo construído socialmente que inclui a preparação do sucessor para atender a expectativa de uma empresa familiar (ABDALA *et al.*, 2022). Esse processo é fundamental para a agricultura familiar e está diretamente ligada à juventude rural. A opção dos jovens em dar continuidade à profissão dos pais é resultado de um conjunto de fatores, entre os quais a construção de uma identidade de agricultor, a partir de aspectos socio-culturais, que é tão importante quanto os aspectos econômicos relacionados à rentabilidade e à segurança financeira (MONTEIRO; MUJICA, 2022).

A redução constante das fronteiras entre o rural e o urbano nos desafia permanentemente a pensar o rural em suas múltiplas dimensões, pois é marcado pela pluriatividade, biodiversidade e, também, um espaço de produção de saberes e de conhecimento (MENDONÇA *et al.*, 2013; CASTRO *et al.*, 2019).

O problema da sucessão geracional na agricultura familiar também passou a mobilizar pesquisadores a somarem esforços na compreensão da problemática da sucessão neste setor e suas prováveis repercussões sobre os destinos da juventude rural e, por extensão, da própria

agricultura familiar (WEISHEIMER, 2009; SPANEVELLO *et al.*, 2011; MATTE; MACHADO, 2016; MORAIS *et al.*, 2017; MARIN; DREBES, 2020).

A saída dos jovens e o possível esvaziamento do campo podem decorrer da remuneração insatisfatória do produto do trabalho familiar, e da escassez de oportunidades e de políticas públicas para incentivar a permanência dos jovens (ZAGO; BORDIGNON, 2012; MARIN, 2020). Outros fatores determinantes para permanência ou não nas atividades familiares, em parte, liga-se ao tamanho dos estabelecimentos rurais, que são pequenos, as dificuldades de capital financeiro, as oportunidades de trabalho independente da família, o acesso à escolarização, a perspectiva matrimonial com um (a) agricultor(a) e a possibilidade de herdar terra (WEISHEIMER, 2009), além das “atratividades” das grandes cidades (PETINARI *et al.*, 2008).

De acordo com Bamat e Ieno Neto (1998), muitos jovens gostariam de dar continuidade às funções de seus pais no campo, desde que tenham a possibilidade de acessarem algumas facilidades e conforto, como educação, lazer, transporte, infraestrutura, bens materiais de qualidade e outros benefícios até então privilégios do meio urbano. Estas reivindicações demandadas pelos jovens abrem possibilidades para que eles participem do desenvolvimento da comunidade e possam colaborar para sua valorização e na decisão desses sujeitos em continuar morando e trabalhando no meio rural (COSTA; RALISCH, 2013).

Alinhados a essa visão, diversos artigos de diversos periódicos vêm destacando indicadores de crise sucessória na agricultura familiar no mundo todo. No Brasil, vários pesquisadores voltaram sua atenção para a sucessão de propriedades rurais como Spanevello *et al.* (2011), Matte *et al.* (2015), Mera *et al.* (2018), Morais *et al.* (2018), Bánkuti *et al.* (2018), Foguesatto *et al.* (2020), Barbosa *et al.* (2020), Arends-Kuenning *et al.* (2021), Oliveira *et al.* (2021), Monteiro e Mujica, (2022) entre outros. Esse interesse é impulsionado pelo envelhecimento da população rural e pelo êxodo da juventude, agravado pelo fato de que a maioria dos emigrantes são mulheres, acarretando para um processo de masculinização do campo (COSTA; RALISCH, 2013; MATTE *et al.*, 2014).

A pesquisa teve como objetivo verificar o estado atual da literatura científica relacionada aos trabalhos no Brasil, sobre sucessão na agricultura familiar, por meio de uma análise bibliométrica por estado, periódico, autores, ano de publicação e palavra-chave. Na primeira etapa, destacou-se como os dados da literatura foram obtidos a partir dos bancos de dados bibliográficos. E no segundo momento, descreveu-se os artigos científicos identificados, que nos permitiram caracterizar as principais comunidades científicas nacionais que realizaram as pesquisas mais relevantes sobre o tema, nos últimos 20 anos.

2.2 Material e Métodos

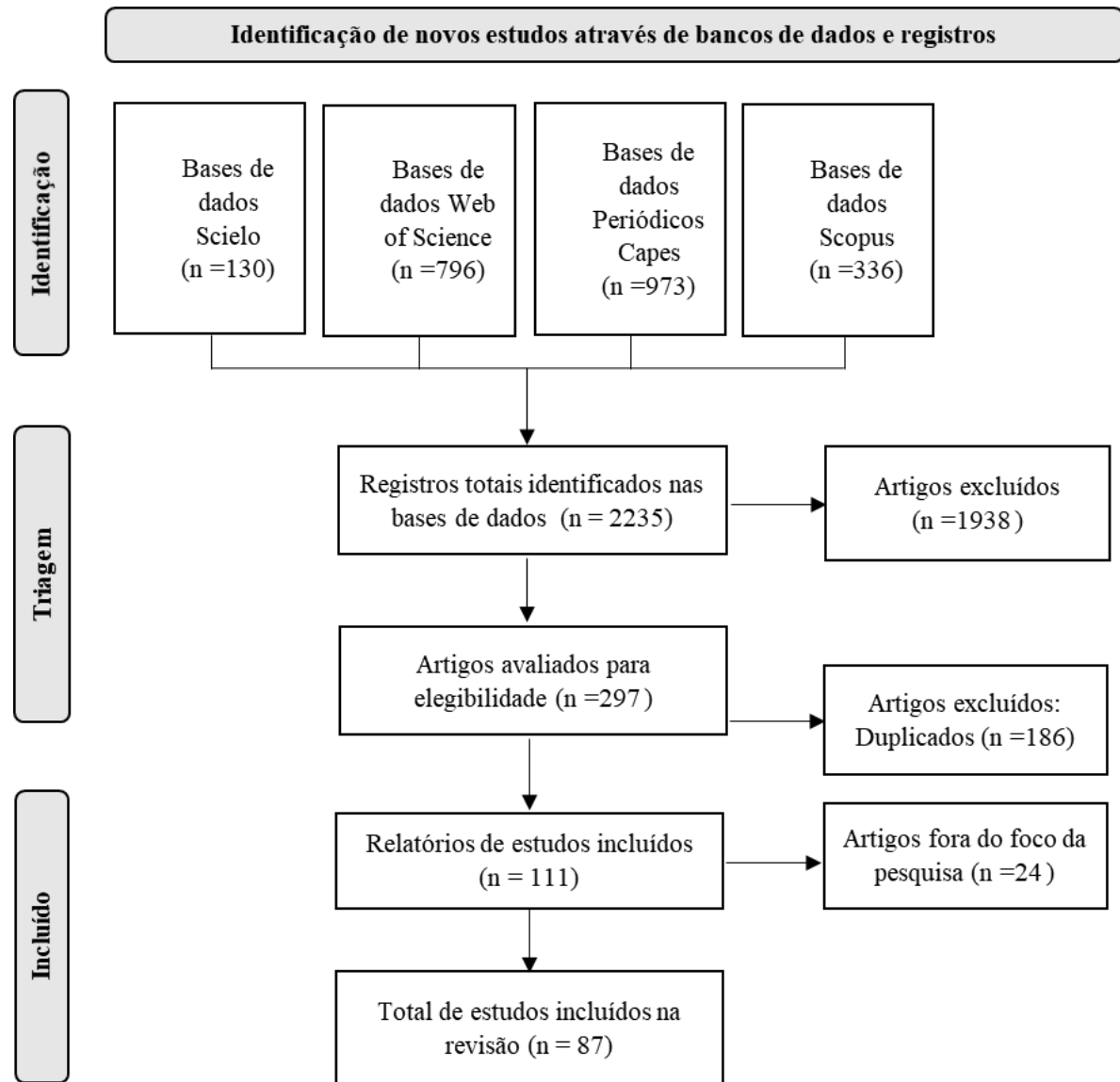
Para o cumprimento do objetivo do trabalho, realizou-se a análise bibliométrica em três etapas de acordo com a diretriz PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), que institui os passos fundamentais para o cumprimento da revisão sistemática da literatura científica baseado em artigos indexados em bases de dados bibliográficas e a exclusão de artigos não pertinentes, conforme descrito por Moher *et al.* (2009) (Figura 1).

No primeiro passo foi realizado a busca e seleção de artigos publicados em periódicos indexados nas bases da Scielo, Web Of Science, Periódicos Capes e Scopus para compor nossa base de dados. Essa busca inicial pelos artigos ocorreu no período de junho a julho de 2022. Utilizou-se como descritores as palavras (sucessão *OR* permanência) *AND* (agricultura *OR* fazenda), ou (*agricultural succession OR family farmers OR family succession OR agricultural permanence*) *AND* (*rural OR Brazil*) para acessar a produção científica relacionada ao tema. Os artigos escolhidos continham pelo menos dois desses termos no título ou resumo. Como o intuito era identificar qual o cenário das pesquisas científicas nacionais recentes, relacionadas aos processos sucessórios na agricultura familiar, fez-se o uso do recorte temporal compreendido entre os anos de 2002 e 2022. Foram identificados então, 2.235 artigos.

No segundo passo foi realizada a leitura do título e resumo de 297 artigos e excluímos aqueles que não eram relevantes ao tema ou por estarem repetidos em mais de uma base. Isso gerou 111 artigos.

No terceiro passo foram analisados mais detalhadamente os artigos que passaram no primeiro e segundo filtro. Os trabalhos selecionados a partir da leitura do título, resumo, palavras-chave e conclusões de todos os artigos retornados apresentavam o objetivo ou uma questão principal da pesquisa relacionada ao processo sucessório na agricultura familiar brasileira. Assim, foram selecionados 87 artigos para a construção da base de dados e posterior análise.

Figura 1 - Fluxograma prisma estruturado em três principais etapas: 1) identificação dos artigos, 2) triagem para exclusão de artigos off topic, 3) seleção final dos artigos e análise bibliométrica.



Fonte: Adaptado de Page *et al.*, 2021.

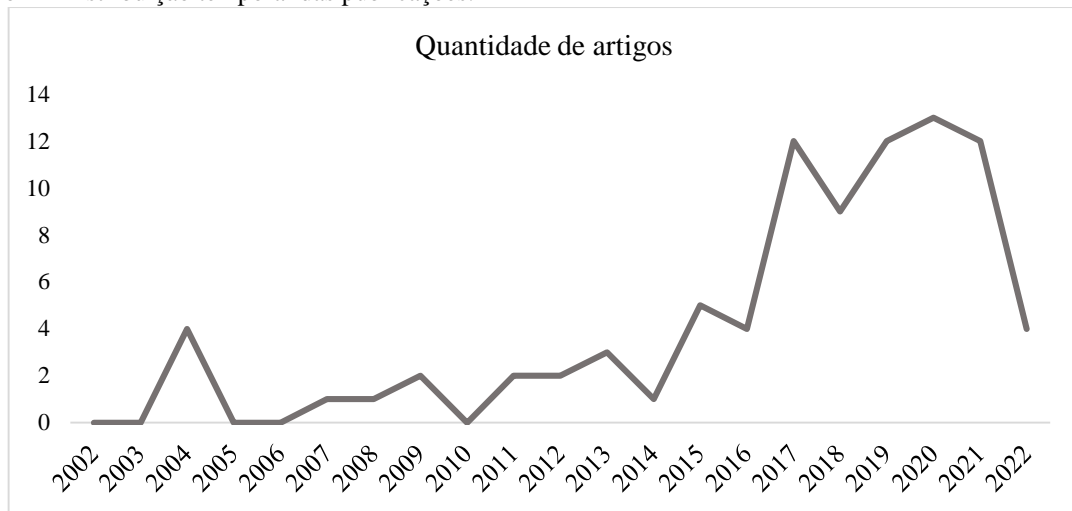
A análise bibliométrica baseou-se na frequência de publicações segundo os seguintes aspectos: periódicos, estado, ano de publicação e palavras-chave. Além disso, uma nuvem de palavras foi realizada usando a plataforma Word Art (<https://wordart.com/create>) para destacar a importância de palavras utilizadas entre as palavras-chave das publicações.

2.3 Resultados e Discussão

O modo de vida contemporâneo no campo tem levado várias instituições de ensino brasileiras a realizarem pesquisas, abordando a questão da sucessão na agricultura familiar. O levantamento geral retornou um total de 2.235 artigos científicos, dos quais, apenas 87 contemplavam a questão principal da investigação. No que se refere à distribuição temporal da amostra, observou-se inicialmente, artigos a partir do ano de 2004, com poucas publicações

nos anos seguintes, mas com um aumento significativo a partir do ano de 2017 (Gráfico 1), destacando o crescente interesse, frente a problemática decorrente da falta de sucessores na agricultura familiar, corroborando com os achados de Bernardo e Farinha (2021), que afirmam que o Brasil possui registros sobre o êxodo rural ocorrido nos períodos mais recentes de sua história e que as pesquisas sobre sucessão familiar no campo brasileiro devem aumentar em função da importância que a produção agrícola apresenta para a economia do país.

Gráfico 1 - Distribuição temporal das publicações.



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria das publicações sobre o processo sucessório na agricultura familiar, no Brasil fazem suas análises utilizando métodos qualitativos como Spanevello *et al.* (2017), Matte *et al.* (2015), Panno e Machado (2014), Silva e Anjos (2022), Breitenbach *et al.* (2020). Para Rodriguez-Lizano *et al.* (2020), a análise qualitativa concentra-se principalmente nas variáveis de percepção e estilo de vida do agricultor principal e em menor grau nas variáveis socioeconômicas. Enquanto, a abordagem quantitativa, segundo Bertoni e Cavicchioli (2016) possibilita a regressão de variáveis binárias para examinar os fatores que afetam a sucessão utilizada, a exemplo nos trabalhos de Brumer (2004), Foguesatto *et al.* (2016), Breitenbach *et al.* (2019), Botelho e Almeida (2020) e Breitenbach e Corazza (2020). Outros pesquisadores optam por fazer uso em conjunto dos dois métodos (qualitativos e quantitativos) em suas análises, como Mendonça *et al.* (2013), Costa e Ralisch (2013), Kischener *et al.* (2015), Andrade e Silva (2015), Moreira e Schlindwein (2016), Oliveira *et al.* (2021), Hennerich *et al.* (2021).

No que tange a dimensão espacial, é possível observar na tabela 2, que o Sul do Brasil constitui a região que concentra 67,4% das publicações, com destaque para o Rio Grande do Sul, com 33 dos artigos publicados. Paraná e Santa Catarina alternam as posições 2 e 3 no

ranking dos que mais publicam, com 14 e 11 artigos, respectivamente. A região Sudeste, representa 13,5% das publicações, seguida pelo Centro Oeste com 10,1%. O Norte por sua vez concentra 5,6% dos artigos publicados e em último colocado, com 3,4% temos a região Nordeste.

De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017) a Região Sul conta com 853.314 estabelecimentos, dos quais 665.767 (78,93%) desempenham atividades relacionadas à agricultura familiar. Esse seu expressivo número de propriedade familiares e sua relevância para a economia nacional precisam ser melhor entendida, por isso tem sido bastante estudada.

Tabela 1 - Os estados e regiões brasileiras que publicaram artigos sobre sucessão na agricultura familiar, nos últimos 20 anos.

Estados	Número de publicações	Região	(%) de publicação por região
Rio Grande do Sul	33	Sul	67,4
Paraná	14		
Santa Catarina	11		
Minas Gerais	5	Sudeste	13,5
São Paulo	4		
Rio de Janeiro	2		
Espírito Santo	1		
Mato Grosso do Sul	4	Centro Oeste	10,1
Mato grosso	3		
Goiás	2		
Pará	4	Norte	5,6
Tocantins	1		
Ceará	1	Nordeste	3,4
Bahia	1		
Pernambuco	1		

Fonte: Dados da pesquisa.

Os 87 artigos analisados foram publicados em 49 periódicos diferentes compreendendo, entre outros, periódicos agrícolas, sociológicos, econômicos, de gestão e de geografia. Conforme consta na Tabela 3, o periódico com maior produção (onze artigos) é a Revista de Economia e Sociologia Rural. Souza *et al.* (2021), ressaltam que a maior procura por esse periódico, pode ser em razão de seu ranking considerável no Qualis geral da CAPES para o quadriênio de 2013 a 2016, que o classifica como A2 (Planejamento Urbano e Regional) e B1 (Ciências Agrárias I, Economia e Interdisciplinar).

Tabela 2 - Relação dos periódicos mais visados para publicações sobre sucessão na agricultura familiar nos últimos 20 anos, no Brasil.

Periódico	Artigos
Revista de Economia e Sociologia Rural	11
Land Use Policy	6
Revista Brasileira de Educação do Campo	4
Revista Espacios	4
Desenvolvimento em Questão	3
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	3
Mundo Agrário	3
Custos e Agronegócio Online	2
INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local	2
Holos	2
Informe GEPEC	2
Retratos de Assentamentos	2
Revista Ateliê Geográfico	2
Revista em Agronegócio e Meio Ambiente	2
Revista Formação Online	2
Revista Ideas	2
Revista Latino-Americana de Ciências Sociais	2
Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	2
Ciência Rural	1
Estudos Feministas	1
REDES: Revista do Desenvolvimento Regional	1
Revista Nera	1
Boletim Goiano de Geografia	1
Brazilian Journal of Operations and Production Management	1
Cahiers Agriculturas	1
Cepal Review	1
Ciências Sociais Unisinos	1
Contribuciones a las Ciencias Sociales	1
Emancipação	1
Humanidades & Inovação	1
Interciência	1
NJAS-Impact in Agricultural and Life Sciences	1
Nativa	1
Olhar de Professor	1
Research, Society and Development	1
Revista Brasileira de Estudos de População	1
Revista Brasileira de Extensão Universitária	1
Revista Brasileira de Fruticultura	1
Revista Brasileira de Sociologia	1
Revista Ceres	1

Revista Ciências Sociais em Perspectiva	1
Revista de Administração de Empresas	1
Revista de Administração Mackenzie	1
Revista de Ciências Humanas	1
GEDECON Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto	1
Revista Gestão e Desenvolvimento	1
Revista Paranaense de Desenvolvimento	1
Scientific Electronic Archives	1
Teoria & Pesquisa: Publicação do Departamento de Ciências Sociais	1
Total	87

Fonte: Dados da pesquisa.

O periódico internacional Land Use Policy destacou-se com seis publicações. Outros treze periódicos internacionais abrigaram pesquisas relevantes sobre a sucessão na agricultura familiar no Brasil, sendo estes: Espacios (4), Revista Latino Americana de Ciências Sociales (2), Brazilian Journal of Operations and Production Management (1), Cahiers Agriculturas (1), Cepal Review (1), Ciências Sociais Unisinos (1), Contribuciones a las Ciencias Sociales (1), NJAS-Impact in Agricultural and Life Sciences (1), Research, Society and Development (1) e Scientific Electronic Archives (1).

No tocante aos domínios de pesquisa na literatura brasileira, estes tinham como enfoque destacar os aspectos determinantes para a tomada de decisão do agricultor e/ou os fatores que afetam a intenção do agricultor de permanecer na atividade.

As possíveis influências para a ocorrência da sucessão na propriedade rural foram identificadas em quatro fatores recorrentes por estudos acadêmicos: (I) **aspectos econômicos**, (II) **aspectos gerenciais**, (III) **aspectos sociais** e (IV) **aspectos governamentais**. O quadro 1, demonstra os principais autores que destacaram em seus estudos, perspectivas que estimulariam a permanência de prováveis “sucessores” nas atividades agrícolas familiares e discutidos na sequência.

Quadro 1 - Enfoques dos estudos sobre agricultura familiar no Brasil realizados no período de 2002 a 2022 com os possíveis fatores determinantes para a tomada de decisão do agricultor.

Enfoque	Definição	Autores
Aspectos econômicos	Trabalhos focados na gestão dos recursos financeiros/renda; diversificação e/ou Pluriatividade das atividades; infraestrutura dos empreendimentos (tamanho da área)	Ribeiro <i>et al.</i> , 2004; Wagner <i>et al.</i> , 2004; Petinari <i>et al.</i> , 2008; Panno; Machado, 2014; Kischener <i>et al.</i> , 2015; Panno; Machado, 2016; Pavan; Santos Junior, 2017; Spanevello <i>et al.</i> , 2017; Moreira <i>et al.</i> , 2018; Morais <i>et al.</i> , 2018; Braga, 2019; Esquinsani <i>et al.</i> , 2019; Soares; Peixinho, 2019; Oliveira; Benevenuto, 2019; Barbosa <i>et al.</i> , 2020; Breitenbach <i>et al.</i> ,

		2020; Foguesatto <i>et al.</i> , 2020; Kruger <i>et al.</i> , 2020; Pinto <i>et al.</i> , 2021.
Aspectos gerenciais	Estudos que investigam temas voltados para o reconhecimento profissional dos membros da família, autonomia para tomar decisões e incentivos à permanência no campo e o planejamento da gestão	Cordeiro, 2009; Panno; Machado, 2016; Morais <i>et al.</i> , 2017; Nascimento <i>et al.</i> , 2017; Mera <i>et al.</i> , 2018; Barbosa <i>et al.</i> , 2020; Breitenbach <i>et al.</i> , 2020; Santos <i>et al.</i> , 2020; Bernardo; Farinha, 2021; Sznitowski <i>et al.</i> , 2021; Krüger <i>et al.</i> , 2022; Monteiro; Mujica, 2022; Oliveira <i>et al.</i> , 2021.
Aspectos sociais	Abordagens relativas à relação com a comunidade, escolaridade no campo e a presença de Cooperativas	Souza <i>et al.</i> , 2013; Kischener <i>et al.</i> , 2015; Drebes; Spanevello, 2017; Abdala <i>et al.</i> , 2022; Botelho; Almeida, 2020; Silva; Anjos, 2022.
Aspectos governamentais	Pesquisas que salientam sobre políticas públicas; acesso a crédito incentivo de assistência técnica e extensão rural	Sant'Ana; Costa, 2004; Wesz Junior, 2009; Munarim; Locks, 2012; Souza <i>et al.</i> , 2013; Moreira; Schindwein, 2016; Paula <i>et al.</i> , 2017; Souza <i>et al.</i> , 2017; Mera <i>et al.</i> , 2018; Maziero <i>et al.</i> , 2019; Nascimento <i>et al.</i> , 2019; Batista, 2021; Hennerich <i>et al.</i> , 2021; Silveira <i>et al.</i> , 2021.

Fonte: Dados da pesquisa.

D) Aspectos econômicos: os trabalhos que exploravam aspectos de cunho econômico se destacaram na revisão. De acordo com os artigos analisados, as atividades familiares que geram renda suficiente para proporcionar um bom padrão de vida são mais propensas à ocorrência da sucessão geracional (BARBOSA *et al.*, 2020; BREITENBACH *et al.*, 2020; PANNO; MACHADO, 2016; PETINARI *et al.*, 2008; FOGUESATTO *et al.*, 2020; KRUGER *et al.*, 2020; KISCHENER *et al.*, 2015), ou seja, quanto maior a faixa de renda familiar, maior a possibilidade do potencial sucessor se interessar em continuar as atividades do proprietário e permanecer na área rural (PESSOTTO *et al.*, 2019).

Outros estudos focaram na diversificação econômica das atividades agrícolas, como fator importante que pode estar incentivando o processo de reprodução social (WAGNER *et al.*, 2004; ESQUINSANI *et al.*, 2019; PINTO *et al.*, 2021; SPANEVELLO *et al.*, 2017; MOREIRA *et al.*, 2018). Neste aspecto, a diversificação das atividades surge como um meio encontrado pelos agricultores familiares para a ampliação da renda, permitindo a prática de atividades não agrícolas proporcionando uma espécie de fonte de renda adicional. Nessa perspectiva, outros autores a conceituam como pluriatividade (SOARES; PEIXINHO, 2019; OLIVEIRA; BENEVENUTO, 2019; BRAGA, 2019; PANNO; MACHADO, 2014).

O tamanho da propriedade aliado a melhorias na infraestrutura local (aquisição de recursos materiais e equipamentos) favorece para a realização de tarefas “mais leve”, também são elementos importantes que influenciam a expectativa dos jovens no processo de decisão para a sucessão no Brasil (MORAIS *et al.*, 2018; FOGUESATTO *et al.*, 2020).

II) Aspectos gerenciais: os estudos nacionais cujas investigações estão dentro desta temática, representou o segundo lugar entre as publicações. O reconhecimento profissional pelos membros da família foi destacado nos trabalhos de Moraes et al. (2017) e Barbosa *et al.*, (2020) como essencial, pois influencia a percepção dos sucessores sobre sua própria capacidade de assumir os estabelecimentos agrícolas. Aliado a isso, tem-se a importância do incentivo de seus pais (PANNO; MACHADO, 2016; NASCIMENTO *et al.*, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2021) e a participação no processo de tomada de decisões (MERA *et al.*, 2018; BREITENBACH *et al.*, 2020) e conseqüentemente na gestão dos negócios, estimulando a permanecer na área rural.

A sucessão familiar planejada surge como um fator indispensável, visto que oferece a oportunidade de um processo organizado e gradual, com um sucessor treinado crescendo para o papel sob a supervisão e orientação do dono da propriedade (CORDEIRO, 2009; SANTOS *et al.*, 2020; BERNARDO; FARINHA, 2021; SZNITOWSKI *et al.*, 2021; KRÜGER *et al.*, 2022; MONTEIRO; MUJICA, 2022). Quando os potenciais sucessores são preparados para a gestão do negócio através do acompanhamento nas atividades cotidianas no campo ainda jovens, é mais provável que busquem ser um sucessor.

III) Aspectos sociais: Para as condições de permanência, alguns autores consideram a influência de fatores sentimentais estabelecidas nas comunidades a partir de um vínculo afetivo com a propriedade rural (BOTELHO; ALMEIDA, 2020; SILVA; ANJOS, 2022; KISCHENER *et al.*, 2015). Essas relações sociais podem reforçar os sentimentos de pertencimento, confiança e bem-estar dos jovens, caracterizando-se como um papel tão importante quanto o incentivo financeiro na opção dos jovens em assumir ou não a agricultura familiar

Outra questão que pode influenciar a presença do sucessor nas unidades produtivas no meio rural está relacionada ao acesso a escolaridade (SOUZA *et al.*, 2013). Em que muitos pais almejam que seus filhos tenham condições para que possam estudar (COSTA; RALISCH, 2013). Corroborando com os resultados da pesquisa de Kischener *et al.* (2015) e Moraes *et al.* (2017) quando destacam em seus estudos que os jovens revelaram que o acesso ao ensino superior foi importante para suas decisões de permanecer frente ao negócio familiar. Nessa perspectiva os potenciais sucessores buscam geralmente estudos relacionados as ciências agrárias, e a partir disso podem perceber sua capacidade de controlar a empresa fami-

liar rural e passam a projetar seu futuro no campo (CAVICCHIOLI *et al.*, 2015; MORAIS *et al.*, 2018, OLIVEIRA *et al.*, 2021). Contudo outros autores, como Pessotto *et al.* (2019) discorrem que o ensino superior foi associado a menores chances de membros mais jovens da família continuarem na atividade familiar.

Uma das questões abordadas ainda no aspecto social é com relação a contribuição das cooperativas agropecuárias que se demonstrou relevante à sucessão na agricultura familiar (DREBES; SPANEVELLO, 2017; ABDALA *et al.*, 2022).

IV) Aspectos governamentais: nos estudos referentes a este aspecto, os artigos deram ênfase a relevância das políticas públicas que podem beneficiar os estabelecimentos rurais, por meio da participação em programas do governo federal que oferecem crédito agrícola, como o Pronaf, voltado para pequenos produtores, auxiliando no processo de melhoria das infraestruturas e conseqüentemente nas condições de trabalho servindo como efeito estimulante à continuidade dos jovens nas propriedades familiares (SANT'ANA; COSTA, 2004; WESZ JUNIOR, 2009; SOUZA *et al.*, 2013; SOUZA *et al.*, 2017; MERA *et al.*, 2018; Silveira *et al.*, 2021; BATISTA, 2021; HENNERICH *et al.*, 2021; MUNARIM; LOCKS, 2012; NASCIMENTO *et al.*, 2019).

Outro fator considerado nas publicações, é com relação importância da assistência técnica, extensão rural e outros métodos corporativos que venham a privilegiar a organização e o planejamento desses espaços mediante envolvimento em ações de capacitação e de informação necessária para a efetivação do desenvolvimento agrícola sustentável no Brasil (MOREIRA; SCHLINDWEIN, 2016; MAZIERO *et al.*, 2019).

Apesar dos aspectos positivos, observados acima, vários autores têm discutido em suas pesquisas, fatores que desestimulam a continuidade e permanência do jovem no campo, conforme observado no quadro 2: (I) **questões econômicas**, (II) **relacionadas ao trabalho**, (III) **questões sociais** e (IV) **governamentais**.

Quadro 2 - Enfoques dos estudos sobre agricultura familiar no Brasil realizados no período de 2002 a 2022 com fatores que afetam a intenção do agricultor de permanecer na atividade.

Enfoque	Definição	Autores
Questões econômicas	Estudos sobre reprodução social destacando a situação econômica instável	Sant'Ana; Costa, 2004; Anjos; Caldas, 2007; Kiyota <i>et al.</i> , 2012; Costa; Ralisch, 2013; Fischer <i>et al.</i> , 2016; Foguesatto <i>et al.</i> , 2016; Staduto <i>et al.</i> , 2017; Saggin <i>et al.</i> , 2019; Breitenbach; Troian, 2020; Garcez <i>et al.</i> , 2020; García <i>et al.</i> , 2020; Marin, 2020; Santos <i>et al.</i> , 2021.

Questões de trabalho	Pesquisas que evidenciam a precarização do trabalho, falta de infraestrutura desvalorização do trabalho rural	Spanevello <i>et al.</i> , 2011; Coradini, 2015; Bianchini <i>et al.</i> , 2017; Breitenbach; Corazza, 2017; Bánkuti <i>et al.</i> , 2018; Izidoro; Rodrigues, 2018; Breitenbach; Corazza, 2020; Marin; Debres, 2020; Santos <i>et al.</i> , 2021.
Questões sociais	Temáticas focalizando Gênero, Migração, Envelhecimento, Falta de planejamento sucessório	Brumer, 2004; Mendonça <i>et al.</i> , 2013; Andrade; Silva, 2015; Matte <i>et al.</i> , 2015; Schneider <i>et al.</i> , 2015; Silva <i>et al.</i> , 2017; Staduto <i>et al.</i> , 2017; Breitenbach; Corazza, 2019; Breitenbach <i>et al.</i> , 2019; Pessotto <i>et al.</i> , 2019; Toledo; Zonin, 2019; Arends-Kuenning <i>et al.</i> , 2021; Breitenbach; Corazza, 2021.
Questões governamentais	Estudos que analisam a escassez de assistência técnica e extensão rural, políticas públicas frágeis, dificuldade de acesso ao crédito rural	Sant'Ana; Costa, 2004; Almeida <i>et al.</i> , 2019; Foguesatto <i>et al.</i> , 2016; Gasparin <i>et al.</i> , 2018; Soares <i>et al.</i> , 2018; Bernardi; Kuhn, 2020; Cordeiro <i>et al.</i> , 2021.

Fonte: Dados da pesquisa.

I) Questões econômicas: A literatura sobre sucessão agrícola no Brasil, ressalta que uma das variáveis que mais desencorajam para o processo de sucessão familiar no meio rural é o desempenho econômico. Essa situação foi apontada por vários autores como Sant'Ana e Costa (2004), Anjos e Caldas (2007), Kiyota *et al.* (2012); Costa e Ralisch (2013), Fischer *et al.* (2016), Foguesatto *et al.* (2016), Staduto *et al.* (2017), Saggin *et al.* (2019), Breitenbach e Troian (2020), Garcez *et al.* (2020), García *et al.* (2020), Marin (2020), Santos *et al.* (2021). Eles destacam que a renda incerta ou o baixo rendimento financeiro atribuído as atividades são alguns dos entraves que influenciam a decisão pelo êxodo rural, em especial das moças.

II) Questões do trabalho: Outra questão considerada nas análises das publicações diz respeito às condições de trabalho das atividades agrícolas (SPANEVERELLO *et al.*, 2011; SPANEVERELLO *et al.*, 2012; CORADINI, 2015; MATTE E MACHADO, 2016; BREITENBACH; CORAZZA, 2017; BÁNKUTI *et al.*, 2018; IZIDORO; RODRIGUES, 2018) que incluem, como relatado por muitos jovens, relação com a penosidade da função através da sobrecarga do trabalho físico, inclusive nos finais de semanas e ausência de feriados ou férias.

Associado a isso, tem-se falta de infraestrutura, como resultado da carência de investimento que provoca a escassez de tecnologias no campo que “facilita” a vida cotidiana na

agricultura familiar (MARIN; DEBRES, 2020; SANTOS *et al.*, 2021). Outro fator considerado como um dos motivos que mais causam a ruptura do processo sucessório é pouca valorização dos produtores rurais relatadas pelos jovens. Além da relutância dos pais que não veem a agricultura como uma boa alternativa para seus filhos e acabam os desestimulando a continuar na atividade (BIANCHINI *et al.*, 2017; BREITENBACH; CORAZZA, 2020).

III) Questões sociais: As pesquisas de cunho social, relacionadas ao trabalho na agricultura familiar, na literatura nacional, têm dado ênfase na análise de gênero no meio rural (BRUMER, 2004; SCHNEIDER *et al.*, 2015; STADUTO *et al.*, 2017; BREITENBACH; CORAZZA, 2019; ARENDS-KUENNING *et al.*, 2021) e estão focados geralmente em examinar a divisão de funções e o papel da mulher no trabalho doméstico, as estratégias de gênero para a futura administração da propriedade rural e as percepções das jovens sobre a possibilidade de tomada de decisões (BARBOSA, 2018). Observa-se ainda no campo das pesquisas, que as mulheres no Brasil, assim como em outros países, perpassam visões tradicionais, e são menos propensas a herdar as propriedades agrícolas ou serem escolhidas como sucessoras, e que seu papel ainda é invisível e desvalorizado.

Nessa perspectiva, muitos pais brasileiros na agricultura incentivam as filhas a buscarem nos centros urbanos as condições para educar-se, uma vez que na zona rural a qualidade e/ou indisponibilidade de ensino é limitada como apontado nos trabalhos de Brumer (2008) e Kischener *et al.* (2015). Os produtores veem a educação como forma de se conseguir uma profissão menos desgastante e mais bem remunerada do que a de agricultor. Assim, essas moças iniciam sua preparação para o trabalho não agrícola. Essa migração tem acarretado a masculinização da população rural e conseqüentemente no envelhecimento do campo (MENDONÇA *et al.*, 2013; ANDRADE; SILVA, 2015; TOLEDO; ZONIN, 2019).

Ainda na questão social, muitos estudos preocupam-se com a falta de planejamento sucessório nas propriedades brasileiras (MATTE *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2017; BREITENBACH; CORAZZA, 2021) considerada por muitos como tardia (MONTEIRO; MUJICA, 2022), isso ocorre devido ao pouco envolvimento dos filhos os quais não são incentivados pelos pais e geralmente os afasta da tomada de decisões e gestão dos negócios (MATTE; MACHADO, 2016). Percebe-se nos trabalhos que os jovens só conseguem acesso aos bens materiais e imateriais da unidade de produção quando os pais mais velhos morrerem ou perderem a capacidade de gestão e isso ocorre de forma abrupta e inesperada sem a fundamental preparação do sucessor para dar seguimento aos negócios familiares e a continuidade para as futuras gerações.

IV) Questões governamentais: nessa temática as abordagens relativas às políticas públicas dirigidas aos jovens do campo são consideradas frágeis (GASPARIN *et al.*, 2018; SOARES *et al.*, 2018; BERNARDI; KUHN, 2020). De acordo com a literatura, estes sujeitos têm dificuldades de acessar as políticas relacionadas a linhas de créditos ou subsídios (FOGUESATTO *et al.*, 2016; CORDEIRO *et al.*, 2021), bem como consideram a presença de organizações de assistência técnica e extensão rural escassa (SANT’ANA; COSTA, 2004; ALMEIDA *et al.*, 2019). Conforme Bernardi e Kuhn (2020), reforça-se a necessidade de construir políticas públicas de auxílio e incentivo ao jovem produtor para que a agricultura no Brasil seja fortalecida e só assim haverá permanência e sucessão no campo.

Por fim, foram identificadas nos 87 artigos analisados, mais de 700 palavras-chave. Desenvolveu-se então, a nuvem de palavras baseada na frequência de termos usados nos títulos das publicações consultadas, destacando dois termos principais: sucessão rural e agricultura familiar, as quais constituem o objeto da pesquisa (Figura 2).

Figura 2 – Nuvem de palavras destacando os termos mais frequentes relacionadas a sucessão na agricultura familiar nos últimos 20 anos.



As palavras mais frequentes ilustram sobre as temáticas estudadas (sucessão, juventude, gênero, migração, políticas públicas, entre outros); o tipo de produção agrícola, como agricultura; e o tipo de força de trabalho avaliado, como jovens, migrantes e agricultores.

2.4 Conclusão

Esta revisão sistemática oferece uma visão das pesquisas mais relevantes a nível nacional que permitiu catalogar 87 estudos relacionadas a sucessão na agricultura familiar, nos últimos 20 anos. Observou-se que nos estados pertencentes a Regiões Sul foram desenvolvidos o maior número de investigações.

O estudo permite considerar que a agricultura familiar apresenta dificuldades preocupantes para assegurar a reprodução social da unidade produtiva. De modo geral, as pesquisas mostram distintas inferências sobre os aspectos determinantes para ocorrência da sucessão na propriedade rural e/ou os fatores que desestimulam a intenção do agricultor de continuar na atividade. Para as condições de permanência e possível visualizar destaque nos estudos envolvendo renda, diversidade das atividades, melhorias nas infraestruturas, autonomia para tomada de decisões e a relação com a comunidade.

Enquanto outras pesquisas salientaram questões que interferem na perspectiva de permanência no campo como diferença de gêneros, falta de planejamento sucessório e a escassez de políticas públicas direcionada aos jovens.

É necessário avançar em políticas públicas dirigidas aos jovens buscando reduzir a migração rural na agricultura para superar os impasses à reprodução social nesse setor de grande relevância para a economia nacional. É fundamental também conhecer melhor a realidade da sucessão nos estabelecimentos familiares, por meio da produção de conhecimentos que auxiliem no entendimento da situação, especialmente em localidades pouco estudadas como as Regiões Norte e Nordeste.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, R. G.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Family Farm Succession: evidence from absorptive capacity, social capital and socioeconomic aspects. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 4, e235777, 2022.
- ANDRADE, M. M.; SILVA, L. X. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Continuar, substituir ou diversificar? A percepção de agricultores familiares sobre a produção de tabaco no Vale do rio Pardo – RS. **Revista Ideias** v. 9, n. 1, p. 227-277, 2015.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Pluriactivity and family farming in Brazil: the case of Rio Grande do Sul. **Cepal review**, n. 93, p. 149-164, 2007.
- ARENDS-KUENNING, MARY.; KAMEI, A.; GARCIAS, M.; ROMANI, G. E.; SHIKIDA, P. F. A. Gender, education, and farm succession in Western Paraná State, Brazil. **Land Use Policy**, v. 107, 105453, 2021.
- BAMAT, T.; IENO NETO, G. (orgs.) **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa, UNITRABALHO: UFPB, 1998.
- BÁNKUTI, F. I.; DAMASCENO, J.; SCHIAMI, S. M.; KUWARAHA, K. C.; PRÊMIO, R. C. Structural features, labor conditions and family succession in dairy production systems in Paraná State, Brazil. **Cahiers Agriculturas**, v. 27, 45004, 2018.
- BARBOSA, R. A. **Ponto de vista das filhas sobre sucessão na propriedade rural familiar: uma análise a partir da Q-Methodology**. Orientador: João Augusto Rossi Borges. 2018. 69 f. Dissertação (Mestre em Agronegócios) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Acesso em: 10 de mai. 2020.
- BARBOSA, R. A.; DOMINGUES, C. H. F.; DA SILVA, M. C.; FOGUESATTO, C. R.; PEREIRA, M. A.; GIMENES, R. M. T.; BORGES, J. A. R. Using Q-methodology to identify rural women’s viewpoint on succession of family farms. **Land Use Policy**, v. 92, 104489, 2020.
- BATISTA, E. H. A. B. Travessias: permanências transitórias e trânsitos permanentes de famílias rurais no norte do estado de Minas Gerais (Brasil). **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 643-667, 2021.
- BERNARDI, N. M. F.; KUHN, M. A Sucessão Familiar Rural: (Im) Possibilidades da Escola no Campo do Município de Barra Bonita (SC). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, 2020.
- BERNARDO, L. V. M.; FARINHA, M. J. U. S. Continuity of rural family properties by generation transfer. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 14, Supl.1, e8053, 2021.
- BIANCHINI, G. N.; AREND, S. C.; KARNOPP, E. A Política Estadual de Apoio às Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte de Processamento Artesanal na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 2, p. 377-399, 2017.

BOTELHO, M. G. L.; ALMEIDA, R. H. C. “Juventude rural e sucessão geracional em comunidade rural na Amazônia oriental”, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2020.

BRAGA, L C. As continuidades da agricultura camponesa no município de Marmeleiro (PR). **Formação**, v. 26, n. 49, p. 215-233, 2019.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista ESPACIOS**, v. 38, n. 29, p. 1-9, 2017.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 17, n. 2, p. 1-34, 2019.

BREITENBACH, C.; MAZOCCO, C.; CORAZZA, G. Estímulo à sucessão familiar na bovinocultura de leite: relato de experiência Raquel. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 1, p. 25-33, 2019.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens Rurais Do Rio Grande Do Sul/Brasil: Questões De Gênero Na Sucessão Geracional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 413-428, 2020.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G.; BRANDÃO, J. B. O que desestimula a atividade leiteira em estabelecimentos familiares? *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 1, p. 100-113, 2020.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2020.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 19, n. 3, p. 1-23, 2021.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura; a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A. Gender relations in family-farm agriculture and rural-urban migration in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 6, p. 11-28, 2008.

CASTRO, C. N. **Conceitos e legislação sobre a agricultura familiar na América Latina e no Caribe**. Brasília, DF: Ipea, 2023. 48 p.

CASTRO, E.G.; ROCHA, A. T. F.; LEMOS, L. T.; MACEDO, S. C. Desenvolvimento territorial no Brasil e o papel estratégico das Juventudes Rurais. *In: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (Org.) Juventudes rurais e desenvolvimento territorial*. Santa Maria, 2019. p. 101-133.

CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno – Brasil **Mundo Agrario**, v. 16, n. 33, 2015.

CORDEIRO, M. S. S. Jovens na reforma agrária: perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte/Campos dos Goytacazes – RJ. **Revista Ideas**, v. 3, n. 3, 2009.

CORDEIRO, M. C.; SANTOS, L. E.; MARUJO, L. G. “COVID-19 e a fragilidade da resiliência da pequena agricultura brasileira”. **Brazilian Journal of Operations & Production Management**, v. 18, n. 2, e20211154, 2021.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A Juventude Rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas Agropecuárias e o Desafio da Sucessão na Agricultura Familiar. **HOLOS**, Ano 33, v. 02, 2017.

ESQUINSANI, R. S. S.; LAUER, M. J.; SILVEIRA, C. L. A. Egressos de uma escola de assentamento: onde estão os filhos da Educação do Campo? **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, e6042, 2019.

FISCHER, A.; MARINI, D.; FILIPPIM, E. S. Perspectivas de Agricultores Familiares para a Permanência na Atividade Rural. **Revista Espacios**, v. 37, n. 7, 2016.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n. 130, p. 15-28, 2016.

FOGUESATTO, C. R.; MORES, G.V.; KRUGER, S. D.; COSTA, C. Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. **Land Use Policy**, v. 97, 104643, 2020.

GARCEZ, J. C.; SILVA, D. M.; HENGLES, A. C. V.; GUERRA, D.; BISOGNIN, R. P.; BOHRER, R. E. G. Análise da qualidade de vida de agricultores familiares: estudo de caso em Três Passos, Rio Grande do Sul (RS). **Nativa, Sinop**, v. 8, n. 4, p. 506-513, 2020.

GARCÍA, G. M.; AYALA-CALVO, J.; SCHUMACHER, A. J. Sucessão exitosa: o contexto do entorno e o plano de sucessão. **RAE**, v. 61, n. 6, p. 1-17, 2021.

GASPARIN, M. K.; LEITE, G. M. C.; FERREIRA, J. D. Desafios de produção para produtos orgânicos em Cascavel–PR. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 17, n. 33, p. 102-114, 2018.

HENNERICH, J. E.; PLEIN, C.; FARIÑA, L. O.; HAZEN, M.; GUBERT, F. P. P. Sucessão na agricultura familiar: gênero e perspectivas de futuro. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 3, e40810313594, 2021.

IZIDORO, J. T. L.; RODRIGUES, M. S. A sucessão genética na agricultura familiar. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 5, n. 11, 2018.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M.A. Sucessão geracional na agricultura familiar: Lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrario**, v. 16, n. 33, 2015.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; VIEIRA, J. A. N. Estratégia De Sucessão Geracional Na Agricultura Familiar: O Caso Do Condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, v. 16, n. 1, p. 192-211, 2012.

KRUGER, S. D.; CECCHIN, R.; MORAES, G. V. A importância da contabilidade para a gestão e continuidade das propriedades rurais. **Custos e agronegócio online**, v. 16, n. 1, 2020.

KRÜGER, C.; MACHADO, F. S.; CEOLIN, Á. F.; SANTOS, G. G.; PEITER, E. E. Evidências da contabilidade e capacidades de absorção no processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, e263003, 2022.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M. Migrações internacionais de jovens rurais: limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 08, n. 19, p. 201-225, 2020.

MATTE, A.; CHECHI, L.; BOSCARDIN, M.; SPANEVELLO, R.; ANDREATTA, T. **Fatores condicionantes a permanência ou saída dos filhos em propriedades de agricultura e pecuária familiar no Rio Grande do Sul**. In: Proceedings of the Congresso da sociedade Brasileira de economia, administração e sociologia rural, 52, p. 1-14, 2014.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de Sucessão em Propriedades de Pecuária Familiar no Município de Dom Pedrito – RS. **HOLOS**, v. 1, p. 144-159, 2015.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016.

MAZIERO, C.; GODOY, C. M. T.; CAMPOS, J. R. R.; MELLO, N. A. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçu, PR. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 509-522, 2019.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; AUGUSTO, H. A. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013.

MERA, C. M. P.; SCOLARI, T.; ROSA, E. F. Strategies economic and social that may encourage staying young people in rural areas. **Revista Gedecon**, v.6, n. 1, 2018.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. **Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement**. *BMJ*, 2009.

MORAIS, M.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Identifying beliefs underlying successors? Intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 68, p. 48-58, 2017.

MORAIS, M.; BORGES, J. A. R.; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 71, p. 445-452, 2018.

MOREIRA, F. G.; SCHLINDWEIN, M. M. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Revista Nera**, Ano 18, n. 29, 2015.

MOREIRA, V. R.; CECATO, A. J.; BORGES, C. R.; WEYMER, A. S. Q. O reflexo da sucessão familiar da zona rural nas relações cooperativistas: o caso de uma cooperativa agroindustrial. **Igepec**, Toledo, v. 22, n.1, p. 09-23, 2018.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2022.

MUNARIM, A.; LOCKS, G. A. Educação do campo: contexto e desafios desta política pública. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 77-89, 2012.

NASCIMENTO, J. S.; BERNARDO, L. V. M.; BEZERRA, G. J.; BINOTTO, E. A Satisfação do Trabalhador Rural: uma relação entre a assistência técnica e a gestão da propriedade e uma implicação na sucessão das unidades familiares. **Revista ESPACIOS**, v. 38, n 09, p. 1-24, 2017.

OLIVEIRA, E.; BENEVENUTO, M. A. D. R. A contribuição da Pedagogia da Alternância e do projeto profissional jovem nos projetos de vida de jovens egressos da EFA de Jaguaré/ES. **RBEC**, v. 4, 2019.

NASCIMENTO, E. C.; CRUZ, B. E. V.; CALVI, M. F. Queijos diferentes, origem geográfica comum: história e tradição da produção dos queijos do Marajó. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 3, p. 190-208, 2019.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VAN HERK VASCONCELOS, A. C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, e222727, 2021.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. **Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural Partir ou Ficar no Campo**. Desenvolvimento em questão. Editora Unijuí, ano 12, n. 27, 2014. p. 264-297.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. A sucessão em propriedades rurais familiares de propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS: influências direcionamentos decisórios dos atores dos atores dos atores. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 217-237, 2016.

PAVAN, D.; SANTOS JUNIOR, S. Sociodemografia dos agricultores familiares: contribuições da feira livre para sustentação do sistema. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 10, n. 3, p. 653-671, 2017.

PESSOTTO, A. P.; COSTA, C.; SCHWINGHAMER, T.; COLLE, G.; DALLA CORTE, V. F. Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil. **Land Use Policy**, v. 87, 104045, 2019.

PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da REGIÃO DE JALES-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal - SP, v. 30, n. 2, p. 356-360, 2008.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, Supl.1, p. 63-84, 2014.

RIBEIRO, R. N. S.; SANTANA, A. C.; TOURINHO, M. M. Análise Exploratória da Socioeconomia de Sistemas Agroflorestais em Várzea Flúvio-Marinha, Cametá-Pará, Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 01, p. 133-152, 2004.

PINTO, T. E.; GEMMA, S. F. B.; MARANDOLA JR, E. The peasantry impasse: the agriculture of sítiantes of rural neighborhoods in Limeira, São Paulo. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 41, e62839, 2021.

RODRIGUEZ-LIZANO, V.; MONTERO-VEGA, M.; SIBELET, N. Which variables influence the succession process in family farms? A literature review. **Cahiers Agriculturas**, v. 29, n. 39, 2020.

SAGGIN, A. C.; GRIS, V.G. C.; ROJO, C. A.; BRANDALISE, L.T. Production costs: a study on a family farm in Cafelândia/PR. **Custos e agronegócio online**, v. 14, n. 4, 2018.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. M. Produtores Familiares e Estratégias Ligadas à Terra. **RER**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 04, p. 663-683, 2004.

SANTOS, C. C.; TESTON, S. F.; ZAWADZKI, P.; LIZOTE, S. A. MACHADO, H. P. V. Individual absorptive capacity and entrepreneurial intention in successors of rural properties. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 21, n. 3, 2020.

SILVA, M. N.; ANJOS, F. S. A sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, e253400, 2022.

SILVEIRA, R. M. F.; VASCONCELOS, A. M.; SILVA, V. J.; VEGA, W. H. O.; TOROMUJICA, P.; FERREIRA, J. Typification, characterization, and differentiation of sheep production systems in the Brazilian semiarid region. **NJAS: Impact in Agricultural and Life Sciences**, v. 93, 2021.

SOUZA, J. C. M.; FIÚZA, A. L. C.; PEREIRA, C. M. M. A.; AMODEO, N. B. P. O processo sucessório em propriedades de produtores de leite nos municípios de Coronel Xavier Chaves e Silveirânia, em Minas Gerais. **Revista Ceres**, v. 60, n. 5, p. 603-609, 2013.

SOUZA, A. F.; BERGAMASCO, S. M. P.; LIMA, E. A. Estratégias de reprodução social camponesa: o poder de resistência da juventude rural, Vale do Jarui, Tocantins. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, 2017.

SCHNEIDER, L. M. L.; MANTOVANELI, O.; PELLIN, V. Territorialidade e agricultura: Percepções na rizicultura familiar no município de Gaspar - SC, Brasil. **Espacios**, v. 36, n. 21, p. 9, 2015.

SOARES, J. A. P.; PEIXINHO, D. M. Pluriatividade em assentamentos rurais. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 13, n. 2, p. 187-207, 2019.

SOARES, K. R.; FERREIRA, E. E. S.; SEABRA JUNIOR, S.; NEVES, S. M. A. S. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 04, p. 645-662, 2019.

SOUZA, C. C. M.; REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S. Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais do Pronaf no Brasil: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 80, p. 280-302, 2021.

SPANEVERELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L. P.; MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

SPANEVERELLO, R. M.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural Sob a Ótica dos Agricultores Familiares Sem Sucessores. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

STADUTO, J. A. R.; NASCIMENTO, C. A.; SOUZA, M. Ocupações e Rendimentos de Mulheres e Homens nas Áreas Rurais no Nordeste do Brasil: uma análise para primeira década do século XXI. **Mundo Agrário**, v. 18, n 38, e056, 2017.

SZNITOWSKI, A. M.; SOUSA, P. C.; THIAGO, F. Indicadores organizacionais e planejamento sucessório em empreendimentos rurais de grande porte: um estudo no estado de Mato Grosso. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 1, p. 51-66, 2021.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros: possibilidades e limites. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-16, e2114643, 2021.

VAN DER PLOEG, J. D. **The New Peasantries: rural development in times of globalization** (2nd ed.). Londres: Routledge. 2018.

WAGNER, S. A.; GEHLEN, I.; WIEST, J. M. Padrão tecnológico em unidades de produção familiar de leite no Rio Grande do Sul relacionado com diferentes tipologias. **Ciência Rural**, v. 34, n. 5, 2004.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil da agricultura familiar**. Orientadora: Anita Brumer. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Acesso em: 25 de nov. 2019.

WESZ JUNIOR, V. J. Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar. **Agroalimentaria**, v. 15, n. 28, pp. 25-34, 2009.

ZAGO, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. *In: Anais do IX Anped Sul: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Caxias do Sul, 2012.

3. SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR BRAGANTINA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS PAIS

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar a sucessão geracional, sob a ótica dos gestores em pequenos territórios rurais, ligados a pesca artesanal e a agricultura familiar, nos municípios de Augusto Corrêa, Bragança e Viseu, no estado do Pará. O trabalho utilizou as abordagens da pesquisa quantitativa e qualitativa, e se caracteriza quanto aos fins, como pesquisa descritiva. Considerou-se uma amostra de 120 chefes de estabelecimentos rurais (40 em cada município). Os dados primários foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, complementada com observações. Os resultados identificam a predominância masculina entre os produtores familiares investigados (72,5%), sendo que a trilha profissional dos que entraram na pescaria ou desenvolvem suas funções nas roças, foram iniciadas a partir do convívio com a atividade realizada pelos pais (74,2%), sendo transmitidas pela tradição familiar, mas a necessidade financeira teve grande influência na permanência deles nessas atividades (37,2%). São profissionais que repassam sua produção à intermediários na maioria das vezes (54,2%), que ganham até um salário mínimo (88,3%), e tem sua renda complementada com programas do governo, como o bolsa família (65,7%). Geralmente são os próprios donos dos seus meios de produção (83,3%). São chefes de estabelecimentos que possuem em média 4,1 filhos, mas que apenas 1,5 filhos desenvolvem atividades relacionada a agricultura e pesca artesanal. Cerca de 76,3% dos entrevistados têm pelo menos um dos seus herdeiros morando em outros estados, com destaque para Santa Catarina e Paraná, na região sul (46,4%). Quanto aos aspectos relativos à sucessão geracional das unidades produtivas, constatou-se que 88,3% dos responsáveis familiares ainda não tinham ouvido falar sobre esse termo, tão pouco receberam qualquer orientação (99,2%), mas afirmam não querer que os filhos continuem nas atividades, pois as consideram desgastantes. Em suas percepções, os filhos não querem mais permanecer nas atividades e talvez, por conta disso, eles ainda não conseguiram definir um sucessor, optando por incentivar seus filhos a migrarem em buscar melhores condições de vida em cidades mais desenvolvidas. Os pais acreditam que fatores como gostar de viver no meio rural e ser dono do próprio negócio possa favorecer a reprodução social dessas famílias. Diante disso, compreender o cenário em que se encontra o processo de sucessão familiar no meio rural desses municípios é fundamental para criar mecanismos, como ações fomentadoras, que possibilitem sensibilizar os pequenos produtores rurais sobre a importância da sucessão familiar e, conseqüentemente, de incentivarem seus filhos a darem continuidade às atividades familiares, desse modo, favorecendo a dinâmica das comunidades do campo tanto social, quanto econômica.

Palavras-chave: Processo Sucessório; Êxodo Rural; Pesca Artesanal.

SUCCESSION IN BRAGANTINA FAMILY FARMING: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF PARENTS

ABSTRACT

This research aimed to analyze generational succession, from the perspective of managers in small rural territories, linked to artisanal fishing and family farming, in the municipalities of Augusto Corrêa, Bragança and Viseu, in the state of Pará. The work used quantitative research approaches and qualitative, and is characterized in terms of purposes, as descriptive research. A sample of 120 heads of rural establishments was considered (40 in each municipality). Primary data were collected through semi-structured interviews, complemented with observations. The results identify a male predominance among the family producers investigated (72.5%), and the professional path of those who entered the fishery or carry out their duties in the fields, began after living with the activity carried out by their parents (74.2%), being transmitted by family tradition, but financial need had a great influence on their continuation in these activities (37.2%). They are professionals who pass on their production to intermediaries most of the time (54.2%), who earn up to a minimum wage (88.3%), and have their income supplemented with government programs, such as Bolsa Família (65.7%). They are generally the owners of their means of production (83.3%). They are heads of establishments who have an average of 4.1 children, but only 1.5 children carry out activities related to agriculture and artisanal fishing. Around 76.3% of those interviewed have at least one of their heirs living in other states, with emphasis on Santa Catarina and Paraná, in the southern region (46.4%). Regarding aspects relating to the generational succession of production units, it was found that 88.3% of family managers had not yet heard about this term, nor had they received any guidance (99.2%), but they stated that they did not want their children to continue with the activities, as they find them exhausting. In their perception, their children no longer want to remain in the activities and perhaps, because of this, they have not yet been able to define a successor, opting to encourage their children to migrate in search of better living conditions in more developed cities. Parents believe that factors such as enjoying living in rural areas and owning their own business can favor the social reproduction of these families. In view of this, understanding the scenario in which the family succession process is found in the rural areas of these municipalities is essential to create mechanisms, such as promotional actions, that make it possible to raise awareness among small rural producers about the importance of family succession and, consequently, to encourage their children to continue family activities, thus favoring the dynamics of rural communities, both socially and economically.

Keywords: Succession Process; Rural Exodus; Artisanal Fishing.

3.1 Introdução

A importância mundial advinda das unidades de produção familiar é reflexo da satisfação das necessidades humanas através do sustento de suas famílias, da comercialização do excedente produzido pelos agricultores e pela garantia do bem-estar da população em geral, propiciando ocupação de mão de obra e renda para as pessoas envolvidas nas atividades.

O processo de trabalho relativo aos empreendimentos agrícolas familiares se configura por instituir relações produtivas baseadas na reciprocidade das obrigações familiares e não necessariamente com base nas condições salariais. Na maioria das vezes, este processo é comandado pelo homem, encarregado de assumir o papel de chefe da família e ficar à frente do processo produtivo por considerar-se como detentor de um conhecimento específico. Esse processo produtivo também é um ambiente de socialização, pois possibilita as futuras gerações ligarem-se aos negócios rurais da família, envolvendo-os na construção de saberes necessários para dar sequência aos processos produtivos (WEISHEIMER, 2019).

A análise da reprodução social, de formas tradicionais de produção, passa pela identificação dos fatores que desencadeiam as transformações em um dado período histórico (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011). Neste contexto, acontecimentos anteriores podem ter influenciado o estado atual observado no setor rural, como o fomento de políticas públicas para modernização da agricultura e da industrialização pesqueira ocorridos no Brasil.

No caso da agricultura, setor em que a modernização das técnicas produtivas associada à fronteira agrícola fechada nos estados de colonização antiga, expulsou trabalhadores do campo, forçando o êxodo rural e levando-os a buscarem fora outras oportunidades de trabalho. Na pesca, por sua vez, a ausência na gestão dos recursos pesqueiros associado à sobre exploração dos estoques, ultrapassou a capacidade de suporte dos ecossistemas, acarretando a redução nas capturas, comprometendo sua viabilidade econômica, intensificando assim os problemas sociais no interior dessa categoria, dificultando a reprodução social de grande número de famílias ocupadas neste setor produtivo (DIEGUES, 1999; VASCONCELOS *et al.*, 2007; CAPELLESSO; CAZELLA, 2011; IBGE, 2023).

Associado a estes episódios, tem-se na zona rural do Brasil, o aumento da sua população idosa (acima de 60 anos) que na última década saltou de 17% para 23% sua participação nos negócios rurais familiares (CONAFE, 2021), e quando muitos proprietários agrícolas estiverem velhos demais para exercer as atividades, o empreendimento rural dependerá da sucessão da gestão (CORSI, 2006).

Vários estudos apontam que processos sucessórios fracassados podem ser um dos principais motivos dos níveis significativos de migração do campo para a cidade (MATTE *et*

al., 2019; SPANEVELLO *et al.*, 2011; FOGUESATTO *et al.*, 2016; PANNO, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2021). Isso é perceptível pela redução acentuada da participação dos jovens nos últimos anos, levando a uma drástica diminuição da população rural nos últimos 30 anos, podendo estar colocando a sobrevivência das pequenas e médias empresas familiares em risco (FOGUESATTO *et al.*, 2020).

Percebe-se que a maior parte das explicações para o processo de sucessão rural está centrada em aspectos ligados ao sistema produtivo em si, mas acredita-se ser necessário levar em conta aqueles relacionados aos fatores socioculturais, por exemplo, a influência que a educação e a percepção dos pais têm sobre o futuro da atividade dos filhos. Contudo, a maior parte das famílias não possuem recursos financeiros e estrutura física nas propriedades para investir na formação profissional desses jovens, ao ponto de considerarem os negócios rurais como uma fonte de renda, sem a necessidade de buscarem carreiras profissionais em outros lugares (SANTOS *et al.*, 2021).

Na agricultura familiar, questões relacionadas à capacidade de absorção de conhecimento estabelecidas dentro e fora das comunidades rurais, podem forjar opiniões e visões de mundo e, assim, podem ser fundamentais na perpetuação e produtividade agropecuária e permanência no meio rural (ABDALA *et al.*, 2022; MONTEIRO; MUJICA, 2022).

O processo de sucessão familiar planejada nas propriedades rurais é importante e oferece a oportunidade de um processo organizado e gradual, se desenvolvendo de maneira ordenada em que o possível sucessor participa de discussões e decisões, sendo treinado para o papel sob a supervisão e orientação do proprietário. Porém, na maioria dos casos, a sucessão é, em grande parte, não planejada dentro das empresas familiares agrícolas, geralmente ocorrendo de forma abrupta e inesperada, sem preparo ou qualificação, a partir do momento em que o proprietário adoece ou morre, ou quando se ocupa com outras coisas, como cuidar de entes queridos, desta forma, aumentando a probabilidade de insucesso (MACKIE, 2012; PASZKOWSKA *et al.*, 2018; PESSOTTO *et al.*, 2019). Segundo Drebes e Spanevello (2017), a falta de diálogo é o que alimenta grande parte dos conflitos na hora de definir como vai ser feita a sucessão, seja a empresa familiar rural ou urbana.

A possibilidade de uma crise na agricultura familiar, referente à sucessão geracional nas propriedades agrícolas, se mostra preocupante na medida em que alguns filhos não querem continuar neste mesmo ramo de atividade e/ou muitas vezes os pais também desejam algo melhor para os filhos, dispensando essa sucessão e incentivando-os aos estudos e a busca de trabalhos assalariados nas cidades (COSTA; RALISCH, 2013; IZIDORO; RODRIGUES,

2018). Para Pessotto *et al.* (2019), a falta de incentivo do potencial sucessor pode ser devido à idade avançada do proprietário atual ou à falta de educação do proprietário.

Diante do exposto, este trabalho buscou identificar as percepções dos gestores das propriedades rurais nos municípios de Augusto, Bragança e Viseu, acerca de fatores que interferem na sucessão geracional e/ou influenciam na manutenção dos jovens no campo, destacando os principais entraves encarados pelas famílias de agricultores e pescadores artesanais com relação ao processo sucessório.

3.2 Material e Métodos

Os dados primários foram coletados no período de fevereiro a março de 2023, por meio de entrevistas presenciais realizadas com 120 produtores em seus domicílios rurais ou nos portos de desembarque nos três municípios objetos do estudo, todos localizados no estado do Pará (Figura 1).

Com auxílio dos questionários buscou-se realizar a identificação e delineamento do perfil do produtor, compreender a percepção dos chefes das propriedades sobre a sucessão geracional, bem como suas expectativas em relação ao futuro dos seus estabelecimentos rurais.

Assim, o questionário continha perguntas sobre informações demográficas dos produtores (*e.g.* sexo, idade, escolaridade); características da estrutura familiar da propriedade (*e.g.* número de filhos, onde moram, quantas pessoas vivem na residência); continuidade das atividades produtivas e transmissão patrimonial; atividades não agrícolas (*e.g.* participação em programas do governo, como o Pronaf, bolsa família, seguro defeso) entre outros (Apêndice I). Para fins de ajuste e validação do questionário, este foi aplicado à três proprietários rurais não participantes da pesquisa.

Figura 1- Entrevista com pescadores artesanais e agricultores familiares nos municípios de: A e B) Viseu; C) Augusto Corrêa e D) Bragança.



Fonte: Arquivo pessoal.

Quanto à abordagem da pesquisa, o estudo é de cunho quantitativo e qualitativo, buscando compreender sobre as condições gerais e os cenários para a sucessão familiar, ou não, nos empreendimentos rurais avaliados. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa descritiva, pois busca apresentar as características de determinada população ou de determinado fenômeno (GIL, 1999). Neste estudo as abordagens foram enriquecidas com procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental.

O critério para a escolha das famílias que compuseram a amostra contou com o enquadramento dos entrevistados como “agricultores familiares”, conforme o art. 3º da Lei 11.326, que define os atores que pertencem a este grupo. Para essa etapa, a seleção dos participantes se deu por indicação dos técnicos da prefeitura (em Viséu), que atendem a secretaria municipal de agricultura, por um pescador (no município de Bragança) e um casal de agricultores (em Augusto Corrêa), por conhecerem bem as famílias. A técnica metodológica utilizada foi a *snowball* (bola de neve), em que os primeiros entrevistados indicam outras pessoas que pudessem se integrar à pesquisa e assim sucessivamente (VINUTO, 2014).

Em praticamente todas as propriedades não ocorreram dificuldades na realização das entrevistas, porém notava-se que muitos produtores tinham dificuldade em entender o termo “sucessão”, após ser explicado, ficava mais claro e então realizaram-se as entrevistas.

Alguns dos problemas enfrentados, para fazer ciência na região amazônica, estão relacionados as próprias dificuldades inerentes à região, como grandes distâncias entre as localidades de pesquisa, clima adverso e dificuldades de comunicação, mas principalmente de transporte, devido as condições em que as estradas se encontram, que influenciam negativamente o acesso e a coleta de dados.

Para contrapor o problema de deslocamento, utilizou-se bastante o transporte terrestre, como carros, por conta das longas distância, a exemplo, do município de Bragança para Viseu, onde percorre-se em torno de 120 km de estrada, em sua maior parte, ainda de piçarra, levando em torno de três horas de viagem, quando esse trecho está em boas condições de trafegar, geralmente no verão, pois em período de inverno amazônico o tempo demandado torna-se maior. Para adentrar os vilarejos, foi necessário o uso de motocicletas, para transitar nos ramais de difíceis acessos. O uso de transporte fluvial também foi necessário para alcançar algumas comunidades ribeirinhas.

As informações obtidas nas entrevistas foram organizadas e processadas eletronicamente utilizando o programa Microsoft Office Excel®. Assim, foi possível descrever e apresentar os dados usando métodos descritivos, tabelas e gráficos. As respostas dos questionários aplicados foram gravadas com a autorização e consentimento dos entrevistados por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II).

3.3 Resultados e Discussão

3.3.1 Perfil dos chefes dos estabelecimentos rurais

Os dados levantados pela pesquisa (Tabela 1), mostram a grande predominância masculina dos produtores familiares (72,5%), com média de idade de 47,8 anos para Viseu, 47,2 para Augusto Corrêa e 46,6 em Bragança, tendo como idade mínima e máxima variando de 31 a 80 anos, deste modo, revelando a experiência dos chefes, mas também o envelhecimento dos trabalhadores atuantes, o que pode contribuir para a dificuldade futura na atuação em determinadas atividades como a pesca artesanal e a agricultura familiar.

Analisado a composição da amostra por estado civil, observa-se que quase a metade (49,2%) dos entrevistados são casados, seguido por 35% com união estável e 15,8% se declararam solteiros. Brizzolla *et al.*, 2020, em seu trabalho realizado nos municípios de Alegria e

Coronel Bicaco, no Rio Grande do Sul, percebeu o predomínio por trabalhadores pertencentes ao sexo masculino em um dos municípios, com idades avançadas e que na sua maioria também eram casados.

Com relação ao grau de escolaridade, constatou-se que 22,5% dos produtores declararam que nunca frequentaram a escola, e a maioria dos entrevistados (56,6%) contam apenas com o ensino fundamental incompleto. Os informantes com ensino médio incompleto compõem 8,4%, seguido do ensino médio completo (7,5%) e com o menor percentual dos produtores, os que concluíram o ensino fundamental completo (5,0%). De acordo com os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), nas regiões rurais ainda exibem baixos níveis de educação apesar dos tímidos progressos das últimas décadas.

Tabela 1 - Perfil dos chefes dos estabelecimentos rurais entrevistados em cada município.

Variável	Categoria	Municípios			Total (%)
		Viseu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)	
Sexo	Masculino	79,9	75,1	62,5	72,5
	Feminino	20,1	24,9	37,5	27,5
Idade	Máxima	71,0*	80,0*	73,0*	-
	Mínima	31,0*	34,0*	31,0*	-
	Média	47,8*	47,2*	46,6*	-
Estado civil	Casado	47,6	57,5	42,5	49,2
	Solteiro	17,5	15,0	15,0	15,8
	União estável	34,9	27,5	42,5	35,0
Escolaridade	Analfabeto	30,0	9,9	27,6	22,5
	Fund. Incompleto	60,1	59,9	49,8	56,6
	Fund. Completo	2,4	5,1	7,5	5,0
	Médio Incompleto	0,0	12,6	12,6	8,4
	Médio completo	7,5	12,6	2,4	7,5
Núcleo familiar	2 a 3	22,5	35,3	12,6	23,5
	3 a 4	39,9	47,3	32,4	39,9
	> 4	37,5	17,4	55,0	36,6

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: (*) Idade dos entrevistados (máximo, mínimo e média)

Para Mishra e El-Osta (2008), a baixa escolaridade dos gestores de empreendimentos rurais familiares indica falta de conhecimento, de habilidades de gestão dos negócios familiares e dificuldades no planejamento de longo prazo, reverberando no processo de sucessão.

Ainda na Tabela 1, pode-se perceber que 39,9% dos entrevistados fazem parte de famílias nucleares formada de três a quatro pessoas. Aqueles que têm famílias constituídas por mais de quatro membros representam 36,6% da amostra, outros 23,5% envolvem as famílias formadas por dois a três integrantes.

3.3.2 Condições de trabalho e renda

Conforme pode ser verificado na tabela 2, dos 120 entrevistados, 58,3% eram pescadores artesanais e 41,7% agricultores, os quais têm experiência significativa, trabalhando em suas respectivas profissões há mais de 20 anos, cujas atividades representam relevante participação econômica nos resultados das propriedades familiares.

Quando questionado com quem teriam aprendido essas atividades, constatou-se que (74,2%) dos participantes haviam aprendido suas funções com seus pais, ou seja, houve a transmissão de conhecimentos, em que os filhos foram ensinados desde crianças o ofício, como foi relatado por vários entrevistados: “desde bem novinho já pegava chuva com meu velho”, “comecei muito cedo a tomar conta dos terem do papai”, isso foi fundamental para que esses profissionais se mantivessem nos negócios.

Com relação aos fatores que motivaram eles a permanecerem na atividade, destacou-se a necessidade pelos resultados financeiros (37,6%) provenientes dos trabalhos que contribui diretamente para o sustento de suas famílias, seguido pelo incentivo dos seus pais com 30,7% dos resultados. E 20% justificam que permanecem nas atividades porque gostam do que fazem e pelo fato de ser o que sabem fazer de melhor.

Considerando a jornada diária de trabalho dos entrevistados, observa-se que 32,5% afirmam trabalhar de quatro a seis horas por dia, 26,4% enfrentam jornadas diárias superiores a doze horas. Ressalta-se que, essa diferença de percentual das respostas varia bastante em função da atividade exercida pelo trabalhador. Por exemplo, a maioria dos agricultores relatam que ficam no máximo no roçado entorno de seis horas, já para os pescadores esse tempo é bem maior, pois eles contam que saem para pesca e demoram no mínimo oito horas até o retorno às suas residências, e muitos afirmaram que passam de três ou mais dias até sua chegada para despesca no porto.

Conforme as informações levantadas, percebeu-se que para 47,4% dos produtores, a agricultura é tida como uma atividade complementar, em especial para aqueles que atuam na pesca artesanal, pois na maior parte dos casos, o que produzem na agricultura é utilizada para o consumo próprio. O inverso ocorre com aqueles que têm como atividade principal a agricultura e a pesca como secundárias (40%). A fruticultura ficou com 5,8%, seguidos pela piscicultura (no município de Viseu), pecuária, ostreicultura e funcionalismo público relatado por moradores de Nova Olinda, interior de Augusto Corrêa, ambos com 1,7% (Figura 2). Percebe-se pelos resultados que o município de Augusto Corrêa tem uma produção mais diversificada

quando comparado aos demais municípios com relação a quantidade de atividades desenvolvidas.

Figura 2 – Alguns meios de produção desenvolvidos nos municípios investigados: A) pesca; B) lavoura; C) piscicultura e D) pecuária.



Fonte: Arquivo pessoal.

No caso da pesca artesanal, a atividade não está mais oferecendo retorno econômico para garantir a reprodução social das famílias pescadoras “obrigando-os” a incorporar atividades extrapesca em setores de serviços como forma de compensar a queda na renda familiar. Os pescadores mais velhos geralmente alternam pesca e outras atividades remuneradas, já seus herdeiros tendem a abandonar a atividade pesqueira e buscar nos centros urbanos empregos assalariados que podem lhes conferir a segurança de uma renda mensal (DIEGUES, 1999; VASCONCELOS *et al.*, 2007; CAPELLESSO; CAZELLA, 2011).

Complementarmente a este aspecto, buscou-se mostrar o destino das produções destes chefes das famílias entrevistadas, e verificou-se que 54,2% entregam sua produção a intermediários e estes se encarregam pela comercialização dos produtos (Figura 3). Outros 23,3% relatam que utilizam o que produzem para sua subsistência; 20,9% repassam direto ao consu-

midor final e 1,7% dos entrevistados (produtores de ostra da AGROMAR - Associação dos Agricultores e Aquicultores de Nova Olinda) vendem na feira do Agricultor em Bragança.

Figura 3 – Comercialização de alguns produtos provenientes da produção agrícola.



Fonte: Arquivo pessoal.

No quesito faixa salarial constatou-se que a maior parte dos chefes familiares estimam ganhar até um salário-mínimo por mês (88,3%). Suas rendas são complementadas por programas do governo (65,7%), como bolsa família e seguro defeso (para os pescadores); a aposentadoria ou cargo municipal de algum membro da família representam 11,7% e 6,7%, respectivamente. Contudo, 13,4% dos proprietários afirmam não possuírem renda extra. Para Capellesso e Cazella (2011) a importância da renda propiciada por essas políticas públicas, em especial através do seguro defeso, tem contribuído tanto para a preservação dos recursos pesqueiros como para a reprodução social da família na atividade pesqueira, pois os recursos recebidos, quando incorporado também ao “caixa único” familiar, colabora com o desenvolvimento das atividades extrapesca.

Tabela 2 - Condições de trabalho e renda dos chefes dos empreendimentos familiares dos municípios de Viseu, Augusto Corrêa e Bragança.

Condições de trabalho	Categoria	Municípios			Total
		Viseu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)	
Profissão	Pescador	62,5	44,9	67,6	58,3
	Agricultor	37,5	55,1	32,4	41,7
Quanto tempo produz alimentos?	1 – 10 anos	7,5	12,5	7,5	9,2
	11 – 20 anos	17,5	22,4	24,9	21,6
	21 – 30 anos	15,1	20,3	37,5	24,3
	31 – 40 anos	25,0	24,8	12,6	20,8
	41 – 50 anos	17,5	12,5	15,0	15
	51 – 60 anos	17,5	7,5	2,4	9,1
Com quem aprendeu?	Pai ou mãe	75,1	75,1	72,5	74,2
	Avô	9,9	2,4	5,1	5,8
	Tio	5,1	5,1	2,4	4,2
	Irmão	0,0	0,0	2,4	0,8
	Esposo (a)	2,4	12,3	5,1	6,6
	Sogro (a)	2,4	5,1	0,0	2,5
	Amigo/vizinho	5,1	0,0	7,5	4,2
	Só	0,0	0,0	5,1	1,7
Que motivou continuar na profissão?	Necessidade	42,6	20,1	50,0	37,6
	Incentivo dos pais	32,4	47,1	12,6	30,7
	Gostar	22,5	20,1	17,4	20
	Falta de opção	2,4	12,6	20,1	11,7
Quantas horas se dedica?	4 a 6h	24,9	35,0	37,5	32,5
	6 a 8h	15,0	27,5	17,4	20
	8 a 10h	7,5	2,4	12,6	7,5
	10 a 12h	2,4	20,1	17,4	13,3
	>12h	50,2	15,0	15,0	26,7
Atividades complementares	Agricultura	42,3	32,3	67,6	47,4
	Pesca	37,5	50,0	32,4	40

	Fruticultura	15,0	2,4	0,0	5,8
	Piscicultura	5,1	0,0	0,0	1,7
	Ostreicultura	0,0	5,1	0,0	1,7
	Pecuária	0,0	5,1	0,0	1,7
	Funcionário Público	0,0	5,1	0,0	1,7
Qual o destino da produção?	Intermediário	74,9	35,0	52,6	54,2
	Subsistência	12,6	24,9	32,4	23,3
	Direto ao consumidor	12,6	35,0	15,0	20,9
	Associação/Cooperativa	0,0	5,1	0,0	1,7
Renda familiar mensal	Até 1 SM	85,0	92,5	87,4	88,3
	1 a 2 SM	15,0	5,1	12,6	10,9
	2 a 3 SM	0,0	2,4	0,0	0,8
Renda extra	Programas do governo	65,0	62,3	69,8	65,7
	Aposentadoria	15,0	7,5	12,6	11,7
	Cargo municipal	9,9	5,1	5,1	6,7
	Outra forma	5,1	2,4	0,0	2,5
	Não possui	5,1	22,6	12,6	13,4
Quantas pessoas trabalham durante a execução da atividade?	Trabalha só	12,6	24,9	15,0	17,5
	Até 5 pessoas	75,1	62,5	75,1	70,8
	Até 10 pessoas	7,5	12,6	7,5	9,2
	De 11 a 15 pessoas	2,4	0,0	2,4	1,6
	> De 15 pessoas	2,4	0,0	0,0	0,8

SM – Salário Mínimo = R\$ 1.212,00 (Ano de referência: 2022).

Fonte:

Dados

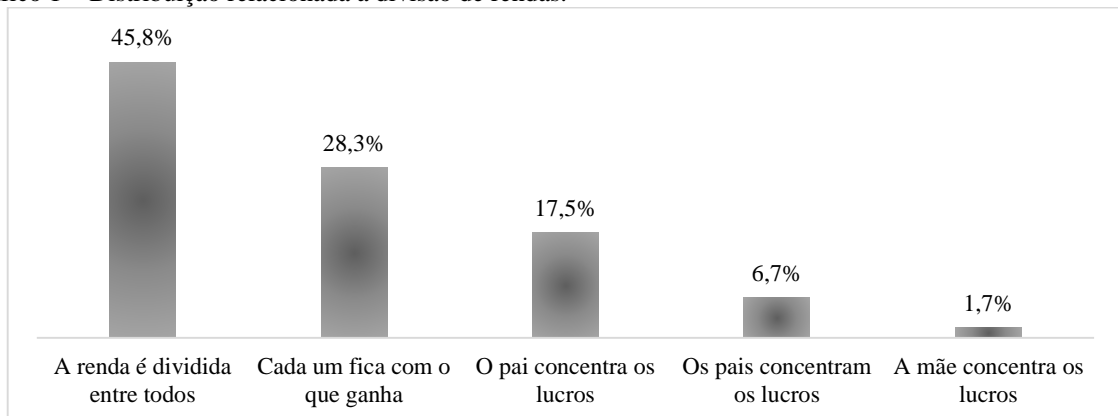
da

pesquisa.

Quanto a quantidade de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas pesquisadas, verificou-se que na maior parte dos casos eles possuem até cinco pessoas (70,8%) envolvidas na execução das tarefas relacionadas tanto a pesca quanto a agricultura. Dos respondentes 17,5% afirmaram que trabalham só, em sua maioria eram pescadores, que relataram “sair para pescar só ele e Deus”. Já os que afirmam que envolvem de 10 pessoas ou mais, geralmente eram no momento da colheita agrícola em que se reunia vários parentes e até alguns vizinhos para ajudar.

Quando interrogado aos produtores familiares como é realizada a divisão das rendas adquiridas com a comercialização dos produtos, destacou-se com 45,8% a resposta que a renda é dividida entre todos os que trabalham, enfatizado principalmente pelos produtores do município de Viseu que correspondeu a 22,5% desse total (Gráfico 1). Esse resultado corrobora com Deggerone, Laroque e Barden (2014), que afirmam que agricultura familiar normalmente trabalha com a divisão dos lucros advindos do trabalho coletivo.

Gráfico 1 – Distribuição relacionada a divisão de rendas.



Fonte: Dados da pesquisa.

A segunda resposta mais frequente foi registrada para a afirmativa que cada um fica com o que ganha (28,3%), o que representa, conforme destacado por Weisheimer (2009), uma forma de maior individualização das rendas agrícolas. O terceiro maior percentual de respostas foi relacionado com a concentração dos rendimentos na figura do pai chefe de família (17,5%); na sequência com 6,7% com os pais juntos administrando os lucros e por último, com 1,7% a mãe centralizando a renda.

3.3.3 Condições da propriedade relativa aos meios de produção

Na tabela 3, buscou-se caracterizar a condição dos meios de produção envolvidas nos empreendimentos familiares dos municípios analisados, seja eles a terra, quando se refere a

agricultura e/ou as embarcações quando relacionada a pesca. Para isso, foi feito o seguinte questionamento? “sua família é proprietária da terra e/ou da embarcação em que trabalha?”. A presente constatação mostrou que a ampla maioria dos produtores entrevistados (83,3%) são proprietários dos recursos materiais usados no processo de trabalho.

Weisheimer (2019) e Marin e Froehlich (2019) investigando a relação entre as propriedades que jovens agricultores trabalhavam, se pertencia ou não a seus familiares, com a pretensão em se estabelecerem profissionalmente como agricultores, verificou que a disposição é menor para aqueles jovens em que a família não dispõem de terra para trabalhar e afirmam que quanto maior for a autonomia material daquelas famílias que possam futuramente se repassada aos possíveis sucessores, maior será a possibilidade de reprodução social das unidades produtivas.

Buscou-se saber também como foram adquiridas suas terras e/ou embarcação. Os dados apontam que os meios de produção investigadas foram obtidas através da compra de terceiros (44,9%), respostas relatadas principalmente pelo entrevistados do município de Viseu, que afirmam terem “conquistado com seu próprio suor”; na segunda posição 21,6% dos inquiridos afirmam que a transmissão de patrimônio ocorreu por meio de herança, revelando uma sucessão familiar anterior; na sequência com 12,6% estão os que relatam que foi através de doação, sendo que para este quesito essa resposta foi relatada apenas por agricultores. Com 10% ficaram os produtores que informam que seus recursos são arrendados e o resultado da produção é dividindo em porcentagem previamente estabelecida entre as partes; outros 8,3% relatam que foi através do matrimônio; os menores índices de respostas a esta pergunta (2,5%) ficaram entre os que responderam “outros meios”, citados pelos produtores que as aquisições ocorreram através de posse e outro caso por uma espécie de “troca de favores”. Nossos resultados diferem de Silva *et al.* (2017) e Almeida *et al.* (2019) que observaram em seus estudos que as propriedades eram adquiridas principalmente por meio de herança, seguida pela compra.

Tabela 3 - Condições de propriedade relativa aos meios de produção nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.

Variável	Categoria	Municípios			Total
		Viseu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)	
Proprietária da terra	Sim	87,4	72,5	90,1	83,3
	Não	12,6	27,5	9,9	16,7
Há quanto tempo?	1 – 10	50,2	39,9	27,5	39,2
	11 – 20	24,6	35,1	29,9	29,9
	21 – 30	5,1	12,6	27,5	15,1
	31 – 40	12,6	7,5	12,6	10,9
	41 – 50	0,0	2,4	2,4	1,6
	51 – 60	5,1	0,0	0,0	1,7
	>60	2,4	2,4	0,0	1,6
	Como adquiriram?	Comprado	62,7	32,3	39,9
Herança		9,9	24,9	30,0	21,6
Doado		7,5	20,4	9,9	12,6
Matrimônio		15,1	0,0	9,9	8,3
Arrendado		2,4	22,5	5,1	10,0
Outros meios		2,4	0,0	5,1	2,5
Diante da possibilidade venderiam?	Sim	15,0	27,5	24,9	22,5
	Não	85,0	72,5	75,1	77,5
Pretende ficar no campo enquanto puder trabalhar?	Sim	97,6	90,1	67,4	85,0
	Não	0,0	9,9	20,1	10,0
	Talvez	2,4	0,0	12,6	5,0

Fonte: Dados da pesquisa.

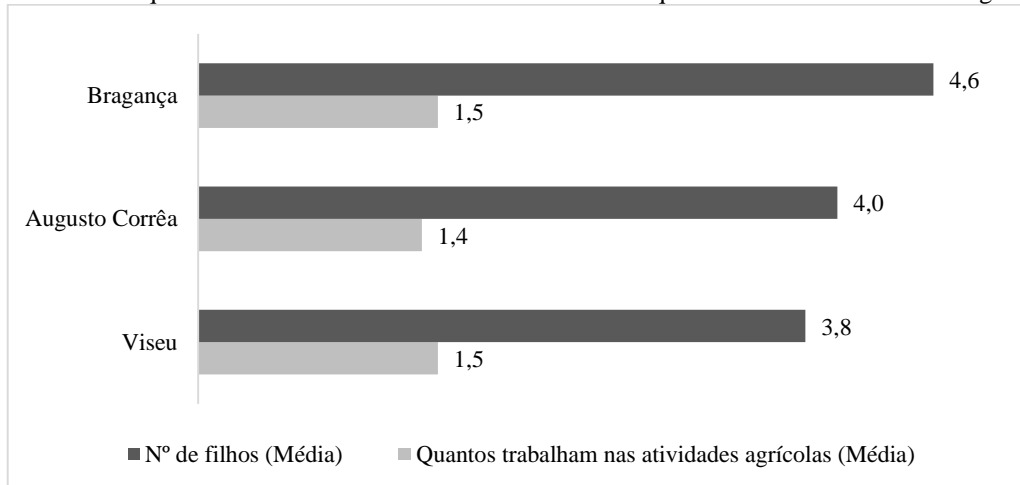
Os entrevistados são produtores que na sua maioria possuem seus meios de produção há pelo menos uma década (39,2%), seguido por aqueles que disseram que têm suas terras ou embarcações entre 11 e 20 anos (29,9%). Outros 15,1% dos entrevistados relataram que o possuem entre 21 e 30 anos; e a partir dos 30 anos como proprietários, estão especificamente os agricultores familiares.

Quando questionados sobre a possibilidade de venda dos seus meios de produção, 77,5% afirmam que não venderiam de maneira alguma, e revelam que pretendem ficar na área rural enquanto puderem trabalhar (85%). Segundo Ramos *et al.* (2017), algumas propriedades cresceram com a incorporação pela compra de áreas vizinhas, como observado em nossa pesquisa, mas em muitos casos são patrimônios que vieram de seus pais e avós, onde cresceram, aprenderam a trabalhar e de onde tiram o sustento de suas famílias, que além do fator sentimental, tem também a questão de sobrevivência proveniente dos meios de produção que acaba dificultando a vontade de venda.

Os pescadores e agricultores foram questionados quanto a presença de filhos e caso fosse afirmativo, a quantidade. Este questionamento se fundamenta na preocupação com a continuidade das propriedades rurais em caso de sucessão geracional. Sabendo que a agricultura e a pesca artesanal se configuram como familiar, tanto pelo tamanho das unidades produtivas quanto pela organização do trabalho, contando com grande participação de membros da família na produção, em especial dos filhos desses proprietários.

Dos 120 produtores rurais entrevistados, apenas um não possui filhos, mas tinha dois enteados que moravam com ele há pelo menos quinze anos e que ele já considera como filhos. Observa-se então, de forma comparativa o gráfico 2, que a quantidade de filhos que trabalham no meio rural nos três municípios avaliados é proporcionalmente inferior a quantidade de filhos dos chefes dos estabelecimentos, em especial no município de Bragança, evidenciando que muitos filhos já não vivem no meio rural e conseqüentemente não contribuem no desenvolvimento das atividades rurais, corroborando com os achados de Kruger *et al.* (2020). Vale ressaltar que as unidades produtivas agrícolas correm sérios riscos de não haver sucessão devido ao desinteresse dos herdeiros (SILVA *et al.*, 2017).

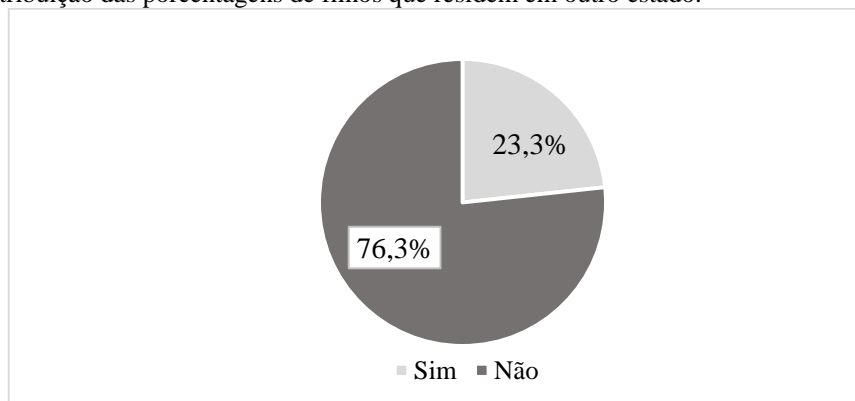
Gráfico 2 - Média da quantidade de filhos versus a médias dos filhos que trabalham nas atividades agrícolas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência os pais foram perguntados se tinham algum filho morando em outro estado, e caso sim, em qual localidade seria. É possível verificar no gráfico 3, que 76,3% dos produtores possuíam algum filho morando em outro estado. É sabido que a emigração de jovens rurais é um dos fatores que acaba dificultando a questão da reprodução social da agricultura familiar (MARIN; DREBES, 2020).

Gráfico 3 – Distribuição das porcentagens de filhos que residem em outro estado.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 4, é possível constatar que a principal região procurada pelos filhos dos entrevistados foi a região Sul com 46,4%, destacando os estados de Santa Catarina e o Paraná. A região Centro Oeste ficou em segunda posição com 21,4%, estando os estados do Mato Grosso e Goiás entre os mais procurados. O estado do Maranhão, pertencente a região nordeste do Brasil surgiu na sequência com 14,3% do destino dos jovens, seguido pela região sudeste com 7,5%. Em menor proporção das migrações (3,5%) ficou à procura dos jovens pelo estado de Roraima, na região norte do país.

Para Chaves *et al.* (2022), a grande migração percebida por paraenses para os estados da região Sul do Brasil, ocorre na tentativa de superar o desemprego e buscar através de um possível trabalho assalariado e melhores condições de vida.

Tabela 4 – Principais destinos dos filhos dos produtores.

Regiões	Estados	% por região
Sul	Santa Catarina	46,4
	Paraná	
Centro oeste	Mato grosso	21,4
	Goiás	
Nordeste	Maranhão	14,3
Sudeste	São Paulo	7,2
Norte	Roraima	3,5
Outra resposta	Não sabe	7,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Curiosamente nesta tabela percebe-se que 7,2% dos pais perderam o contato com os filhos e afirmam não saber por onde estes se encontravam até o momento das entrevistas, mas foram enfáticos em afirmar que eles já estão a bastante anos longe do estado do Pará. Para Marin e Drebes (2020) os contínuos fluxos migratórios em direção aos centros urbanos, especialmente pelos jovens do campo, acarretam sérios problemas sociais ao desenvolvimento territorial, promovendo o esvaziamento do campo, bem como à masculinização e o envelhecimento de suas populações rurais.

3.3.4 Percepção dos pais sobre a sucessão geracional na agricultura familiar e pesca artesanal

Ficou perceptível nos três municípios investigados uma certa dificuldade quanto ao conhecimento do termo “sucessão”, sendo assim, o tema foi explicado, e ao ficar mais compreensível aos produtores, procedeu-se com as entrevistas. A análise dos dados da tabela 5, apontam que 88,3% dos responsáveis pelas propriedades ainda não tinham ouvido falar sobre sucessão, tão pouco tinham recebido alguma orientação correspondente a esta questão, demonstrado pela quase totalidade do contingente analisado (99,2%). Nessa perspectiva houve apenas um produtor em Bragança que afirmou ter recebido orientação, contudo não soube dizer qual órgão havia ofertado essa instrução.

Vale destacar que os responsáveis pelos empreendimentos rurais não são os únicos responsáveis por essa situação, como bem colocado por Silva *et al.* (2017), já que, como visto nos resultados acima, nunca receberam qualquer tipo de instrução, incentivo e capacitação sobre a temática, deixando-o com “os pés e mãos atadas” para se discutir sobre o assunto,

tendenciando o produtor ao despreparo e uma despreocupação quanto à sucessão. Assim, cabe ao Estado, através de políticas públicas, capacitar o pequeno produtor de maneira adequada dentro da sua linguagem, estimulando uma proposição diária sobre sucessão e assim ser discutida com a família. Caso contrário, será sempre uma discussão fundamentada na intuição e na emoção dos proprietários (BREITENBACH; TROIAN, 2020).

Monteiro e Mujica (2022) em seu trabalho realizado com os jovens agricultores de Bento Gonçalves, perceberam que as disposições desses protagonistas são adquiridas no processo de socialização, e, conforme observado, a participação, desde novos, no processo de trabalho da agricultura, ajuda a construir a identidade social como agricultor. Percebe-se naquela região, conforme exposto pelos autores acima, que a vitivinicultura praticada pela maior parte dos jovens agricultores ocupa posição de destaque no enoturismo regional, e configura espaço privilegiado para aproximar e valorizar a agricultura aos turistas, em sua maior parte do meio urbano, o que contribui para a valorização do setor. Ressalta-se ainda que o “orgulho de ser colono” decorre do fato de que quase metade dos participantes tinha em seus antecessores (pais e avós) um modelo de pessoa, na qual se espelhavam e a qual admiravam, sobretudo pelo trabalho e conquistas materiais oriundos dele.

Tabela 5 - Percepção dos produtores sobre a sucessão geracional.

Sucessão	Categoria	Municípios			Total
		Viseu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)	
Já ouviu falar em sucessão?	Sim	9,9	5,1	20,1	11,7
	Não	90,1	94,9	79,9	88,3
Você recebeu orientação sobre sucessão?	Sim	0,0	0,0	2,4	0,8
	Não	100,0	100,0	97,6	99,2
A sucessão é discutida na sua casa?	Sim	30,0	7,5	17,4	18,3
	Não	70,0	92,5	82,6	81,7
Qual sua opinião sobre sucessão?	Muito importante	32,6	55,0	52,6	46,7
	Pouco importante	67,4	45,0	47,4	53,3
Pretende realizar a sucessão ainda em vida?	Sim	65,0	47,4	62,5	58,3
	Não	35,0	52,6	37,5	41,7

Fonte: Dados da pesquisa.

Em cerca de 81,7% dos empreendimentos familiares rurais acessados, o processo sucessório não havia sido discutido anteriormente, e menos da metade dos produtores rurais estavam preocupados com a sucessão dentro dos seus negócios (46,7%), de modo que não consideram importante falar ainda sobre esse assunto. Essa falta de preocupação reflete na carência de interação dos potenciais sucessores no processo sucessório, os quais deveriam

estar mais envolvidos na gestão e na tomada de decisões das atividades dos negócios, para desenvolver uma ligação com a propriedade familiar ao longo dos anos fazendo com que os filhos destes profissionais aprendam, colaborem e reconheçam seus direitos e deveres dentro da atividade desde jovens, facilitando a sucessão geracional quando for necessário (KEATING; LITTLE, 1997; GRUBBSTRÖM; SOOVÄLI-SEPPING, 2012; FISCHER; BURTON, 2014; DREBES; SPANEVELLO, 2017; MORAIS *et al.*, 2017; ABDALA *et al.*, 2022).

No caso do presente trabalho, observou-se que 58,3% dos proprietários das unidades de produção pretendem realizar a sucessão ainda em vida, enquanto 41,7% dos entrevistados disseram que não, e que apenas após sua morte os filhos que se “virasse” com relação ao que ficar de patrimônio. Para Silva *et al.*, (2017), esse tema mexe bastante com as emoções da família, e talvez por conta disso a sucessão dos pequenos produtores rurais é, em grande parte, não planejada, e ocorrendo geralmente após a morte do proprietário, aumenta a probabilidade de insucesso dos negócios. Porém, este assunto tem que ser tratado de forma mais profissional possível, de modo que o proprietário organize seu processo geracional com antecedência, pois quanto mais cedo o possível sucessor estiver envolvido nas atividades agrícolas da família, mais fácil se tornará para ele assumir a unidade produtiva dos pais (MACKIE, 2012; FISCHER; BURTON, 2014; PESSOTTO *et al.*, 2019).

3.3.5 Perspectiva dos pescadores e agricultores quanto a intenção de sucessão de seus filhos

A Tabela 6 exhibe as expectativas declaradas pelos chefes dos estabelecimentos rurais em relação à continuidade da profissão de pescador ou agricultor e a conseqüente conservação do legado cultural e patrimonial dessas famílias. Os dados informam que 55,8% dos pais não desejam que seus filhos continuassem nas suas atividades; outros 10% dos entrevistados procuram não influenciar na decisão, optando por não interferir nas escolhas dos filhos entre ficar e sair do campo; e 34,2% querem que algum de seus filhos o sucedam e dê seguimento aos trabalhos da família.

Nisso reflete a própria divisão do trabalho por gênero, observada *in loco*, pois os pais geralmente delegam às meninas as tarefas domésticas e pouco reconhecem ou valorizam seu trabalho nas atividades agrícolas, enquanto cabe aos meninos auxiliá-los nas questões administrativas referentes as unidades produtivas da família.

O que mais se ouviu falar durante as entrevistas é que se eles tivessem condições colocariam seus filhos para estudar, para ter futuro melhor através da possibilidade de conseguir uma profissão mais “leve” com maior retorno financeiro, pois o que eles ganham hoje mal dá

para comer. E ainda foram enfáticos em revelar que a vida que eles levam não desejam para seus filhos, destacando assim como Coradini (2015) várias avaliações negativas sobre o trabalho agrícola, sobretudo em questões relacionadas à saúde, salubridade do trabalho e condições de envelhecimento no meio rural.

Ou seja, apesar da necessidade que as famílias têm em possuir sucessores nas atividades rurais, ainda assim, eles são os principais estimuladores ou apoiadores da migração dos filhos, mesmo sabendo que sofrerão com as despedidas e as ausências, porque são cientes que enfrentam múltiplos entraves para garantir a reprodução social e passam a construir ou aceitar trajetórias migratórias orientadas para os centros urbanos (BREITENBACH; CORAZZA, 2017; IZIDORO; RODRIGUES, 2018; MARIN; DREBES, 2020).

Tabela 6 - Perspectivas dos produtores quanto a sucessão geracional nos três municípios.

Perspectiva de sucessão	Categoria	Municípios			Total (%)
		Viseu (%)	Augusto Cor-rêa (%)	Bragança (%)	
Você deseja que seu filho siga sua profissão e fique a frente dos negócios?	Sim	42,6	35,0	24,9	34,2
	Não	47,4	52,4	67,6	55,8
	Talvez	9,9	12,6	7,5	10,0
Você está preparando algum filho para isso?	Sim	55,0	74,9	39,9	56,6
	Não	42,6	20,1	60,1	40,9
	Talvez	2,4	5,1	0,0	2,5
Você acha que algum filho deseja permanecer no negócio da família?	Sim	50,0	24,9	52,6	42,5
	Não	42,5	65,2	45,0	50,9
	Talvez	7,5	9,9	2,4	6,6
Você já conseguiu identificar um sucessor?	Sim	45,0	27,5	47,4	40,0
	Não	45,0	59,9	52,6	52,5
	Talvez	9,9	12,6	0,0	7,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Contudo, apesar dos aspectos negativos relatados nas falas dos pais, 56,6% dos produtores afirmam estar preparando um de seus herdeiros para ser seu possível sucessor, através da transferência ainda tímida de alguns animais, da administração esporádica de parte do empreendimento agrícola e, quem sabe, o controle ao longo do tempo. Logo, entende-se que, embora respeitem a decisão dos filhos e afirmem não os influenciar a continuar no campo, é unânime a esperança de que haja sucessão do estabelecimento e das atividades desenvolvidas (RAMOS *et al.*, 2017).

Panno e Machado (2014) salientam a importância do desejo da família em querer que o jovem siga na propriedade rural, mas para que isso ocorra, eles destacam que é fundamental

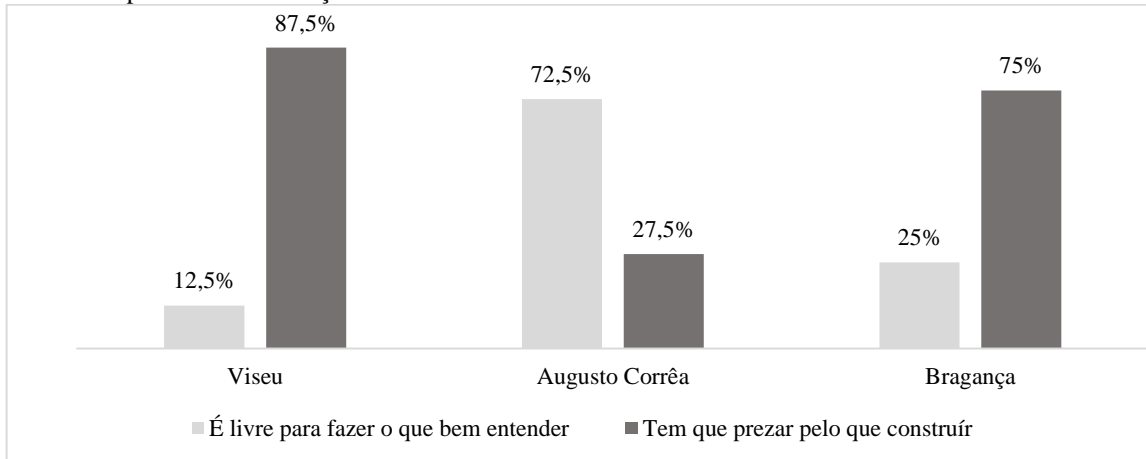
aos pais fornecer condições, sendo essencial a divisão de tarefas com autonomia e responsabilidades, bem como participação no processo decisório relativas as unidades de produção. Observou-se também que mais da metade dos pais (50,9%) acreditam que o jovem não está querendo trabalhar na agricultura ou na pesca, tão pouco continuar vivendo no ambiente rural, opinião semelhante foi relatado no trabalho de Paula *et al.*, (2017), só que em uma porcentagem bem maior, de 85%.

Os resultados sugerem que nas famílias investigadas não houve ainda a escolha de um sucessor (52,5%), corroborando com Breitenbach e Troian (2020) que descreveram, em seu estudo em Santana do Livramento-RS, a existência de um contingente significativo de estabelecimentos rurais, que não apresentaram nenhum sucessor.

Isso se torna preocupante, ao ponto que o afastamento dos possíveis sucessores das atividades se dá devido a família não os prepararem mais para dar seguimento a unidade produtiva dos pais e nem os estimulam a ver a vida no campo como viável e sustentável, prejudicando o processo sucessório, que é uma etapa fundamental para a sobrevivência da agricultura familiar, desta forma, necessitando que sejam tomadas medidas preventivas para que esta etapa da vida da propriedade rural tenha o êxito esperado, e que a posse seja passada para a geração seguinte com sucesso (MATTE; SPANEVELLO; ANDREATTA, 2015; MERA *et al.*, 2018).

Os produtores familiares foram questionados quanto as suas expectativas em relação ao futuro dos seus negócios nas mãos dos seus herdeiros, como visto no gráfico 4. Percebeu-se que nos municípios de Viseu (87,5%) e Bragança (75%) os pais esperam que seus filhos “prezem pelo que eles construíram com tanta dificuldade e não se desfaça dos seus bens”, indicando que esses genitores, no fundo, desejam que os filhos, pelo menos um deles, continue na propriedade e dê seguimento aos negócios da família. Semelhante ao percebido no trabalho de Silva *et al.*, (2017), que recomendam a não realização da venda das propriedades, incentivando os jovens a permanecerem na terra. Já no município de Augusto Corrêa, a expectativa dos pais para o futuro dos empreendimentos foi bem diferente, nele a maioria dos genitores (72,5%) deixaram claro que “seus filhos são livres para fazer o que bem entenderem, com relação ao que ficar de patrimônios para eles”.

Gráfico 4 - Expectativas em relação ao futuro dos seus estabelecimentos rurais nas mãos dos seus sucessores.



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, questionou-se, conforme visto na Tabela 7, os fatores que facilitam a reprodução geracional das famílias e a permanência desses jovens nas zonas rurais na perspectiva dos pescadores e agricultores entrevistados.

Tabela 7 - A perspectiva dos produtores com relação aos fatores que podem facilitar a permanência dos filhos em suas atividades rurais.

Categoria	Municípios			Total (%)
	Viseu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)	
Gostar do meio rural	15,0	42,5	45,0	34,2
Ser dono do próprio negócio	50,2	17,4	17,4	28,3
Incentivo dos pais e familiares	17,4	20,1	9,9	15,8
Rendimento financeiro	15,0	2,4	20,1	12,5
Qualidade de vida no campo	0,0	12,6	2,4	5,0
Menor custo de vida	2,4	5,1	5,1	4,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apontam que 34,2% dos respondentes creditam que gostar do meio rural facilitaria os filhos destes profissionais quererem ficar no campo e continuar a atividade dos pais, mas esse fator foi evidenciado principalmente nos municípios de Augusto Corrêa (42,5%) e Bragança (45,0%). Em Viseu, o destaque foi a possibilidade do herdeiro ser dono do próprio negócio (50,2%). Na terceira posição com 15,8% do total de entrevistados, ficou a importância do incentivo por parte dos pais e dos familiares para a permanência e sucessão dos filhos. Na sequência, com 12,5% dos respondentes indicaram o rendimento financeiro das atividades rurais; seguido por 5% que externaram a qualidade de vida no campo; e a menor porcentagem (4,2%) apontou o menor custo de vida no meio rural.

Para reforçar nossos achados, Spanevello (2008) e Dotto (2011) reconhecem que embora a tendência de abandonar o campo seja crescente no contexto atual, observa-se também que os jovens em sua grande maioria gostam do modo de vida tranquilo e seguro que o campo lhes proporciona. Ademais, questões relacionadas ao acesso a uma renda própria e autonomia para gerir a propriedade constituem fatores fundamentais, bem como o incentivo para o potencial sucessor continuar o trabalho dos pais.

3.4 Conclusão

Este artigo propôs identificar as percepções dos gestores com relação ao processo sucessório dos sistemas produtivos envolvidos na pesca artesanal e na agricultura familiar nos municípios Augusto Corrêa, Bragança e Viseu, acerca de fatores que interferem na sucessão geracional influenciando na manutenção dos seus filhos no campo, destacando suas expectativas quanto ao futuro dos seus empreendimentos, e abordando se eles incentivam ou não os filhos a darem continuidade as unidades produtivas.

Pela análise dos resultados da pesquisa, trata-se de ambientes hierarquicamente comandados por homens e que de modo geral aprenderam o ofício com seus pais e o sucederam, os quais demonstraram os valores e saberes atribuídos pelo processo de socialização relativos ao trabalho, da profissão e das dificuldades para chegarem ao ponto de proprietário, condicionando aos herdeiros o gosto pela atividade que facilitou sua reprodução. São produtores que apresentam um legado de no mínimo uma década de labutas e experiências, que deveriam ser transmitidas aos filhos, visando a continuidade das atividades desempenhadas.

Sob o ponto de vista dos gestores alguns fatores podem influenciar diretamente a opção dos jovens por desenvolver projetos em atividades agrícolas e sua permanência nas zonas rurais. Dentro do contexto, destacou-se a intenção para ficar, segundo os pais aspectos relacionados ao gosto dos jovens pelo ambiente em que vivem e a possibilidade de serem donos dos seus próprios negócios.

Os dados indicam que os processos sucessórios das unidades de produção familiares estudadas serão bem desafiadores. Este cenário se deve, em parte pela falta de orientação para a sucessão nesses estabelecimentos, uma vez que 88,3% dos entrevistados não ouviram falar nesse termo, tão pouco parecem preocupados com a necessidade de preparar um sucessor para comandar os meios produtivos da família. Como reflexo tem-se muitos jovens desinteressados em permanecer na agricultura familiar e na pesca artesanal, seja por falta de estímulo dos pais para seguirem a vida no meio rural ou pelas atratividades dos centros urbanos que os impulsionam a migrar e buscar melhor retorno financeiro e qualidade de vida, como destacado nas

falas dos gestores. Como consequência dessa problemática, é que se apresentam muitos negócios familiares, sem a determinação de um sucessor, comprometendo a reprodução social dessas formas tradicionais de produção.

Desse modo, é essencial instruir o pequeno produtor de maneira apropriada para que ele consiga discutir com a família e então conduzir o processo sucessório, visto que não existe um padrão ideal para a sucessão geracional, pois cada estrutura familiar e unidade produtiva são únicas. Mas como trata-se de um processo complexo que demanda planejamento, recomenda-se que os pais possam estimular seus herdeiros, falando sobre a importância de dar continuidade as atividades na agricultura e pesca artesanal, introduzido no dia a dia o conhecimento adquirido ao longo dos anos para que despertem o seu interesse, como o espaço para os filhos participarem nas decisões dos negócios, possibilitando ao jovem empolgar-se a permanecer nas atividades paternas. Vale ressaltar que, com a falta de sucessores, uma das características primordiais da agricultura familiar brasileira é prejudicada, que é uma produção diversificada que promove a segurança alimentar.

Através deste trabalho, foram identificados a ótica dos gestores sobre a sucessão geracional nos três municípios da região Bragantina, embora devam ser observadas limitações, pois essas conclusões não podem ser generalizadas para os domicílios rurais paraenses como um todo. Sugere-se, portanto, para estudos futuros que novas pesquisas sejam realizadas em outros municípios ou regiões do estado Pará, para fins comparativos dos resultados com esse estudo.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, R. G.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Family Farm Succession: evidence from absorptive capacity, social capital and socioeconomic aspects. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 4, e235777, 2022.
- ALMEIDA, E. W.; STUMPF, M. T.; PORTO, C. R. P.; ROLON, A. S.; TRENTIN, G. Potencial agroecológico de propriedades agrícolas familiares do município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul. **Revista Verde**, v. 14, n.4, p.546-553, 2019.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**. v. 38, n. 29, p.1-11, 2017.
- BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2020.
- BRIZZOLLA, M. M. B.; CHAPOVAL NETO, A.; KRAWSZUK, G. L.; BERLEZI, M. Family succession in rural properties. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e9169109408, 2020.
- CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & sociedade**, v. 14, n. 2, 2011.
- CHAVES, A. B. P.; BEZERRA, A. V. V.; NASCIMENTO, S. S. S. População em deslocamento: a força de trabalho paraense em Santa Catarina. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, e392111335478, 2022.
- CONAFER - Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais. (2021). **Agricultores Da Terceira Idade Formam 23% Da Força Econômica Agrofamiliar**. Disponível em: <https://conaferr.org.br/dia-nacional-do-idoso-agricultores-da-terceira-idade-formam-23-da-forca-economica-agrofamiliar/>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno – Brasil. **Mundo Agrario**, v. 16, n. 33, 2015.
- CORSI, A. Which Italian family farms will have a successor. Poster Paper Presented at the 26th Conference of the International Association of Agricultural Economists, Gold Coast 12–18. 2006.
- COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A Juventude Rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.
- DEGGERONE, Z. A.; LAROQUE, L. F. S.; BARDEN, J. E. Agricultura Familiar: O Trabalho dos Jovens da Gestão e Reprodução de um Modo de Vida na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 2, 2014.

DIEGUES, A. C. S. A. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no Estado de Mato Grosso do Sul**. Orientador: Olivier François Vilpoux. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011. Acesso em: 25 de ago. 2022.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas Agropecuárias e o Desafio da Sucessão na Agricultura Familiar. **Holos**, v. 2, 2017.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 130, p. 15–28, 2016.

FOGUESATTO, C. R.; MORES, G. V.; KRUGER, S. D.; COSTA, C. Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. **Land Use Policy**, v. 97, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUBBSTRÖM, A.; SOOVÄLI-SEPPING, H. Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession. **Journal of Historical Geography**, v. 38, n. 3, p. 329-339, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). População rural e urbana. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

IZIDORO, J. T. L.; RODRIGUES, M. S. A Sucessão Genética na Agricultura Familiar. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 5, n. 11, 2018.

KEATING, N. C.; LITTLE, H. M. Choosing the successor in New Zealand family farms. **Family Business Review**, v. 10, n. 2, p. 157-171, 1997.

KRUGER, S. D.; CECCHIN, R.; MORAES, G. V. A importância da contabilidade para a gestão e continuidade das propriedades rurais. **Custos e @gronegocio online**, v. 16, n. 1, 2020.

MACKIE, P. F. E. Social work in a very rural place: a study of practitioners in the Upper Peninsula of Michigan. *Contemp. Rural Social Work*, v. 4, p. 63-90, 2012.

MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019. pp. 217-241.

MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M. Migrações Internacionais de Jovens Rurais. **Revista Brasileira De Sociologia**, v. 8, n. 19, 2020.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A.; ANDREATTA, T. Agricultura e Pecuária Familiar: (des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 19-33, 2019.

MERA, C. M. P.; SCOLARI, T.; ROSA, E. F. Estratégias económicas e sociais que poderão incentivar a permanência dos jovens no meio rural. **Revista Gedecon**, v. 6, n. 1, 2018.

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. S. Effect of agricultural policy on succession decisions of farm households. **Review of Economics of the Household**, v. 6, n. 3, p. 285-307, 2008.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2022.

MORAIS, M.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Identifying beliefs underlying successors? Intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 68, p. 48-58. 2017.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VAN HERK VASCONCELOS, A. C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, e222727, 2021.

PANNO, F. **Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores**. Orientador: João Armando Dessimon Machado. 2016. 164 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Acesso em: 15 de mar. 2021.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural: partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 264-297.

PAULA, S.; MOREIRA, A. B.; MOTA, D. A. Sucessão familiar em propriedades rurais: Um estudo da situação sucessória entre os acadêmicos do Curso de Agronomia UFFS Erechim e seus pais. **Scientific Electronic Archives Issue**, v. 10, n. 6, 2017.

PESSOTTO, A. P.; COSTA, C.; SCHWINGHAMER, T.; COLLE, G.; CORTE, V. F. D. Factors influencing intergenerational succession in family farm businesses in Brazil. **Land Use Policy**, v. 87, 104045, 2019.

RAMOS, V. S.; ANGNES, J. S.; COSTA, Z. O Futuro da Fumicultura: O Jovem Rural e o Dilema da Sucessão Geracional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, p. 548-572. 2018.

SANTOS, C. C.; JOHANN, D. A.; LOPES, L. F. D.; BRESCIANI, S. A. T.; PADILHA, V. W.; MUNZLINGER, A.; PEREIRA, E. W.; ANDRADE, M. A.; ALBERTI, R. A capacidade absorviva individual é preditora da intenção empreendedora na sucessão familiar de propriedades rurais? **Interciencia**, v. 4, n. 2, p. 65-71, 2021.

SILVA, D. F.; RIBEIRO, M. L.; DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. As dificuldades de “passar o bastão”: perspectivas da sucessão da propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de Campos Gerais/MG. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 2, p. 240, 2017.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Orientadora: Anita Brumer. 2008. 265 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Acesso em: 15 de mar. 2021.

SPANEVERELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L. P.; MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

VASCONCELOS, M.; DIEGUES; A. C. S. A; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. *In*: COSTA, A. L. (Org.) **Nas Redes da Pesca Artesanal**. Brasília: IBAMA – MMA, 2007, p. 15-83.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WEISHEIMER, N. Jovens Agricultores Familiares: Situação juvenil e projetos profissionais no Recôncavo da Bahia. *In*: Marin, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria, 2019. p. 167-191.

4. PERMANÊNCIA E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR BRAGANTINA: A PERSPECTIVA DOS JOVENS

RESUMO

A presente pesquisa objetivou conhecer a realidade em que vivem os jovens rurais, identificar fatores que influenciam no processo de sucessão familiar e na permanência no meio rural nos municípios de Augusto Corrêa, Bragança e Viseu, no estado do Pará. A amostra foi composta por 120 jovens, com idades de 15 a 29 anos, filhos de pescadores artesanais e agricultores familiares. Os dados foram obtidos com aplicação de questionário, em dezembro de 2022. Constatou-se que a maior parte dos potenciais sucessores são jovens na faixa de 15 a 19 anos (43,3%) e muitos eram solteiros (57,5%). Em sua maioria não tem filhos (63,3%), possuem o ensino médio incompleto (39,2%) e apresentam núcleo familiar numeroso, constituído de quatro ou mais membros (66,7%), que além das atividades agrícolas e da pesca artesanal, obtém renda a partir de programas do governo, como o bolsa família (61,7%). O cenário aponta menor interesse dos jovens pelos cursos das ciências agrárias, limitação quanto as suas participações na tomada de decisões nos processos gerenciais dos negócios familiares. Conclui-se que o principal fator para permanência dos jovens nos estabelecimentos rurais é o orgulho do filho pela profissão de seus pais, seguido pela valorização da atividade e pela expectativa de renda. Já o anseio dos jovens em abandonar o campo é influenciado principalmente pelo desejo utópico quanto a autonomia financeira, aliado a penosidade das atividades agrícolas, a falta de investimentos na propriedade e o baixo retorno econômico proveniente da pesca artesanal e da agricultura familiar. Espera-se que essa pesquisa sirva de base para outros estudos, visto que, tem-se poucos estudos, em especial nessa região, percebido através da bibliometria realizada, e contribua para a elaboração de estratégias de políticas públicas, como programas voltados para a juventude rural, transformando o meio em que vivem mais atrativo, social e economicamente, motivando-os a permanecer no campo promovendo assim, a sucessão geracional.

Palavras-chave: Processo Sucessório; Tomada de Decisão; Juventude Rural.

PERMANENCE AND SUCCESSION IN FAMILY FARMING BRAGANTINA: THE PERSPECTIVE OF YOUNG PEOPLE

ABSTRACT

This research aimed to understand the reality in which rural young people live, identify factors that influence the process of family succession and their permanence in rural areas in the municipalities of Augusto Correa, Bragança and Viseu, in the state of Pará. The sample consisted of 120 young people, aged 15 to 29, children of artisanal fishermen and family farmers. The data were obtained using a questionnaire, from February to March 2023. It was found that most potential successors were young people aged between 15 and 19 (43.3%) and many were single (57, 5%). The majority do not have children (63.3%), have incomplete secondary education (39.2%), and have a large family nucleus, made up of four or more members (66.7%), which in addition to agricultural activities and artisanal fishing, obtains income from government programs, such as Bolsa Familia (61.7%). The scenario points to less interest among young people in agricultural science courses, limiting their participation in decision-making in the management processes of family businesses. It is concluded that the main factor for young people to remain in rural establishments is the child's pride in their parents' profession, followed by the appreciation of the activity and the expectation of income. The desire of young people to abandon the countryside is mainly influenced by the utopian desire for financial autonomy, combined with the hardship of agricultural activities, the lack of investment in property and the low economic return from artisanal fishing and family farming. It is hoped that this research will serve as a basis for other studies, as there are few studies, especially in this region, perceived through the bibliometrics carried out and contribute to the development of public policy strategies, such as programs aimed at rural youth, transforming the environment in which they live more attractive, socially and economically, motivating them to remain in the countryside, thus promoting generational succession.

Keywords: Succession Process; Decision Making; Rural Youth.

4.1 Introdução

A partir de meados da década de 1990, começaram a surgir os primeiros trabalhos sobre a juventude rural no Brasil. No primeiro momento as pesquisas pretendiam entender os fatores que poderiam influenciar na saída dos jovens do meio rural e o efeito desse fenômeno na sucessão geracional. Em um segundo período, metade dos anos 2000, durante a efetivação de políticas de desenvolvimento rural, os trabalhos de juventude rural buscavam apresentar o entendimento das causas relacionadas a continuação dos jovens na zona rural. Essas alterações de abordagem aconteceram em função das transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no campo brasileiro que passaram a configurar a juventude rural enquanto ator político de relevância dentro de importantes movimentos sociais rurais (MARTINS, 2021).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em todo o Brasil, 27% da população dos territórios rurais e da cidadania com idades entre 15 e 29 anos (8 milhões de jovens rurais) são mulheres e homens, da agricultura familiar, da Reforma Agrária e dos povos e comunidades tradicionais. Para Weisheimer (2019) muito além de uma questão numérica, as jovens e os jovens do campo, das florestas e das águas são sujeitos de direitos e partícipes dos processos de produção, reprodução e de transformação sociais em seus territórios. Em geral, eles serão os futuros herdeiros e trabalhadores das propriedades familiares agrícolas que deverão realizar, quando necessário, o processo sucessório.

Esse processo de sucessão familiar rural se estabelece no campo pela transferência de bens materiais e imateriais, da geração mais velha para seus descendentes, através da passagem de responsabilidade da manutenção e reprodução do sistema, e das pessoas que fazem parte dele (BREITENBACH; CORAZZA, 2021; CASTRO *et al.*, 2019). Conforme Monteiro e Mujica (2022) o processo é complexo e ocorre de diversas formas segundo a história e a cultura de cada região, especialmente quanto aos pontos de vistas ligados a atividade econômica e o patrimônio. Segundo esses autores, não há uma homogeneidade de situações, logo, não há fórmulas que determinem como a sucessão familiar ocorrerá.

É notório que a sucessão rural na agricultura familiar se tornou chave para atender à crescente demanda de alimentos e de matéria-prima para as agroindústrias no mundo, e no Brasil não é diferente. A preocupação com a queda do efetivo rural, no fato de que ficam cada vez menos pessoas no campo, constitui sério risco à continuidade da produção agrícola familiar (CASTRO *et al.*, 2019).

A migração juvenil, configurada no dilema "ficar ou sair", tem sido tema recorrente no meio acadêmico, posto que representa repercussões consideradas negativas sobre as expectativas e estratégias de projetos formulados em nome do desenvolvimento territorial em sua

correlação com as questões de esvaziamento, envelhecimento e masculinização das populações rurais (MARIN; FROEHLICH, 2019).

Nesse contexto, as tendências como o envelhecimento da comunidade rural têm causado inquietação sobre a necessidade de revigorar este setor com “sangue novo”, aliado ao argumento de que uma população agrícola idosa possivelmente será menos competitiva no mercado atual, pois podem ser mais resistentes em adotar inovações tecnológicas no campo (INGRAM; KIRWAN, 2011).

De acordo com Novaes *et al.* (2006), a migração é vista pela juventude do campo como uma alternativa na busca por melhores infraestruturas, qualidade de vida, estudo, trabalho e conseqüentemente melhor renda. Isso significa que as condições para a permanência do jovem rural brasileiro envolvem fatores que devem ser levados em conta em qualquer projeto de desenvolvimento que tenha por premissa o fortalecimento das potencialidades e a solução das fragilidades do território que possibilite promover a permanência do possível herdeiro sucessor na atividade (CASTRO *et al.*, 2019).

Em razão destas problemáticas relacionadas a sucessão rural, têm crescido em quantidade e frequência no Brasil, os estudos sobre juventude rural destacando a importância que a temática tem recebido nas instituições de pesquisa e ensino, especialmente em universidades. Desse modo, este capítulo pretendeu abordar a situação da sucessão familiar em Augusto Corrêa, Bragança e Viseu, municípios pertencentes a região imediata de Bragança, Nordeste Paraense, investigando em que condições os jovens permanecem no meio rural. Buscando, especificamente, identificar se a juventude deste municípios projetam seu futuro no local onde residem, sucedendo seus pais na gestão das propriedades rurais, ou se vislumbram um futuro nas cidades; assim como destacar quais fatores influenciam na decisão dos jovens em ficar no campo ou deixá-lo.

4.2 Material e Métodos

4.2.1 Amostragem e levantamento

O presente estudo caracteriza-se como quantitativo e qualitativo, desenvolvido a partir de estatística descritiva. Segundo Creswell (2007), a análise qualitativa ocorre ao realizar pesquisa bibliográfica e teórica, a fim de construir a base teórica do trabalho, buscando justificar, explanar e esclarecer os resultados da pesquisa quantitativa. Quanto ao aspecto quantitativo, este ocorreu a partir de dados de investigação empírica, obtidos por meio de questionário es-

truturado e, posteriormente, foram tabulados e analisados no programa Microsoft Office Excel®.

A pesquisa foi conduzida no mês de dezembro de 2022, para 120 jovens, com idade entre 15 e 29 anos, descendentes de agricultores familiares e pescadores artesanais, residentes em comunidades pertencentes aos municípios de Augusto Corrêa, Bragança e Viseu, que poderiam ter ou não experiência anterior nessas atividades.

As entrevistas foram realizadas em diversos locais, como: na residência dos entrevistados, local de trabalho (*e.g.*, casa de forno), em porto de desembarque e até em gincanas organizadas pela igreja católica (*e.g.*, de Nova Olinda em Augusto Corrêa) (Figura 1). Ao chegar ao local, todos os entrevistados foram informados sobre os objetivos da pesquisa e como a entrevista aconteceria, além de assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II). A preferência era ouvir os jovens sem a presença dos pais ou qualquer outro membro da família, para que não houvesse qualquer tipo de interferência sobre as respostas.

Figura 1 – Imagens retiradas durante as entrevistas.



Fonte: Arquivo pessoal.

Os participantes foram envolvidos através da amostragem “bola de neve” (*snowball*), que é uma técnica de amostragem não probabilística. Conforme Magnani *et al.* (2005) essa técnica é considerada eficaz para acessar populações de difícil acesso. No Brasil, a população de potenciais sucessores da agricultura familiar é de difícil composição, pois não se tem dados oficiais disponíveis para caracterizar esse grupo, além de estarem difundidos por todo o país (MORAIS *et al.*, 2018). Para começar com a amostragem “bola de neve”, houve ajuda de pessoas chave pertencentes a organizações agrícolas (*e.g.*, presidente de colônia, associação de pescadores, sindicatos rurais e secretarias de agricultura), que indicaram potenciais sucessores.

O questionário continha questões para identificar o perfil do jovem; estrutura familiar e sua posição junto à família, à propriedade e à comunidade; educação; fatores limitantes ao seu desenvolvimento; interesse em permanecer no meio rural; gestão, trabalho e sucessão ru-

ral; além de motivos para a permanência ou não nos estabelecimentos rurais da agricultura familiar (Apêndice III).

4.3 Resultados e Discussão

4.3.1 Caracterização dos jovens rurais

A Tabela 1 apresenta o perfil dos jovens rurais, filhos de pescadores artesanais ou de agricultores. A maioria dos entrevistados eram mulheres (51,7%), com idade entre 15 e 19 anos (43,3%), solteiros (57,5%). Com relação ao sexo, nossos dados destoam aos relatados pelo censo populacional brasileiro de 2010 (IBGE, 2010), que aponta para a maior quantidade de jovens no meio rural serem pertencentes ao gênero masculino. Porém, acredita-se que o resultado encontrado possa ter relação ao fato de que, na ocasião das entrevistas, os jovens desse sexo estarem nas atividades laborativas diárias, na roça ou pesca; enquanto as moças, em sua maioria, ficam na casa envolvidas com os trabalhos domésticos, tornando-se mais fácil de encontrá-las para participarem da pesquisa.

Entre toda a amostra, aproximadamente 63,3% não possuía filhos, 16,7% possuíam um filho, 17,5% dois a três filhos e apenas 2,5% com mais de quatro crianças. Nossos resultados corroboram com o encontrado por Breitenbach e Corazza (2017) em sua pesquisa com jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul, onde destacam baixo número de filhos nas famílias dos jovens estudados, em contraste com a geração dos pais.

No que diz respeito ao tamanho dos núcleos familiares, trata-se ainda de famílias numerosas nos municípios pesquisados que, em sua maioria residem mais de quatro pessoas nos domicílios (66,7%). Quanto ao número de irmãos, foi possível constatar que 54,2% dos entrevistados têm mais de quatro irmãos, acompanhado por 32,5% com dois a três e, 13,3% com um único irmão. Nesse aspecto nosso trabalho diverge de Breitenbach e Corazza (2017; 2021) que constataram jovens pertencentes a famílias cada vez menores, onde 88,1% dos potenciais sucessores possuíam apenas um ou dois irmãos ou era filho único.

Com relação a inserção dos jovens agricultores no sistema formal de ensino, constatou-se que 39,2% dos entrevistados possuem o Ensino Médio Incompleto. Na sequência, 23,3% contam com o fundamental incompleto, 18,3% e 13,3% com ensino fundamental e médio completo, respectivamente. O percentual dos que conseguiram acessar o ensino superior (completo ou incompleto) contabilizou menos de 6%. Conforme relatado pelos entrevistados, muitos deles precisam participar do processo de trabalho rural familiar, acarretando muitas das vezes na falta de tempo e de disposição para dar continuidade aos estudos.

Tabela 1 - Perfil geral dos jovens rurais entrevistados nos três municípios.

Variável	Categoria	Porcentagem (%)
Sexo	Masculino	48,3
	Feminino	51,7
Idade	15-19	43,3
	20-24	22,5
	25-29	34,2
Estado civil	Casado	8,3
	Solteiro	57,5
	Namorando	11,7
	União estável	22,5
Nº de filhos	Não	63,3
	Apenas 1	16,7
	2 a 3	17,5
	≥ 4	2,5
Escolaridade	Analfabeto	0
	Fundamental incompleto	23,3
	Fundamental completo	13,3
	Médio incompleto	39,2
	Médio completo	18,3
	Superior incompleto	4,2
	Superior completo	1,7
Núcleo familiar	Mora só	0,8
	2 a 3	32,5
	≥ 4	66,7
Nº de irmãos	Apenas 1	13,3
	2 a 3	32,5
	≥ 4	54,2

Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados sobre estarem estudando atualmente ou não, observou-se que 52,5% dos entrevistados estavam fora do sistema de ensino, em especial os pertencentes ao município de Viseu (Tabela 2). Weisheimer (2019), em seu estudo com jovens ocupados na agricultura familiar no Recôncavo Baiano, também constatou que a maioria deles já não frequentavam as escolas, porém com um percentual maior (72%). Comparando a presente pesquisa, com a do autor acima, esse percentual foi um pouco maior para os homens quando comparado as mulheres.

Conforme as respostas dos entrevistados, 68,3% recebem incentivo dos pais para darem continuidade aos estudos, em especial as mulheres (39,1%). Para Almeida e Silva (2011), a maneira como os pais incentivam ou não seus filhos pode ser determinante quanto aos caminhos escolhidos no que concerne a seu futuro. Segundo Breitenbach e Corazza (2019), os pais estimulam mais à filha mulher para estudar e procurar uma forma de vida fora do meio

rural, enquanto o filho é incentivado a participar das atividades gerenciais e operacionais e permanecer frente aos negócios familiares.

Tabela 2 – Situação de estudo dos jovens entrevistados nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.

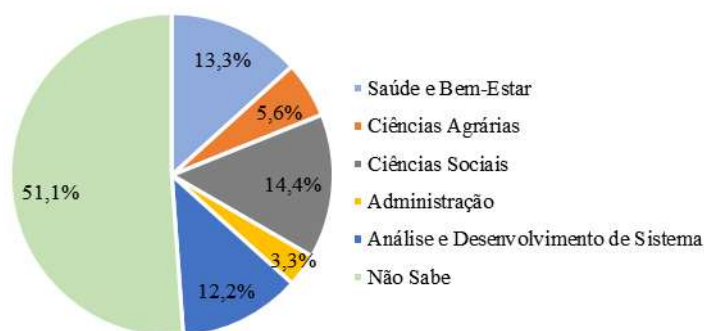
Situação de estudo		Municípios (%)						Total (%)
		Viseu		Augusto Corrêa		Bragança		
		H	M	H	M	H	M	
Você está estudando?	Sim	6,7	4,2	11,7	10,8	3,3	10,8	47,5
	Não	10,8	11,8	7,5	3,3	10,8	8,3	52,5
Seus pais incentivam a continuar os estudos?	Sim	9,2	10	13,3	13,3	6,7	15,8	68,3
	Não	8,3	5,8	5,8	0,8	7,5	3,3	31,7
Você pretende fazer um curso superior?	Sim	7,5	9,2	8,3	12,5	6,7	14,2	58,3
	Não	6,7	2,5	8,3	0,8	4,2	2,5	25
	Talvez	3,3	4,2	2,5	0,8	3,3	2,5	16,7
Seria voltado para o campo?	Sim	4,4	2,2	0,1	0,1	2,2	6,7	17,8
	Não	6,7	6,7	8,9	14,4	4,4	5,6	46,7
	Talvez	4,4	7,8	4,4	2,2	6,7	10	35,5
Ao término do curso, pretende voltar para o campo?	Sim	5,8	4,2	1,7	3,3	4,2	6,7	25,8
	Não	8,3	9,2	12,5	9,2	6,7	8,3	54,2
	Talvez	3,3	2,5	5	1,7	3,3	4,2	20

Fonte: Dados da pesquisa

Esses jovens, em sua maioria (58,3%), desejam fazer um curso superior, contudo 16,7% deles ainda não se decidiram e 25% não tem interesse algum em ingressar na faculdade após a conclusão do ensino médio. Para 46,7% dos respondentes, o curso pretendido não seria voltado para o meio rural. Apenas 17,8% afirmaram que gostariam de se formar em cursos em áreas relacionadas ao campo, enquanto 35,5% não souberam responder. Breitenbach e Corazza, (2020; 2021) destacam que a formação nas ciências agrárias é interessante, pois auxilia na preparação do possível sucessor ampliando os interesses e as intenções dos jovens em permanecerem no meio rural, possibilitando a exploração agropecuária de forma bem-sucedida.

Quanto a área de atuação daqueles que pretendem cursar o ensino superior, percebeu-se que mais da metade não sabem qual profissão seguir (51,1%), 14,4% têm intenção em fazer cursos relacionados as ciências sociais, 13,3% gostariam de atuar nas áreas da saúde e bem-estar, e apenas 5,6% dos respondentes querem seguir o caminho das ciências agrárias (Gráfico 1). Nossos resultados corroboram com Breitenbach e Corazza (2021), que relata que a minoria dos jovens de seu estudo pretendia fazer um curso da área de ciências agrárias, mas acredita que o percentual de indecisos pode transformar o cenário de sucessão geracional nas propriedades rurais.

Gráfico 1 – Principais áreas de atuação pretendidas pelos jovens rurais.



Fonte: Dados da pesquisa

Em Bragança, município com mais opções de curso, existe Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) que disponibilizam cursos voltados para a pesca e agricultura, diferente de Augusto Corrêa e Viseu, que em sua maioria ofertam cursos relacionados as ciências sociais, saúde e bem-estar, geralmente realizados por instituições particulares. Desse modo, Bragança é o município em que o deslocamento intermunicipal não seria necessário para os jovens obterem essa formação, ao contrário dos outros dois municípios pesquisados.

As instituições de ensino superior podem ajudar no processo de sucessão rural e permanência dos herdeiros e possíveis sucessores, a partir do conhecimento formal oferecido, propiciando melhorar a gestão dos recursos financeiros dos empreendimentos rurais e, por conseguinte, facilita o desenvolvimento das atividades no campo, possibilitando ao jovens ampliar seu horizonte de possibilidades dentro do negócio da família (HEISLER *et al.*, 2018; TROIAN; BREITENBACH, 2018; BREITENBACH; CORAZZA, 2019).

Percebe-se entre os jovens que anseiam fazer um curso superior, que 54,2% não possuem nenhum interesse em retornar para o campo após a conclusão da faculdade (Tabela 2). Isso acaba impactando negativamente o processo de sucessão geracional dos empreendimentos rurais, uma vez que, os jovens que optam por realizar um curso relacionado à educação agrícola teriam mais chances de retornar ao campo, aumentando as possibilidades de serem sucessores, se comparado àqueles que não realizam curso relacionado a este ramo do conhecimento (BREITENBACH; CORAZZA, 2017; 2019; 2021; CAVICCHIOLI *et al.*, 2015; FUETSCH; SUESS-REYES, 2017).

4.3.2 Condições de inclusão social para a sucessão das atividades rurais

O presente estudo demonstra que 82,5% dos jovens não tiveram oportunidade de realizar um curso de capacitação (Tabela 3), e daqueles que conseguiram, em sua maioria foram

jovens residentes em Bragança (22,5%), município este mais desenvolvido e que aparentemente tem mais possibilidade de ofertar cursos para sua população jovem. Costa e Ralisch (2013) ao estudarem a juventude rural no município de Florestópolis (PR), também constataram que a maioria dos jovens entrevistados não tem capacitação profissional para exercer de uma forma mais profissional o ofício de produtor rural, muito menos enfrentar o exigente mercado de trabalho do meio urbano, estando limitados aos conhecimentos práticos que executam no trabalho do campo. Visto isso, há necessidade de incentivos à permanência no campo, e isto seria possível através da realização de cursos, palestras e capacitações em cooperativismo, dias de campo e atividades de lazer (LEITZKE; SANTOS, 2013).

Tabela 3 - Situação de inclusão de políticas públicas e as perspectivas dos jovens entrevistados quanto a presença de assistência técnica e financiamentos bancários nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viséu.

Situação de inclusão social		Municípios			Total (%)
		Viséu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)	
Você já teve oportunidade de fazer algum curso de capacitação?	Sim	12,6	17,4	22,5	17,5
	Não	87,4	82,6	77,5	82,5
Você recebe ou já recebeu algum auxílio à assistência técnica na propriedade?	Sim	0,0	0,0	0,0	0,0
	Não	100,0	100,00	100,0	100
Você recebe ou já recebeu algum financiamento bancário, tipo Pronaf Jovem?	Sim	0,0	0,0	0,0	0,0
	Não	100,0	100,0	100,0	100
A presença de assistência técnica e financiamentos bancários facilitariam sua permanência na atividade?	Sim	62,5	42,5	50,2	51,7
	Não	30,0	27,5	17,4	25,0
	Talvez	7,5	30,0	32,4	23,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados sobre o acesso a assistência técnica na propriedade, e se estes jovens recebem ou já receberam algum financiamento bancário, como o Pronaf Jovem, foi unânime nos três municípios a ausência desses serviços. É sabido que a presença de representantes da EMATER/PA pode ser fundamental, pois permite difundir conhecimentos técnicos, através de ações de capacitação e de informação, induzindo tecnologias facilitadoras ao trabalho na agricultura e pesca, possibilitando praticar essas atividades de maneira mais diversificada, oferecendo assim atividades econômicas mais rentáveis e menos desgastantes do que em épocas passadas, imprimindo um efeito positivo à permanência dos possíveis sucessores nos estabelecimentos rurais familiares, como já observado por Boessio (2015) e Silva *et al.* (2017).

No que tange a questão de financiamento bancário, o Pronaf Jovem, que é uma linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) surge através de crédito como medida imprescindível ao enfrentamento da “invisibilidade social” que a juven-

tude rural vem passando. Este programa tem o intuito de permitir acesso a recursos financeiros, aos meios de produção e à qualificação profissional, que possibilitam melhores inserções socioprodutivas aos mercados, ao sistema bancário e às redes de instituições de desenvolvimento rural. Contudo, na prática, essa linha de crédito tem sido acessada por um número muito pequeno de jovens do campo, o que indica a existência de fatores que podem estar dificultando sua objetivação na realidade social (MARIN, 2020). E como pode ser percebido na tabela acima, os jovens não têm acesso a crédito rural na linha Pronaf Jovem, seja pelas dificuldades burocráticas com documentações ou, como muito falado pelos entrevistados, pela falta de conhecimento quanto a existência do programa para esta classe social.

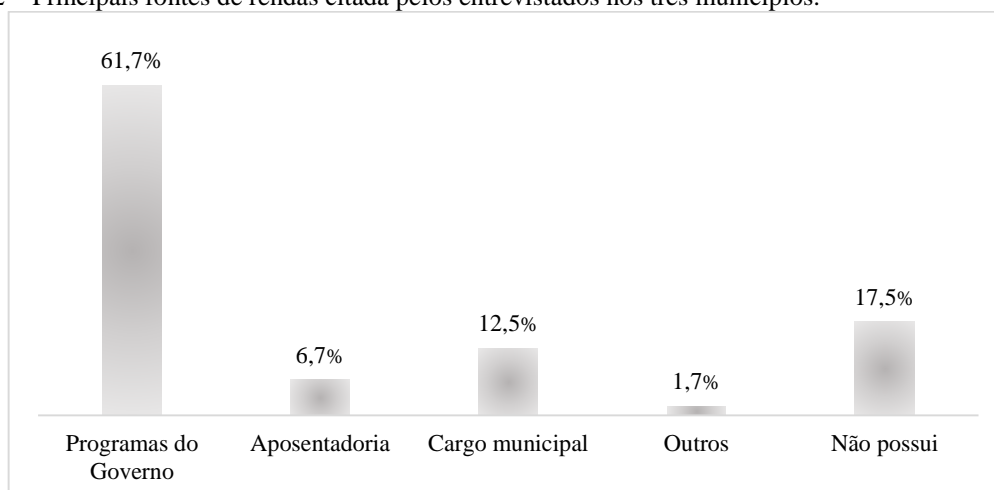
Outra política pública que pode favorecer a permanência do jovem, caso alcançar esse público, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que gera efeitos econômicos estatisticamente significativos sobre a renda e a atividade produtiva dos agricultores familiares que conseguem acessar esse mercado, surgindo como um importante instrumento de elevação de renda para a agricultura familiar, configurando-se como componente importante de uma estratégia de desenvolvimento local e melhorias quanto às condições de vida de seus beneficiários (PAULA *et al.*, 2023).

Importante destacar que mais da metade dos participantes da pesquisa (51,7%) afirmam que a presença de assistência técnica e mesmo o acesso aos financiamentos bancários facilitariam sua permanência na atividade podendo assim, ser um importante divisor de águas para que os jovens destes municípios possam continuar na propriedade dos seus pais, possibilitando aumentar seu interesse em ser gestor e/ou sucessor na unidade de produção.

4.3.3 Condições de trabalho, renda e perspectiva de sucessão das atividades rurais

Dos 120 entrevistados, 109 não possuem emprego formal, e destes 61,7% dependem de programas do governo, como o bolsa família, seguro defeso que alguns pescadores recebem, vale gás, dentre outros (Gráfico 2); 17,5% não possuem outras fontes de renda além do ganho proveniente das atividades dos pais; seguindo 12,5% responderam que possuem algum familiar que ajuda na manutenção da família com o salário oriundo de emprego municipal; os demais (6,7%) relataram os a principal fonte de renda é proveniente das aposentadorias dos avós ou pais que contribuem nas despesas da casa. Pelos resultados indicados, é perceptível a importância dos recursos financeiros derivados do Programa Bolsa Família, sendo essenciais para famílias beneficiadas, valor este que contribui com aos gastos da família, como despesas com alimentação, itens do vestuário, medicamentos, luz e água como relatado pelos jovens.

Gráfico 2 – Principais fontes de rendas citada pelos entrevistados nos três municípios.



Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao pagamento recebido pelas atividades desenvolvidas nos negócios familiares (Tabela 4), 60% dos potenciais sucessores afirmam que recebem um valor considerado baixo por eles, enquanto 40% ressaltam que não são remunerados pelo labor, em especial os jovens pertencentes ao município de Augusto Corrêa (17,5%). Nesse aspecto sobre renda agrícola, percebe-se que, no geral, os recursos provenientes da produção familiar são centralizados pelo chefe da família, com pouco dinheiro alcançando o bolso dos jovens, de tal modo que, quando necessitam adquirir algo, precisam solicitar dinheiro aos pais. Conforme Costa e Ralisch, (2013), esta é uma situação frustrante, uma vez que é manifestado o desejo de acesso a uma renda própria, em que eles possam custear as suas necessidades particulares sem precisar apelar aos pais.

Tabela 4 - Possibilidade de pagamento pelas atividades realizadas nas unidades de produção familiar nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viséu.

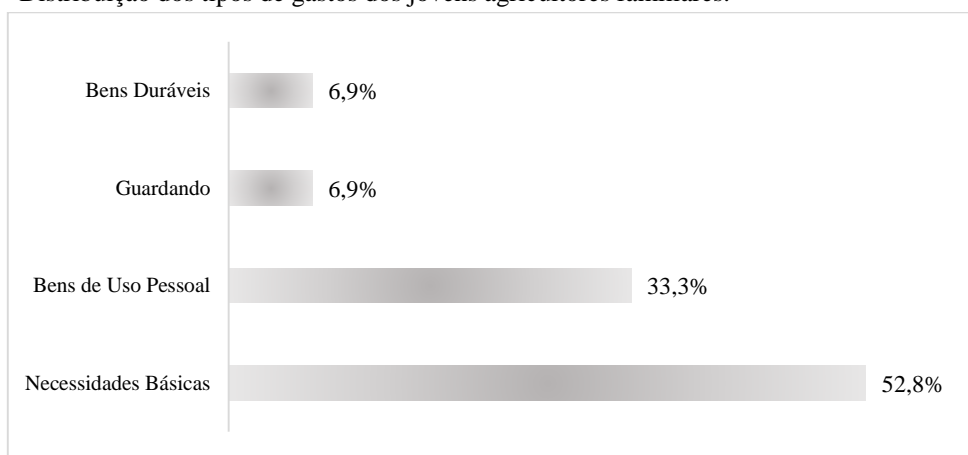
Possibilidades	Municípios			Total
	Viséu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)	
Sim	62,5	47,4	70,0	60,0
Não	37,5	52,6	30,0	40,0

Fonte: Dados da pesquisa.

No gráfico 3, buscou-se identificar em que é empregado o dinheiro recebido por aqueles jovens que são remunerados por seus trabalhos. Assim, foi possível verificar que a maioria dos jovens agricultores direcionam seus recursos provenientes da produção familiar com aquisição de itens de necessidades básicas (52,8%), ou seja, apesar do pouco que ganham, como foi destacado acima, eles ainda ajudam na manutenção das suas casas, comprando em especi-

al, produtos alimentícios. No segundo maior percentual (33,3%), encontram-se aqueles jovens que gastam com bens pessoais como roupas, perfumes, calçados. Na sequência, ambos com 6,9%, estão aqueles que usam seu dinheiro para pagar bens de consumo duráveis (geralmente motos) e os que estão guardando.

Gráfico 3 – Distribuição dos tipos de gastos dos jovens agricultores familiares.

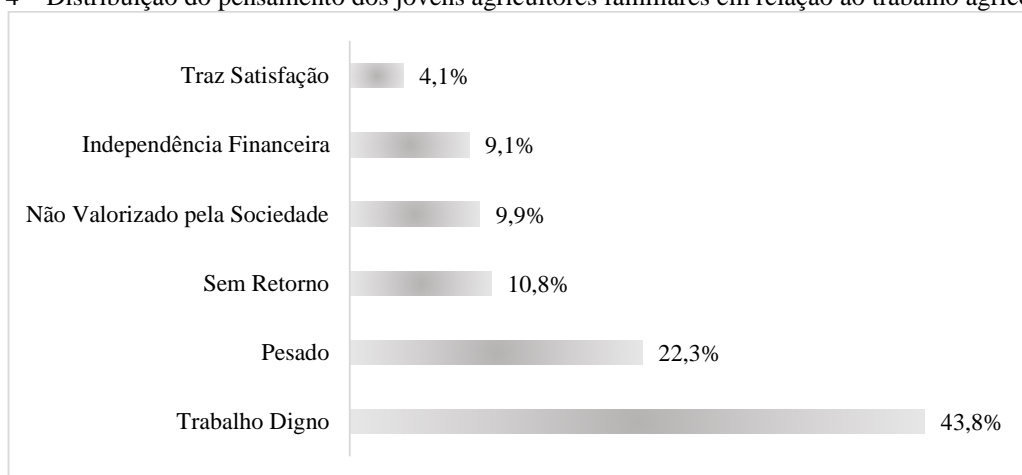


Fonte: Dados da pesquisa.

Por conta dessa limitação da renda, mas principalmente pela dependência financeira dos seus progenitores, muitos destes herdeiros sentem a necessidade de abandonar a vida no campo para buscar sua independência financeira, abandonando uma população rural envelhecida. De acordo com Breitenbach e Troian (2020) a relação financeira entre pais e filhos e o envolvimento dos jovens e crianças nas decisões financeiras das famílias é primordial para o desenvolvimento de um comportamento financeiro responsável entre jovens.

Os entrevistados também foram indagados sobre o que eles pensam em relação ao trabalho realizado por seus familiares (Gráfico 4). Observou-se que 43,8% consideram um trabalho digno, importante para sua família e para sociedade, semelhante ao resultado de Weisheimer (2019); 9,1% dos jovens entendem que apesar dos rendimentos baixos provenientes da atividade, ainda assim há possibilidade de “alcançar” independência financeira; outros 4,1% revelam que o trabalho da família trás satisfação como uma possibilidade de futuro na atividade. Na sequência, os respondentes trouxeram percentuais relativos às assertivas negativas, com 22,3% dos jovens considerando as atividades da pesca e agricultura realizada por seus pais cansativas, sem retorno (10,8%), não valorizadas como deveria ser pela sociedade (9,9%) apesar da sua relevância econômica para os municípios estudados.

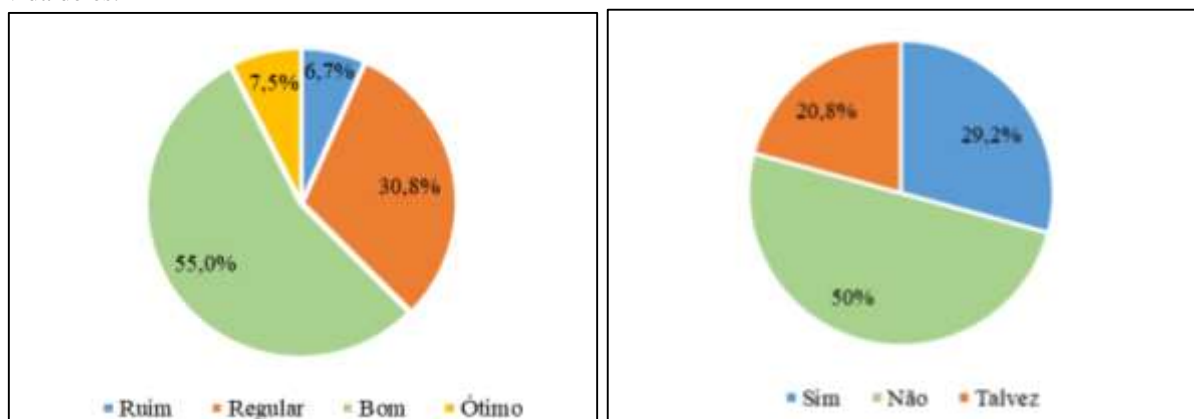
Gráfico 4 – Distribuição do pensamento dos jovens agricultores familiares em relação ao trabalho agrícola.



Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa perspectiva, questionou-se aos jovens como eles avaliavam o modo de vida de seus pais e se estão dispostos a viver da mesma maneira (Gráfico 5a). Percebeu-se que a maioria deles consideram regular (55%), 30,8% declararam como bom, 7,5% avaliam sendo ótimo e 6,7% acreditam ser ruim a maneira como os pais vivem. No gráfico 5b tem o intuito de apresentar a disposição desses jovens para a possibilidade de sucessão nos empreendimentos familiares. E o resultado é um tanto preocupante, uma vez que mais da metade indicaram não quererem viver como seus pais.

Gráfico 5 – A) distribuição da avaliação do modo de vida dos pais e; B) disposição para reproduzir o modo de vida deles.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda nessa perspectiva que versa sobre o trabalho agrícola, buscou-se evidenciar o quanto estes jovens gostam do processo de trabalho do qual participam, se eles são ouvidos enquanto sujeito atuante na atividade e sobre a possibilidade ou não ao processo sucessório. Desse modo, na tabela 5, são apresentados os valores das avaliações em que 32,5% entrevis-

tados afirmaram gostar muito da atividade agrícola, 49,1% gostam “mais ou menos”, e 18,4% revelaram não gostar dessa atividade. Para Weisheimer (2019), as dificuldades presentes nas práticas laborais cotidianas através do desgaste físico dos trabalhadores rurais em conjunto com a falta de valorização da atividade, são alguns fatores que produzem insatisfação desta juventude. Figura 2.

Figura 2 – Jovens executando atividades agrícolas: A) Vila do Treme (Bragança); B) Comunidade do Sumaúma e C) Vila do Biteua (Viseu); D) Vila de Nova Olinda (Augusto Corrêa).



Fonte: Arquivo pessoal.

No que concerne a autonomia dos filhos sobre tomar decisões que dizem respeito as atividades desenvolvidas na propriedade, 31,7% responderam positivamente a este aspecto, 11,6% afirmaram como “mais ou menos”, enquanto 56,7% dos jovens não têm a oportunidade de expressar sua opinião sobre a realização das tarefas. Isso acontece, muitas vezes, porque a autoridade que o patriarca desempenha na propriedade, geralmente o leva a não permitir com que seu filho manifeste opinião sobre a execução das tarefas, tão pouco aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as), além de não possibilitar aos jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010; STROPASOLAS, 2006; COSTA; RALISCH, 2013; IZIDORO; RODRIGUES 2018, BREITENBACH; TROIAN 2020). Conforme Troian *et al.* (2011), pelo fato dos jovens estarem menos envolvidos nas tomadas de decisões acaba se tornando um condicionante para eles quererem sair do campo e passem a projetar seu futuro fora dos empreendimentos dos seus pais.

Com relação ao processo de sucessão geracional, no primeiro momento encontrou-se uma certa dificuldade dos jovens quanto ao entendimento do termo “sucessão”, logo este foi explicado e após ser esclarecido realizaram-se as entrevistas. Nesse aspecto percebeu-se que

66,7% dos entrevistados afirmaram que esse assunto ainda não era abordado nas propriedades, em especial no município de Viseu com 87,2%. Já 25,8% dos jovens consultados asseguraram que tinham esse tipo de conversa com seus pais, enquanto 7,5% disseram que esse assunto ocorre em suas residências esporadicamente.

Tabela 5 – Perspectivas dos jovens rurais sobre o trabalho agrícola e possibilidade ou não de sucessão nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu.

Perspectivas sobre o trabalho agrícola e sucessão	Municípios			Total (%)	
	Viseu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)		
O quanto você gosta do trabalho agrícola?	Muito	37,5	42,5	17,4	32,5
	Mais ou menos	49,8	37,4	60,1	49,1
	Não gosto	12,6	20,1	22,5	18,4
Você tem “voz” para coordenar algumas atividades ou opinar sobre elas?	Sim	27,6	32,4	35,0	31,7
	Não	70,0	50,2	50,0	56,7
	Talvez	2,4	17,4	15,0	11,6
A família aborda o tema de sucessão familiar na propriedade?	Aborda	12,6	39,9	24,9	25,8
	Nunca abordou	87,4	52,6	60,1	66,7
	Esporadicamente	0,0	7,5	15,0	7,5
Seus pais te influenciam na decisão acerca da sucessão das unidades de produção?	Sim	57,5	50,0	27,5	45,0
	Não	42,5	50,0	72,5	55,0
O incentivo dos seus pais poderia aumentar a vontade de você querer permanecer frente aos negócios da família?	Sim	67,6	30,0	35,0	44,2
	Não	24,9	47,5	35,0	35,8
	Talvez	7,5	22,5	30,0	20,0
Você acha que o maior diálogo e envolvimento seu sobre as atividades agrícolas facilitariam você a ficar no campo?	Sim	67,4	27,3	35,2	43,3
	Não	24,9	40,2	32,4	32,5
	Talvez	7,8	32,4	32,4	24,2
Você pretende suceder seu pai na gestão dos negócios da família?	Sim	50,0	30,0	15,0	31,7
	Não	35,0	45,0	55,0	45,0
	Talvez	15,0	25,0	30,0	23,3

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange à influência na decisão acerca da sucessão das unidades de produção familiar, mais da metade dos entrevistados (55%) informam que não recebem incentivo para permanecerem no campo, outros 45% afirmam que recebem total incentivo. *In loco*, percebeu-se pela fala das moças, que o incentivo maior é feito pelo seus pais, aos rapazes com relação as atividades agrícolas. Ficou perceptível na pesquisa que o maior estímulo e envolvimento desses jovens nas atividades podem motivar e deixá-los confiantes positivamente a continuarem frente aos negócios da familiares, como visto nas porcentagens das assertivas de 44,2% e 43,3%. Breitenbach e Corazza (2017; 2020) em seus estudos destacaram que o maior

apoio dos pais, o incentivo financeiro, aliada à afinidade dos filhos com o trabalho rural, são fundamentais para facilitar um processo gradual de sucessão.

Quanto às expectativas dos jovens agricultores sobre o atual interesse em ser o sucessor dos empreendimentos rurais dos pais, pouco menos da metade dos jovens responderam não ter nenhum interesse em serem sucessores (45,0%), 31,7% apresentaram total interesse e 23,3% apontam que talvez queiram suceder as unidades produtivas. Essa falta de interesse em ficar à frente dos negócios da família foi mais perceptível nos filhos dos profissionais residentes no município de Bragança (55,0%).

A transferência intergeracional na agricultura familiar e pesca artesanal tem sido um problema recorrente enfrentado pelas famílias, pois os potenciais sucessores, na maioria dos casos, não estão satisfeitos com a renda mensal obtida para sustentar seus gastos e, em alguns casos, sentem vergonha de admitir que executam um trabalho braçal, acarretando na falta de interesse em manter-se nas atividades rurais e buscam soluções nas cidades por meio do estudo e do trabalho assalariado (SPANVELLO *et al.*, 2011; FOGUESATTO *et al.*, 2016, IZIDORO; RODRIGUES, 2018).

Tendo como base alguns condicionantes previamente escolhidos na literatura, foram utilizados 10 destes em nossos questionários para mensurar prováveis fatores que motivam os jovens a migrarem para as cidades, e 6 aspectos que podem influenciar sua manutenção no meio rural. Assim, os jovens dos três municípios foram questionados com relação às suas perspectivas, como pode ser considerado na tabela 6.

Dentre os aspectos analisados que motivam os jovens a permanecerem no meio rural e suceder as atividades realizadas pelos pais, destacaram-se: a) o orgulho de ser agricultor/pescador apontado por 41,7%, considerado uma das razões fundamentais para ficar no campo, e em maior percentual por jovens do município de Viseu (17,5%). Apesar das moças e rapazes terem motivos para migrar, uma ligação emocional com a atividade de seus pais revela-se como motivador para manutenção do legado cultural e patrimonial da família, propiciando à continuidade da profissão no meio rural (BREITENBACH; CORAZZA, 2019; TOLEDO; ZONIN, 2021); b) a valorização da agricultura familiar pela sociedade ocupa papel de destaque como condicionante para ficar com um percentual de 26,7% dos respondentes. Nesse aspecto, Menezes (2008) afirma que existe a necessidade latente da sociedade ainda reconhecer a importância do produtor rural e de seu trabalho em desenvolver atividades produtivas no campo; c) as motivações financeiras apareceram em terceiro lugar dentre os fatores investigados (21,7%); d) na quarta posição com apenas 5,8% encontra-se o incentivo às políticas públicas, elo de comunicação entre governo e produtores rurais, como fator interessante

para a sobrevivência do setor agrícola na concepção dos jovens, especialmente aos de Augusto Corrêa, representando 5% dos entrevistados; e) a possibilidade de alimentação e moradias mais barata apareceu com interferência positiva para 3,3% dos jovens; e f) o aspecto que apresentou menor percentual de motivação foi o diálogo com os pais (0,8%).

Tabela 6 - Aspectos elencados pelos jovens rurais de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu que interferem para sua permanência ou não no campo.

	Fatores motivacionais	Municípios			Total (%)
		Viseu (%)	Augusto Corrêa (%)	Bragança (%)	
FICAR	Orgulho de ser filho de agricultor/pescador	17,5	11,7	12,5	41,7
	Valorização das tradições familiares	9,2	7,5	10	26,7
	Remuneração da atividade	6,7	7,5	7,5	21,7
	Políticas públicas e incentivos	0	5	0,8	5,8
	Alimentação barata no campo	0	0,8	2,5	3,3
	Maior diálogo com os pais	0	0,8	0	0,8
SAIR	Renda insatisfatória	9,2	5,8	6,7	21,7
	Penosidade	7,9	2,9	5,8	16,7
	Falta investimento	5,8	4,2	5,4	15,4
	Incerteza quanto ao retorno da atividade	3,8	3,8	4,6	12,2
	Escassez quanto a condições de estudo	2,9	4,6	2,1	9,6
	Escassez políticas	1,3	3,8	2,7	7,8
	Desvalorização da atividade	1,3	2,9	3,3	7,5
	Escassez projetos	0,8	2,9	1,3	5
	Lazer	0	1,7	1,3	2,9
	Carência na oferta de serviço de saúde	0,4	0,8	0	1,2

Fonte: Modelo adaptado de Breitenbach e Troian (2020), com dados da pesquisa.

Determinados fatores pesam negativamente para o processo de reprodução social da agricultura familiar nos municípios estudados, são eles: baixa rentabilidade das atividades agrícolas com 21,7% dos inquiridos. Esse aspecto foi perceptível através das falas de vários jovens que não acreditam muito no potencial econômico da agricultura ou da pesca artesanal, levando-os a duvidar se essas atividades possam subsidiar financeiramente seu futuro. Esse resultado se assemelha ao encontrado nos trabalhos de vários autores em que fatores relacionados à renda, considerada insatisfatória por muitos, contribuem para o êxodo rural jovem e, conseqüentemente, a não sucessão das atividades dos pais (MARIN; DREBES, 2020; RAMOS; ANGNES; COSTA, 2018).

Em segundo lugar, com 16,7%, dentre os fatores investigados que afastam o jovem do campo, está a penosidade do trabalho agrícola, considerada atividade pesada, executada, muitas das vezes, de forma insalubre, necessitando que as pessoas envolvidas trabalhem pratica-

mente todos os dias sem direito a férias, as vezes até mesmo doentes, exposto tanto a chuva como ao sol para a realização das atividades. Percepções negativas como estas também foram relatadas por Marin e Drebes (2020) e por Toledo e Zonin (2021).

Na terceira posição, com 15,4% dos respondentes, destacou-se a questão da falta de investimentos na propriedade, através da ausência de interesse dos pais para obtenção de tecnologias que pudessem, de alguma maneira, tornar o trabalho menos estafante a esses trabalhadores, somados a isso tem às condições externas, como as precárias condições das estradas, que dificultam escoar a produção, entre outros fatores. Esses três primeiros fatores foram mais percebidos pelos jovens indagados no município de Viseu como principais causas de abandono (Tabela 6).

Na sequência, com 12,2%, ficou o aspecto relacionado as incertezas e dificuldades quanto ao retorno da atividade, enfrentadas de maneira geral pelos produtores rurais, apontado também nos trabalhos de Breitenbach e Corazza (2017) e Breitenbach e Troian (2020).

A escassez quanto a condições de estudo apareceu na quinta posição com 9,6%. Nessa óptica, os jovens apontam a escassez de opções de estudo, como a falta de escolas técnicas e universidades quanto a um aspecto a ser melhorado, e é visto pelos jovens trabalhadores como um dos motivos que justificam o abandono dos estabelecimentos rurais, já que no campo a disponibilidade de estudos é limitada e as pessoas tendem a procurar nos centros urbanos as condições para educar-se (MATTE, SPANEVELLO; ANDREATTA, 2015; SPANEVELLO *et al.*, 2011).

Outros fatores mencionados como preponderante para o abandono da pesca ou da agricultura familiar foram a escassez de incentivo de políticas públicas (7,8%), desvalorização da atividade (7,5%), escassez projetos (5%) com destaque para Augusto Corrêa com 2,9% dos jovens indagados; escassos espaços de lazer (2,9%); e por último a deficiência na oferta de serviço de saúde (1,2%). Essas séries de percepções negativas inerentes às atividades agrícolas, seja pelas questões socioeconômicas, quantos aos limites e/ou fracassos nas produções, podem desencadear descontentamento desses jovens e, como consequência, projetam seus futuros fora da agricultura familiar.

Nessa perspectiva, os jovens foram interrogados “se tivessem a possibilidade deixariam o campo?” e 70,8% afirmaram que sim e o principal motivo relatado para essa afirmativa foi a falta de oportunidades, como emprego. Outros 16,7% disseram que não e 12,5% relataram que talvez sairiam. Para Petinari *et al.* (2008) à carência de mecanismos para aumentar a renda, o desfavorecimento das políticas agrícolas direcionadas aos jovens rurais e as “atrativi-

dades” das cidades grandes, os influenciam a buscarem novos caminhos e tentarem “recomeçar sua vida” em outro local.

Quando questionados quais seriam os destinos principais, destacou-se com 41% os estados de Santa Catarina e Paraná ambos pertencentes a região Sul. Curiosamente, para 20% dos jovens, filhos de produtores, não querem sair para outras regiões, porém, almejam se deslocar para locais mais desenvolvidos no seu estado de origem como a capital, Belém e os municípios de Bragança (no caso dos jovens de Augusto Corrêa e Viseu), Salinas e Santarém (Tabela 7).

Tabela 7 – Principais destinos relatados pelos jovens dos três municípios.

Regiões	Estados	% Por região
Sul	Santa Catarina Paraná	41,0
Norte	Pará (Belém, Bragança, Salinas, Santarém)	20,0
Centro Oeste	Mato Grosso Goiás	10,0
Sudeste	Minas Gerais São Paulo	4,0
Outras respostas	Canadá	1,0
	Não souberam informar	24,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, com 10% dos respondentes pretendem mudar-se para 2 estados da região Centro-Oeste, sendo eles Mato Grosso e Goiás. Outros 4% responderam que diante da possibilidade iriam para Minas Gerais ou São Paulo (Região Sudeste). 24% dos entrevistados não souberam opinar para qual local iriam e 1% afirmou que mudaria para o Canadá. Vale ressaltar que os locais pretendidos para mudança eram, em sua maioria, influenciados pela presença de algum familiar já estabelecidos nesses lugares.

A escassez de possíveis sucessores no seio das famílias agrícolas pode influenciar diretamente na perda de conhecimento específico do local nas atividades pesqueiras e agrícolas, uma vez que a migração dos filhos dos produtores das áreas rurais tem como uma das consequências a deterioração cultural e perda do conhecimento empírico nas comunidades locais, bem como impossibilitam a renovação geracional.

4.4 Conclusão

A presente pesquisa demonstra através de seus resultados como se encontram o processo sucessório da gestão da pesca artesanal e da agricultura familiar, produzindo subsídios que possibilitem a compreensão do complexo estado de sucessão geracional nos municípios de

Augusto Corrêa, Bragança e Viseu, deste modo, permitindo identificar se os filhos destes profissionais estão projetando seu futuro profissional no meio rural e se eles almejam serem sucessores nas referidas atividades.

Este processo sucessório tem sido comprometido ao passo que, apesar da maioria dos jovens tenham o intuito e apoio dos pais para fazerem um curso superior, menos da metade deles desejam estudar no ramo das ciências agrárias. Os demais que levantam essa possibilidade nos cursos rurais não planejam fazer faculdade para retornar ao campo, contribuindo assim negativamente para a sucessão nos estabelecimentos rurais.

Os jovens pontuam que os pais têm limitado sua participação na tomada de decisões nos processos gerenciais dos negócios familiares rurais e acreditam que sua inserção, desde cedo, auxiliando nas atividades de gestão, na produção das propriedades, e dando-lhe liberdade para gerenciar algumas tarefas, possibilitaria aprender e ampliaria seus interesses, além de gerar vínculos afetivos e profissionais com o ambiente agrícola e com os modos de produção.

Com base nos pontos de vista entre os jovens entrevistados foi possível elencar os principais fatores que contribuem para o desejo de ficar ou sair do meio rural nos municípios estudados. Conclui-se que o principal fator para permanência é o orgulho do jovem pela profissão dos seus genitores, seguido pela valorização quanto a atividade que desempenham e expectativa de renda através do seu esforço. Aliado a esses fatores a presença de assistência técnica e financiamentos bancários, criando condições macro para modernização das atividades também podem favorecer sua permanência. Já o desejo dos jovens de abandonar a vida no campo é influenciado principalmente pelo desejo utópico quanto a autonomia financeira, aliado a insalubridade e a penosidade da atividade agrícola, a falta de investimentos na propriedade e o baixo retorno econômico proveniente da pesca e da agricultura.

Ficou perceptível que a questão da sucessão ainda é um assunto pouco discutido no seio familiar e que carece de maior diálogo e incentivo dos pais para permanência de seus herdeiros no campo. Foi possível observar ainda, que os jovens consideram o trabalho dos seus genitores digno e avaliam o modo de vida deles como bom, mas são enfáticos em manifesta que não querem viver da mesma maneira. Sendo que 70% dos entrevistados estão dispostos a deixarem a unidade de produção familiar e buscar trabalhos mais “leves” e melhor assalariados nos centros urbanos, tendo a região Sul como um dos destinos mais procurados por esses jovens.

De modo geral, esse trabalho apresenta informações sobre os desejos dos jovens rurais em relação a agricultura, o campo e os processos sucessórios. Espera-se que essa pesquisa sirva de base para outros estudos e contribua para a elaboração de estratégias de políticas pú-

blicas, como programas voltados para a juventude rural capazes de integrar os jovens ao meio que conhecem, trabalhar propostas que gerem oportunidades e renda, através do desenvolvimento de novos produtos, diversificando as atividades produtivas, aumentando a satisfação com o meio rural, tornando-o mais atrativo para crianças e jovens, fazendo com que sejam capazes de se sentir motivados a permanecer no campo e promovendo assim a sucessão geracional. Uma vez que, é sabido que, os filhos desses produtores podem dar um contributo essencial para oportunizar a prosperidade rural, impulsionar as cadeias de valor do campo e promover a viabilidade e vitalidade rural.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- ALMEIDA, F. H.; SILVA, L. L. M. Influência dos pais no processo de escolha profissional dos filhos: uma revisão da literatura. **Psico-USF**, v. 16, n. 1, p.75-85, 2011.
- BOESSIO, A. T. **Jovens rurais e processos de sucessão: em análise uma cooperativa agropecuária no triângulo mineiro**. Orientadora: Sheila Maria Doula. 2015. 183f. Dissertação (Magister Scientiae) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. 2015. Acesso em: 05 dez. 2023.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 29, p. 1-11, 2017.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 17, n. 2, 2019.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens Rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: Questões de Gênero na Sucessão Geracional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, v. 16, n. 3, p. 413-428, 2020.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 19, n.3, p.1-23, 2021.
- BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2020.
- CASTRO, E. G.; ROCHA, A. T. F.; LEMOS, L. T.; MACEDO, S. C. Desenvolvimento territorial no Brasil e o papel estratégico das Juventudes Rurais. *In*: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM 2019. p. 101-133.
- CAVICCHIOLI, D.; BERTONI, D.; TESSER, F.; FRISIO, D. G. What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas? Evidence from an alpine valley in Italy. **Mountain Research and Development**, v. 35, n. 2, p.152-160, 2015.
- COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A Juventude Rural do Assentamento Florestan Fernandes no Município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos** (2. ed.). Porto Alegre: Artmed, 2007.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A. MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 37, n. 130, p.15-28, 2016.

FUETSCH, E.; SUESS-REYES, J. Research on innovation in family businesses: are we building an ivory tower? **Journal of Family Business Management**, v. 7, n. 1, p. 44-92, 2017.

HEISLER, L.; RENK, A. A.; BONAMIGO, I. S. Estratégias de Reprodução Social no Rural da Microrregião de Pinhalzinho (SC). **Extensão Rural**, v. 25, n. 2, p. 31-51, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Base de Dados. Sem local: IBGE. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 ago. 2021.

INGRAM, J.; KIRWAN, J. Matching new entrants and retiring farmers through farm joint ventures: Insights from the Fresh Start Initiative in Cornwall, UK. **Land Use Policy**, v. 28, n. 4, p. 917-927, 2011.

IZIDORO, J. T. L.; RODRIGUES, M. S. A Sucessão Genética na Agricultura Familiar. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 5, n. 11, 2018.

LEITZKE, V. W.; SANTOS, V. Z. Juventude Rural e Inclusão do Jovem na Gestão de Cooperativas da Economia Solidária, no Nordeste do RS. *In*: COTRIM, D. S (Org.). **Gestão de cooperativas: produção acadêmica da Ascar**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2013. pp. 316-330.

MAGNANI, R.; SABIN, K.; SAIDEL, T.; HECKATHORN, D. Review of sampling hard-to-reach and hidden populations for HIV surveillance. **AIDS**, v. 19 (suppl. 2), S67-72, 2005.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019. pp. 217-241.

MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M. Migrações Internacionais de Jovens Rurais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 08, n. 19, 2020.

MARTINS, L. R. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n.1, p. 94-112, 2021.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito - RS. **Holos**, v. 1, n. 31, p. 144-159, 2015.

MENEZES, I. G. De. Valorização do rural versus valorização do camponês: desenvolvimento, trabalho e cidadania. **Revista eletrônica Temática**. 2008.

MONTEIRO, R.; MUJICA, F. P. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivini-cultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60(spe): e235637, 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235637>.

MORAIS, M.; BORGES, J. A. R.; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 71, p. 445-452, 2018.

NOVAES, R. C. R.; CARA, D. T.; SILVA, D. M. Da; PAPA, F. C. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

PAULA, S. R.; SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, S. P.; ALVES, F.; VALADARES, A. A. **A Inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar: impactos na renda e na atividade produtiva**. Brasília: Ipea, maio, 2023. 38 p.

PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 30, n. 2, p. 356-360, 2008.

RAMOS, V. S. D.; ANGNES, J. S.; COSTA, Z. O Futuro da Fumicultura: O Jovem Rural e o Dilema da Sucessão Geracional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, p. 548-572, 2018.

SILVA, D. F.; RIBEIRO, M. L.; DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. As dificuldades de “passar o bastão”: perspectivas da sucessão da propriedade entre produtores de comunidades rurais do município de Campos Gerais/MG. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 2, p. 240, 2017.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 346 p.

SPANVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L. P.; MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros: possibilidades e limites. **Emancipação**, v. 21, e2114643, p. 1-16, 2021.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V.; TROIAN, A. Jovens e a tomada de decisão entre sair e permanecer no meio rural: um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 349- 374, 2011.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e Juventudes em Estudos Rurais do Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018.

WEISHEIMER, N. Jovens Agricultores Familiares: Situação juvenil e projetos profissionais no Recôncavo da Bahia. *In*: Marin, J. O. B.; Froehlich, J. M. (Org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**, Santa Maria: Editora UFSM 2019. p. 167-191.

5. TRANSMISSÃO GERACIONAL DE MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL

RESUMO

A renovação geracional é uma questão relevante no contexto do futuro da agricultura familiar e pesca artesanal, pois está relacionada com a migração rural e juvenil, e o envelhecimento da população rural. Compreender os fatores por trás da disposição de sucessores em potencial de assumir o controle da entidade familiar é crucial para a continuidade das atividades agropecuárias. Nesse contexto, o estudo tem por objetivo identificar os diversos pontos de vista das filhas de agricultores e pescadores, sobre a possibilidade de assumir o controle das atividades rurais realizadas por seus pais nos municípios de Bragança, Viseu e Augusto Corrêa, no estado do Pará. Os dados foram coletados por meio de uma dinâmica presencial, similar a um jogo de tabuleiro, elaborado a partir de diretrizes da *Q-Methodology* e de entrevista semiestruturada com 60 filhas destes profissionais, sendo 20 em cada município, sobre os fatores que afetam a possibilidade das mulheres de continuarem os negócios da família. Sete principais pontos de vista foram identificados: condições de trabalho, condições de vida, atratividade de socialização, apoio familiar, organizações associativas, amparo institucional e atratividade do meio rural; e autonomia financeira. Os resultados sugerem que existem diferentes pontos de vista que precisam ser considerados ao se avaliar a probabilidade de sucessão nas comunidades rurais. Esses diferentes pontos de vista devem ser empregados por formuladores de políticas para ajustar os princípios atuais e desenvolver programas para encorajar essas mulheres a assumirem o controle das atividades, buscando sua permanência nas zonas rurais.

Palavras-chave: Juventude rural; Sucessão feminina; Desigualdade de gênero.

Generational Transmission of Women in Family Agriculture and Artisanal Fishing

ABSTRACT

Generational renewal is a relevant issue in the context of the future of agriculture and fisheries, as it is related to rural and youth migration, and the aging of the rural population. Understanding the factors behind the willingness of potential successors to take control of the family entity is crucial for the continuity of agricultural activities. In this context, the study aims to identify the different points of view of the daughters of farmers and fishermen, about the possibility of taking control of rural activities carried out by their parents in the municipalities of Bragança, Viseu and Augusto Corrêa, in Pará. Data were collected through face-to-face dynamics, like a board game, based on *Q-Methodology* guidelines and semi-structured interviews with 60 daughters of these professionals, 20 in each municipality, about the factors that affect the possibility women to continue the family business. Seven main points of view were identified: working conditions, living conditions, attractiveness of socialization, family support, associative organizations, institutional support, and attractiveness of the rural environment; and financial autonomy. The results suggest that there are different points of view that need to be considered when assessing the probability of succession in rural communities. These different points of view must be used by policymakers to adjust current principles and develop programs to encourage these women to take control of activities, seeking to remain in rural areas.

Keywords: Rural youth. Female succession. Gender inequality.

5.1 Introdução

As famílias rurais dependem de uma ampla gama de recursos naturais para seu sustento, tais como os rios, terra e florestas (MEINZEN-DICK *et al.*, 2019). O colapso da pesca e a degradação de outros recursos naturais são problemas sérios nas áreas rurais e, que prejudicam não só a segurança alimentar, como também aumentam a vulnerabilidade e reduzem a resiliência das mulheres rurais e suas famílias (LAMBROU; LAUB, 2000; VERVOORT *et al.*, 2014).

As atividades agrícolas colaboram de forma relevante para a economia brasileira, com a geração de empregos, diretos e indiretos, e a produção dos mais variados tipos de alimentos (FOGUESATTO *et al.*, 2016). A pesca artesanal assume importância socioeconômica, pois envolve um grande contingente de trabalhadores que dependem dessa atividade (ZACARDI, 2015) para os diversos povos, especialmente os que residem nas margens dos rios (SILVA *et al.*, 2012).

Segundo Matthews *et al.* (2012), os papéis e responsabilidades de homens e mulheres nos países em desenvolvimento geralmente são estratificados. As ocupações dominadas pelos homens, através das chamadas economias de gênero, influenciam nas estruturas de remuneração altamente distorcidas que afetam as realidades econômicas (HUNTER, 2002). Muitas vezes os papéis e as dinâmicas de gênero criam situações que são injustas, particularmente no que diz respeito ao status, posição e poder feminino (MATTHEWS *et al.*, 2012). O trabalho das mulheres geralmente é percebido como ajuda e não é reconhecido como atividade laboral. Outrossim, têm mais dificuldade de acesso à terra, ao crédito e às cadeias de valor, essenciais para sua subsistência (DIMISKAYA *et al.*, 2022).

No tocante da sucessão agrícola, esta é mais do que uma transferência de título entre gerações, é na verdade, a preservação das normas sociais que sustentam a família e as relações internas da propriedade, com as comunidades sociais e culturais (CASSIDY, 2018). Uma das condições necessárias para esta transferência é a disposição dos potenciais sucessores de assumir o negócio da família (CAVICCHIOLI *et al.*, 2018).

Vários estudos testemunham a intenção de potenciais herdeiros de abandonar a atividade agrícola e/ou propriedades rurais (BEDNARÍKOVÁ *et al.*, 2016; MORAIS *et al.*, 2018). Como consequência, tem-se a população rural cada vez mais envelhecida em muitos países e um grande número destes profissionais parece não ter sucessor (EC, 2012). Esta tendência parece ser mais forte para as mulheres jovens (LEIBERT, 2016; JOHANSSON, 2016), pela persistência da cultura patriarcal nestas atividades (PRICE, 2012; HEGGEM, 2014). Apesar

do conhecimento gerado sobre gênero no setor, pouca atenção tem sido dada especificamente à sucessão feminina (CASSIDY, 2018).

Diante da importância da agricultura familiar e pesca artesanal, e assumindo que vários elementos podem influenciar as decisões dos potenciais sucessores para assumir o controle nas atividades agrícolas ou migrar para áreas urbanas, nossa pesquisa buscou investigar os pontos de vista das filhas de pescadores e agricultores, bem como os fatores que impulsionam a renovação das gerações de mulheres frente a estas atividades agrícolas nos municípios de Bragança, Viseu e Augusto Corrêa, no Pará.

5.2 Material e Métodos

Para avaliar os pontos de vista das mulheres, foi utilizado a *Q-Methodology*, que possibilita identificar as opiniões e o entendimento das referidas entrevistadas (PREVITE *et al.*, 2007). De acordo com Góngora *et al.* (2019), a metodologia Q é apropriada para determinar a diversidade de pontos de vista sobre uma questão específica, mas não informa sobre a prevalência de cada ponto de vista na população.

Normalmente, as aplicações da metodologia Q demandam uma amostra relativamente pequena, porque a unidade de análise é o ponto de vista das entrevistadas ao invés da quantidade das participantes, e a saturação dos pontos de vista é logo atingida. Sua análise, consiste basicamente em comparar o ponto de vista dos indivíduos por meio da análise estatística dos fatores, que fundamentam um conjunto de declarações ordenadas pelos participantes (SCHALL *et al.*, 2018).

Definido o objetivo da pesquisa, a *Q-Methodology* pode ser desenvolvida em quatro etapas principais: (1) *Concourse* e seleção da amostra sobre um assunto específico (*Q-Set* ou *Q-Sample*); (2) Amostragem dos participantes (*P-Set*); (3) Aplicação da metodologia (*Q-Sort*) e (4) Análise fatorial e estatística descritiva (CROSS, 2005; COUTO *et al.*, 2011; SCHALL *et al.*, 2018).

5.2.1 *Concourse* e Amostra Q

A primeira etapa da *Q-Methodology*, o *concourse* fundamenta-se no levantamento de afirmações que vem discutindo a sucessão de gênero e agricultura familiar; e na seleção de uma amostra de declarações, denominada de *Q-sample*. A lista de afirmações utilizadas no presente estudo foi obtida a partir de revisões de literatura (COUTO *et al.*, 2011), que representam o *Concourse*.

Definido o *Concourse*, foi selecionado uma amostra representativa de declarações, denominado em alguns estudos de *Q-Set* ou *Q-Sample* da pesquisa (COUTO *et al.*, 2011; SCHALL *et al.*, 2018). Desse modo, obtiveram-se uma amostra de 30 declarações.

Conforme adotado por Barbosa *et al.* (2020), antes da coleta de dados, realizou-se um pré-teste com três filhas de pescadores e três de agricultores para legitimar a semântica das afirmações.

5.2.2. P-set

A segunda etapa, denominada de *P-set*, ocorre com a identificação dos participantes da pesquisa. A seleção das entrevistadas aconteceu por meio de dois critérios fundamentais: as participantes precisavam ser filhas de pescador ou de agricultor e possuírem idades entre 15 e 29 anos (Figura 1).

Figura 1 – Participantes entrevistadas durante a coleta de dados.



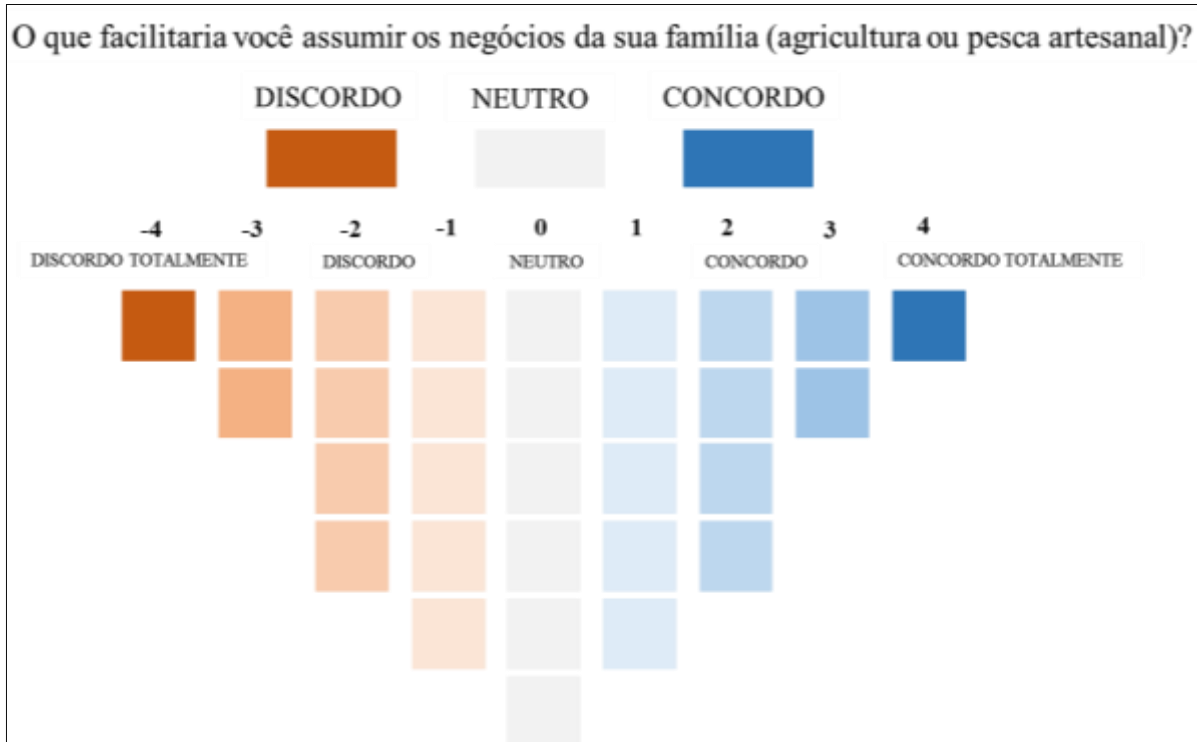
Fonte: Arquivo pessoal.

A coleta dos dados com cada mulher ocorreu individualmente, a partir da aplicação de questionários (Apêndice IV) e um jogo de tabuleiro transportável através do método de amostragem *snowball sampling*, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice V) assinado por elas. Foram coletadas informações de 20 mulheres em cada município, totalizando 60 entrevistadas. Os dados foram organizados em banco de dados do *software Excel 2013* e os resultados obtidos através do pacote *Q method* do *software R*.

5.2.3. *Q-sort* - procedimentos de seleção

O *Q-sort* representa a terceira etapa da *Q-Methodology*. Nesta fase as entrevistadas foram orientadas quanto aos procedimentos de aplicação da pesquisa na qual elas classificam um número de itens numa “tabela *Q-Sort*” (CROSS, 2005; COUTO *et al.*, 2011). A tabela *Q-Sort* é comumente apresentada, nos estudos Q, como uma pirâmide invertida de centro neutro (igual a zero), com pontos negativos decrescente do extremo esquerdo ao centro e pontos positivos decrescentes do extremo direito ao centro. Na figura 2, tem-se a representação gráfica, usada na pesquisa, no formato de um jogo de tabuleiro transportável designado para a coleta de dados e a nossa pergunta chave da pesquisa: "O que facilitaria você assumir os negócios rurais da família (agricultura ou pesca artesanal)?".

Figura 2 - Jogo de tabuleiro utilizado para obtenção de Amostra Q.



Fonte: Adaptado de Barbosa *et al.* (2020).

As 30 declarações de nossa amostra Q foram impressas em cartões individuais, numerados de 1 a 30, respectivamente. Durante a entrevista, as participantes pontuaram cada uma das 30 declarações em relação umas às outras no jogo de tabuleiro, em uma escala de -4 a +4, onde -4 significava forte discordância e +4 forte concordância com as declarações.

5.2.4. Correlação e Extração de Fatores

Na quarta etapa, foi realizada a interpretação dos dados, a partir da correlação e análise fatorial dos *Q-sort* de todos as entrevistadas (COUTO *et al.*, 2011; SCHALL *et al.*, 2018). Para isso, os 30 *Q-sorts* foram inseridos no pacote *Qmethod* do R v. 4.1.3, que correlaciona todos os *Q-sorts* e indica os fatores gerados (PINI *et al.*, 2007). Esses fatores identificados representam um ponto de vista compartilhados entre as participantes (SCHMOLCK, 2014; WALDER; KANTELHARDT, 2018), indicando suas características relevantes, conforme Previte *et al.* (2007), através da similaridade e dissimilaridade dos fatores.

O método de extração usado foi a Análise de Componentes Principais (PCA) seguido pelo método de Rotação Ortogonal de Fatores, utilizando-se o critério Varimax, que possibilitaram identificar o número de fatores com cargas altas. O critério para definir o número de fatores foi o de autovalor (*eigenvalue*) superior a 1 (SCHMOLCK, 2014). Aplicando o critério de autovalor, a solução inicial não rotacionada, indicou 9 fatores para rotacionar, que representou aproximadamente 81% de variância total. Contudo, em razão de uma limitação do próprio *software*, o número máximo de fatores que podem ser extraídos pelo *PQMethod* é de oito fatores. Desta maneira, oito fatores foram rotacionados.

O uso da PCA, para extrair os fatores, teve o intuito de determinar a quantidade de fatores que foram retidos para a análise final, seguindo as diretrizes propostas por Brown (1980), em que os fatores necessitam ter pelo menos duas cargas fatoriais significativas ($\pm 0,48$ em $p < 0,01$), e o valor precisa exceder 1. O R recomenda que sejam rotacionados 8 fatores para que sejam encontradas cargas fatoriais altas. O aumento de fatores geralmente também aumenta a porcentagem de explicação das variáveis, por meio da PCA. No entanto, existe um critério proposto por Schmolck (2014) em que os *eigenvalue* (autovalores) por fator devem ser superiores a 1. Sendo assim, ao testar os 8 fatores (recomendados pelo R), este critério não foi atendido. Por esse motivo, após atender ao critério supracitado, utilizou-se 7 fatores. Por meio destes critérios, a solução inicial de PCA de oito fatores será descartada, uma vez que, três fatores apresentaram apenas uma carga fatorial significativa. Portanto, os outros sete fatores foram selecionados para a rotação fatorial, utilizando-se a rotação Varimax, que permitiu determinar o número de fatores com cargas altas.

Então, para identificar os principais pontos de vista das mulheres rurais sobre os elementos que poderiam motivá-las a assumirem as atividades rurais nos municípios pesquisados, as análises foram conduzidas apenas com os sete fatores. Todas as cargas fatoriais são apresentadas nas tabelas 2, 3 e 4. De acordo com Previte *et al.* (2007), os participantes que constam pesadamente no mesmo fator, qualificam as declarações de maneira parecida e, desse

modo, serão aqueles que têm um ponto de vista similar. Conforme Schall *et al.* (2018), quanto maior a carga de um participante em um determinado fator, maior é a sua concordância com a declaração.

Para Barbosa *et al.* (2020), os *Q-sorts* de definição indicados instantaneamente pelo *Q-Method* em um fator, são mesclados para gerar uma matriz de fator. As interpretações das matrizes de fatores seguiram uma abordagem holística que classifica toda a configuração do item capturado, em uma matriz de fatores (WATTS; STENNER, 2012).

5.3 Resultados

As características socioeconômicas das entrevistadas são apresentadas na Tabela 1. As filhas dos produtores rurais, e potenciais sucessoras apresentavam em sua maioria, intervalo etário de 20 a 24 anos (40%), eram solteiras (56,7%), e 61,7% delas possuíam filhos.

No que diz respeito a escolaridade, 40% das jovens tinham pelo menos o ensino médio completo, seguido por 38,7% com ensino médio incompleto, 11,7% fundamental incompleto, e apenas 1 das participantes (1,7%) apresentou o ensino superior completo. Quanto ao núcleo familiar, verificou-se que 61,7% das entrevistadas afirmam que até quatro pessoas residem em suas casas.

Tabela 1 - Perfil das jovens agricultoras entrevistadas na pesquisa nos municípios de Bragança, Viseu e Augusto Corrêa.

Características Socioeconômicas	Categoria	Municípios			%
		Bragança	Viseu	Augusto Corrêa	
Idade	15-19	10	7	5	36,7
	20-24	8	6	10	40,0
	25-29	2	7	5	23,3
Estado civil	Solteira	15	6	13	56,7
	Casada	3	4	1	13,3
	União Estável	2	10	6	30,0
Escolaridade	Fund. Incompleto	4	2	1	11,7
	Fund. Completo	1	1	0	3,3
	Médio Incompleto	6	11	6	38,3
	Médio Completo	7	6	11	40,0
	Superior Incompleto	2	0	1	5,0
Possui filho	Superior Completo	0	0	1	1,7
	Sim	9	14	14	61,7
Núcleo Familiar	Não	11	6	6	38,3
	Até 4 pessoas	9	16	12	61,7
Divisão de Tarefas	5 à 10 pessoas	11	4	8	38,3
	Sim	9	12	12	55,0
Incentivo dos Pais	Não	11	8	8	45,0
	Sim	8	12	12	53,3
	Não	12	8	8	46,7

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Quando questionadas sobre a divisão de trabalho, observou-se por 55% das jovens a ocorrência de diferença das tarefas, pois segundo elas, geralmente os rapazes eram convidados pelos pais a acompanhá-los para a roça ou para a pescaria. Enquanto 45% das jovens afirmavam que todos eram convidados a participar das atividades.

Com relação a receber o incentivo dos pais, 53,3% das mulheres afirmaram que eram orientadas pelos pais, em algumas atividades, ainda que esporadicamente, como auxiliar no beneficiamento do pescado, na coleta de crustáceos (siris e caranguejos) e moluscos (mexilhões), despesca de curral, arrasto de caiquera e/ou roçagem, plantio e colheita de culturas como o milho e macaxeira. Já 46,7% relataram que o único incentivo que percebiam dos pais era para se dedicar aos estudos, logo não recebiam nenhum convite para participar das tarefas diárias, tão pouco o compartilhamento das informações das atividades cotidianas. Este pode ser um dos fatores (o incentivo) para a continuidade ou não dessas jovens frente as atividades agrícolas.

As tabelas seguintes apresentam as matrizes de fatores rotacionadas e os respectivos coeficientes de carga fatorial. As cargas fatoriais, destacadas em negrito, indicam as pontuações das declarações em fatores e, exibem também o carregamento das participantes em um determinado fator. Assim, foram caracterizados sete distintos pontos de vista das entrevistadas sobre os elementos que contribuiriam para a mulher rural assumir a unidade de produção familiar nos referidos municípios. A tabela 2, destaca os pontos de vista das participantes pertencentes ao município de Bragança.

Tabela 2 - Matriz fatorial dos pontos de vista das participantes e definição de *Q-sorts*, no município de Bragança.

Participantes	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7
P1	0,45	0,24	0,63	0,12	0,01	-0,01	-0,08
P2	-0,13	0,26	0,09	0,17	0,15	0,3	0,82
P3	0,71	0,1	0,11	0,27	0,47	0,17	-0,19
P4	0,87	0,08	0,12	0,14	0,05	-0,13	0,06
P5	-0,01	0,07	0,03	0,89	0,1	0,22	-0,01
P6	0,83	0,05	0,18	-0,06	-0,04	0,21	-0,15
P7	0,46	-0,01	-0,02	0,65	0,31	-0,02	0,19
P8*	0,49	0,28	0,23	0,49	-0,15	-0,28	0,26
P9*	0,43	0,1	0,33	0,14	-0,1	0,54	0,27
P10	0	0,87	0,21	0,08	0,12	0,03	0,05
P11*	0,08	0,5	0,43	0	0,18	0,55	0,16
P12	0,25	0,66	0,26	0,28	0,37	0,17	0,22
P13*	0,24	0,25	-0,38	-0,28	0,5	0,26	0,42
P14*	0,3	0,07	0,6	0,21	0,37	0,33	-0,04
P15	0,03	0,27	0,07	0,25	0,85	0,07	0,12
P16	0,14	0,07	0,88	-0,05	-0,06	0,04	0,1
P17	-0,19	0,34	-0,1	0,23	0,3	0,7	0,25
P18*	0,61	0,21	0,45	-0,1	0,26	-0,1	0,35
P19*	0,34	0,62	-0,38	0,1	-0,05	0,34	0,13
P20*	0,14	0,6	0,07	-0,26	0,38	0,28	0,26

Número de Participantes	3	2	2	2	1	1	1
% Var. explicadas	17,91	13,65	12,77	10,15	9,93	9	7,31

Notas: * Participantes com carregamento múltiplo entre os fatores, e, portanto, excluídas para posterior análise.
Fonte: Elaborada pela autora a partir do software QMethod do R (2022).

Em Bragança, observou-se a solução selecionada de sete fatores, responsável por 12 dos 20 participantes (65% da amostra) e explicou 80,72% da variação total dos dados, incluindo o Fator 1 (17,91%), o Fator 2 (13,65%), o Fator 3 (12,77%), o Fator 4 (10,15%), o Fator 5 (9,93%), o Fator 6 (9%), e o Fator 7 (7,31%). Assim, as análises avançaram com o grupo de filhas que carregou significativamente em um fator específico. Contudo, as 8 participantes (P8; P9; P11; P13; P14; P18; P19 e P20) com carregamento múltiplo entre os fatores foram mantidos para análises sobre as características socioeconômicas.

Para os municípios de Viseu e Augusto Corrêa, a solução escolhida foi composta por 16 das 20 participantes (80% das amostras), explanando 78,09 e 82,07% respectivamente, das variações totais (Tabela 3 e 4).

Tabela 3 - Carregamentos fatoriais de cada participante e definição de *Q-sorts* das participantes (em negrito) do município de Viseu.

Participantes	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7
P1	0,32	0,75	0,12	0,01	0,05	0,31	-0,21
P2	-0,01	0,85	0,09	0,01	0,26	0,02	0,08
P3	0,08	0,7	0,17	0,23	-0,24	0,02	0,3
P4*	0,56	0,35	0,33	0,12	0,04	-0,09	0,51
P5	-0,07	0,76	0,01	0,04	0,13	-0,37	0,17
P6	0,25	0,06	0,87	-0,12	-0,13	0	0,09
P7	0,06	0,21	0,81	0,08	0,25	-0,03	-0,09
P8*	0	0	0,37	0,41	0,14	0,57	-0,23
P9	0,81	0,1	0,16	0,02	0,27	0,18	-0,01
P10	0,78	-0,05	0,37	0,11	0	0,04	0,16
P11	-0,04	0,31	-0,01	0,32	0,12	0,12	0,71
P12*	0,37	0,08	0,54	0,24	0,55	-0,03	0,23
P13	0,33	-0,04	-0,17	0,02	0,14	0,81	0,18
P14	0,64	0,17	0,04	0,17	0,07	-0,02	-0,37
P15	0,7	-0,04	-0,03	0,19	-0,04	0,3	-0,02
P16*	0,33	0,06	0,03	0,5	0,53	0,11	-0,5
P17	-0,04	0,19	0,07	0,05	0,78	0,41	0,09
P18	0,54	0,06	0,08	0,14	0,61	-0,19	-0,06
P19	0,09	-0,02	-0,06	0,9	0,1	0,03	0,12
P20	0,32	0,25	0,09	0,74	0,05	0,08	0,13
Número de Participantes	4	4	2	2	2	1	1
% Var. explicadas	17,14	13,86	11,13	10,66	9,66	7,91	7,73

Notas: * Participantes com carregamento múltiplo entre os fatores, e, portanto, excluídas para posterior análise.
Fonte: Elaborada pela autora a partir do software QMethod do R (2022).

Em Viseu, obteve-se os seguintes valores de variâncias para os fatores, Fator 1 (17,14%), Fator 2 (13,86%), Fator 3 (11,13%), Fator 4 (10,66%), Fator 5 (9,66%), Fator 6 (7,91%), e o Fator 7 (7,73%).

No município de Augusto Corrêa, por sua vez, foram alcançadas as seguintes variâncias nos seus respectivos fatores, Fator 1 (16,75%), o Fator 2 (12,88%), o Fator 3 (12,17%), o Fator 4 (12%), o Fator 5 (10,47%), o Fator 6 (8,9%), e o Fator 7 (8,9%).

Tabela 4 - Carregamentos fatoriais de cada participante de Augusto Corrêa e definição de *Q-sorts* (em negrito).

Participantes	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7
P1	0,34	0,22	0,13	0,3	0,71	0,08	0,16
P2*	0,2	0,41	0,37	-0,01	0,48	-0,02	0,47
P3	0,1	0,11	0,04	0,12	0,08	0,23	0,92
P4	0,71	0,1	0,07	0,15	-0,09	0,42	0,17
P5	0,06	0,01	0,01	0,94	0,19	0	0,17
P6	0,71	-0,12	0,06	-0,06	0,41	0,38	0,09
P7	0,26	0,84	0,07	0,09	0,08	0,12	0,19
P8	0,21	0,82	0,18	-0,03	0,29	0,12	-0,05
P9	0,71	0,23	0,17	0,2	0,15	-0,19	-0,15
P10	0,01	0,24	0,8	-0,06	0,2	-0,09	0,14
P11	0,3	0,4	0,63	0,26	0,17	-0,03	0,06
P12	0,06	0,4	0,15	0,09	0,71	0,14	0,06
P13*	0,47	0,02	-0,18	0,41	0,37	0,52	0,18
P14	0,12	0,02	0,9	0,07	-0,02	0,03	-0,02
P15*	0,5	-0,04	0,15	0,1	0,44	0,21	0,52
P16	-0,3	0,65	0,44	0,05	0,15	-0,18	0,05
P17	0,06	0,13	-0,05	0,13	0,15	0,87	0,21
P18	0,77	0,24	0,07	0,2	0,16	-0,04	0,26
P19*	0,47	0,18	0,26	0,48	0,22	-0,36	0,33
P20	0,26	0,05	0,11	0,89	0	0,27	-0,06
Número de Participantes	4	3	3	2	2	1	1
% Var. explicadas	16,75	12,88	12,17	12	10,47	8,9	8,9

Notas: * Participantes com carregamento múltiplo entre os fatores, e, portanto, excluídas para posterior análise.
Fonte: Elaborada pela autora a partir do *software QMethod* do R (2022).

Após os fatores serem rotacionados, o *QMethod* exibiu, conforme tabela 5, um grupo de declarações que indicam o ponto de vista das filhas de agricultores e pescadores sobre a sucessão nas referidas unidades de produção familiar. Na tabela, são apresentadas uma lista de afirmações e suas respectivas pontuações, que destacam as declarações mais semelhantes e distintas entre os pontos de vista (**cinza claro: pontuações das participantes de Bragança; branco: Viseu e cinza escuro: Augusto Corrêa**). As declarações que mais discriminaram um fator específico, com os valores dos escores, foram destacadas em negrito.

A partir desta análise, sete perspectivas foram rotuladas como segue: (F1) condições de trabalho, (F2) condições de vida, (F3) atratividade de socialização, (F4) apoio familiar, (F5) organizações associativas, (F6) amparo institucional e atratividade do meio rural e por último (F7) autonomia financeira.

Desse modo iniciou-se a abordagem interpretativa dos pontos de vista compartilhados das filhas de agricultores e pescadores sobre assumir ou não o negócio da família, os quais foram descritos a partir do conjunto de declarações específicas, com suas respectivas pontua-

ções, no qual cada um dos fatores foi destacado entre parênteses (por exemplo, 28:+1, diz respeito à declaração nº 28, da lista de declarações; ± 1 faz referência ao escore da declaração para o fator analisado). Vale ressaltar que pontos positivos se relacionam aos fatores que podem influenciar as participantes a permanecerem nas propriedades, enquanto os pontos negativos representam aspectos que estejam dificultam a sucessão. Para as pontuações que ficavam em torno de zero, estas expressam indiferença a declaração.

Tabela 5 - Lista de declarações e respectivas pontuações por fator rotacionado.

Nº	DECLARAÇÕES			F1			F2			F3			F4			F5			F6			F7		
1	Minha família me incentiva a administrar o negócio familiar			-2	-1	1	0	2	-2	0	-1	-2	0	-2	1	0	2	-1	1	-1	-1	-1	-1	-1
2	Minha família aceita minha opinião			1	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	2
3	Minha família continuará me apoiando quando assumir o negócio			0	1	2	1	2	1	0	-1	-1	1	2	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1
4	Sinto-me preparado e confiante para assumir o negócio familiar			-1	-1	1	0	-1	-2	0	-1	1	-2	1	1	-2	1	0	1	1	1	1	1	-2
5	Eu gosto de viver no meio rural			1	2	2	1	-1	2	0	2	2	1	1	-1	1	2	1	1	2	1	1	1	-2
6	Minha família trabalha lado a lado comigo na unidade de produção			-1	-1	2	1	2	1	1	2	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2
7	Eu gosto da natureza e da vida ao ar livre			1	2	2	1	-1	2	1	2	2	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	-2
8	Aprendo com minha família como administrar o negócio familiar			-1	-2	1	1	1	1	-1	-1	-2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
9	Eu tenho acesso a crédito em bancos			-1	-2	-1	-2	-2	-2	-1	-2	-1	0	-2	-2	-1	-2	-3	-1	1	-1	-1	1	-2
10	Eu diversifico a produção agrícola			-1	-2	2	-1	1	-1	-1	2	1	0	1	1	1	1	-1	0	1	-1	-1	1	-2
11	Agricultores e pescadores artesanais são valorizados pela sociedade			1	-1	-1	-2	-2	1	0	-1	-1	-2	2	1	-1	2	1	0	1	1	0	1	1
12	Fiz cursos que me capacitaram a trabalhar na unidade de produção			-1	-2	-2	-2	-1	-2	-1	-2	-2	1	1	-2	0	-2	-1	1	2	-1	1	-2	-3
13	Eu tenho acesso a atendimento médico na área rural onde resido			1	1	-1	1	1	1	1	1	2	1	-2	1	-1	-1	1	-1	1	-2	-1	-2	-3
14	Tenho liberdade e independência para tomar decisões no negócio			0	-2	2	0	-1	-2	-1	-1	-2	-2	1	1	1	1	1	-1	-2	-1	-1	1	1
15	Tenho apoio de associações rurais e sindicatos de agricultores			-1	2	-2	0	1	1	-1	1	-1	0	-2	-1	-1	1	1	-1	1	-2	1	1	-1
16	Tenho apoio de universidades			-1	-2	-1	0	-1	-2	-1	-2	-1	-1	-1	-2	-1	-2	-2	-1	-2	1	-1	-2	-2
17	Tenho acesso a cooperativas para comprar insumos e vender produtos			-1	-2	-2	-1	-1	-2	-1	-2	-1	-1	-1	-2	-1	1	-3	0	-2	1	1	-2	1
18	Tenho acesso a atividades de lazer, esportes e diversão onde resido			0	2	1	1	2	2	1	-1	-2	0	1	-2	-1	1	1	-2	1	1	-2	1	-2
19	Há trabalhadores suficientes disponíveis para trabalhar na produção			0	2	1	1	2	-1	1	-2	2	0	2	1	1	2	1	1	2	1	1	2	1
20	Fiquei motivado para administrar a unidade de produção familiar			0	-1	-1	0	-1	-2	-1	-2	-2	1	1	1	0	-2	1	1	-1	1	1	-1	1
21	Tenho um bom relacionamento com os familiares			1	2	2	1	1	2	1	-1	2	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1	2	1
22	Eu tenho um bom smartphone e sinais de internet			1	-1	1	1	-1	2	1	2	2	1	-1	-2	1	-1	1	-1	-2	-2	-1	2	1
23	Eu posso acessar facilmente as redes sociais			1	-1	1	1	2	2	1	2	2	1	1	-2	1	-2	1	-1	-2	-2	1	2	1
24	Tenho recursos suficientes para administrar o negócio familiar			0	-1	-2	-2	2	-1	-2	-2	-1	0	-2	-2	0	-2	-3	0	-2	-2	-1	1	1
25	A mão de obra feminina rural é valorizada no meio rural			0	-1	-1	0	-1	1	1	-2	-2	-2	-1	1	-1	-1	-1	-1	-1	-2	-1	1	1
26	As vilas próximas da área rural onde resido tem mais lojas			1	-2	-2	-2	2	-1	1	2	-1	1	-2	1	-1	1	-3	-1	-2	-2	-1	-2	1
27	A área rural fornece meios de transporte para chegar as cidades			1	1	-1	0	-2	1	1	1	2	1	-2	1	1	-1	1	-1	-2	1	-1	-2	1
28	A área rural onde resido possui estradas em boas condições			1	-1	-1	-2	-2	-1	0	-2	1	0	-2	1	-1	1	1	-1	1	-1	-1	-2	1
29	Tenho água e luz suficiente para consumo e usar na produção			1	2	-2	1	-1	2	0	2	2	1	1	1	1	-1	1	1	-1	1	1	-1	1
30	Eu tenho uma vida mais segura na área rural			1	2	-1	1	2	1	-2	1	-2	0	1	1	0	-2	1	1	-1	1	-1	-1	1

Fonte: Elaborada pela autora a partir do software *QMethod* do R (2022).

5.3.1 Perspectiva quanto as condições de trabalho

No fator 1, três entrevistadas pertencentes ao município de Bragança aderiram significativamente para este ponto de vista (P3, P4 e P6). Em Viseu foram quatro participantes (P9, P10, P14 e P15), quantidade semelhante ao encontrado em Augusto Corrêa (P4, P6, P9 e P18). As idades médias das jovens foram de 17 anos para o primeiro município e de 21 para os dois últimos. Dentro desta perspectiva, a ideia que norteava o entendimento do resultado, mostrava que para facilitar assumir o negócio da família pelas filhas de pescadores e agricultores, elas devem ter um bom padrão de vida frente a unidade de produção rural.

Para este ponto de vista, as estradas em boas condições (28:+1), facilidade de água e luz suficiente para consumo próprio e para gerir a unidade de produção rural (29:+1) e para aquisição de meios de transporte para chegar facilmente a cidades maiores (27:+1) contribuem para as mulheres rurais assumirem os empreendimentos familiares, principalmente em Bragança, município mais próximo do centro urbano. Já nos demais municípios, com suas características de cunho mais rural, sobretudo em Augusto Corrêa, padecem com os problemas de infraestrutura no campo (27:-1; 28:-1 e 29:-2).

Segundo as participantes, elas gostam de viver no meio rural (5:+2) e de desfrutar da vida ao ar livre (7:+2), o que pode indicar elementos chave para promover a ocupação da fazenda pelas mulheres rurais. Contudo, a falta de apoio (6:-1), incentivo familiar (8:-2) e pouca diversificação nos meios de produção (10:-2) acaba favorecendo a baixa intenção das mulheres a tomarem a frente dos negócios da família, principalmente em Viseu e Bragança, bem como a escassez por cursos oferecidos no ambiente rural (12:-2) ou o apoio das universidades (16:-1) que dificultam a preparação dessas mulheres para assumir as funções.

5.3.2 Perspectiva quanto as condições de vida

Para este ponto de vista, duas jovens pertencentes ao município de Bragança (P10 e P12), quatro em Viseu (P1, P2, P3 e P5) e três em Augusto Corrêa (P7, P8 e P16), com idades médias de 20 e 21 anos, concordam com essa perspectiva. Elas ponderam que, o acesso a serviços básicos (13:+1) e a atividades de lazer na área rural (18:+2) proporcionam condições de vida, podendo facilitar a permanência e assumir o controle dos negócios. O apoio de associações e sindicatos rurais (15:+1), e o apoio da família (2:+1; 3:+1; 6:+1; 8:+1) parecem importantes, o que pode estar associado a um desejo de inclusão e reconhecimento por parte das comunidades rurais e urbanas.

As respondentes afirmam que não tiveram oportunidade de fazer cursos nas áreas rurais onde residem (12:-2), que as capacitassem a trabalhar nas atividades agrícolas, desse mo-

do, elas não se sentem preparadas nem confiantes para assumir a unidade de produção familiar (4:-2). Elas relatam ainda, que não recebem o apoio das universidades, pois para essas mulheres parece irrelevante (16:0), talvez porque elas imaginam que o apoio universitário como a aquisição de um diploma universitário que, na maioria das vezes, forçam-nas a migrar para uma área urbana, pode favorecer à perda da identidade rural, conforme observado por Barbosa *et al.* (2020).

A falta de valorização dos agricultores e pescadores artesanais (11:-2), dificulta o acesso a recursos em bancos (9:-2) e as cooperativas para comprar insumos e vender produtos (17:-1). Outro fator que influencia negativamente na decisão das jovens a administrarem os sistemas produtivos é a falta de liberdade e independência para tomar decisões sobre a unidade de produção familiar (14:-2).

5.3.3 Perspectiva quanto a atratividade de socialização

No fator 3, duas filhas aderiram com este ponto de vista em Bragança (P1 e P16) e em Viseu (P6 e P7) e três no município de Augusto Corrêa (P10, P11 e P14). Suas idades médias eram de 17, 27 e 22 anos, respectivamente.

As jovens consideram importante que os locais onde residem ofereçam um bom sinal de internet (22:+2), e às redes sociais (23:+2), bem como melhorias na infraestrutura, através do acesso a água e luz suficiente para consumo e para ser utilizado no empreendimento produtivo (29:+2); e também está associado a um desejo de ter acesso a serviços básicos, como disponibilidade de médicos (13:+1) e acessibilidade para se deslocar as cidades maiores (27:+2).

No município de Viseu, destaca-se o mau relacionamento compartilhado entre os familiares (21:-1), e nos três municípios a escassez na quantidade de trabalhadores disponíveis para trabalhar na unidade de produção familiar (19:-2), que pode estar acarretando a desmotivação para administrar e cuidar do patrimônio das famílias (20:-1).

Para estas participantes, o apoio dos membros da família não é um elemento chave que favoreça elas assumirem o controle da fazenda, uma vez que, suas famílias não as incentivam a administrar a unidade de produção (1:-1; 3:-1; 8:-2), tão pouco permitem a elas fazerem suas próprias escolhas (14:-1). No município de Viseu e Augusto Corrêa destaca-se ainda a falta de valorização dos agricultores e pescadores artesanais (11:-1) e da mão de obra feminina (25:-2) pela sociedade.

Para este ponto de vista, a disponibilidade de recurso financeiro (9:-1; 24:-2), o apoio de universidade (16:-1), o acesso a cooperativas para comprar insumos e vender produtos (17:-1), e a ausência de cursos profissionalizantes (12:-2) não foram consideradas relevantes

para probabilidade de sucessão. Associado a estes fatores tem-se ainda, nos municípios de Bragança e Augusto Corrêa, a questão da segurança na zona rural (30:-2) considerada deficiente pelas entrevistadas e que influencia negativamente na tomada de decisão.

5.3.4 Perspectiva quanto ao apoio familiar

No fator 4, duas participantes carregaram significativamente em cada município, sendo P5 e P7 em Bragança, P19 e P20 em Viseu e P5 e P20 em Augusto Corrêa. Suas idades médias foram de 21, 17 e 19 anos, respectivamente. Este ponto de vista considera o apoio familiar um elemento chave para facilitar as herdeiras femininas a assumir a propriedade (2:+1; 3:+1; 6:+1; 8:+1), através de um bom relacionamento e pelos ensinamentos transmitidos pelos familiares, que serve como motivação para elas quererem administrar o patrimônio familiar (20:+1; 21:+1).

Outro ponto positivo que pode favorecer as mulheres a se estabelecer nos negócios está relacionado a identidade rural (7:+1) e associado as melhorias na infraestrutura do ambiente rural (29:+1) onde residem. Todavia, a disponibilidade de recursos financeiros (9:0; 24:-2) acaba inviabilizando sua vontade em reproduzir o processo produtivo familiar.

Para as jovens parece sem importância o apoio de sindicatos e associações de pescadores e agricultores (15:-2), das cooperativas (17:-1), ou de cursos oferecidos pelas instituições (16:-1). Ressalta-se neste ponto de vista que as jovens não se sentem confiantes para assumir as unidades produtiva de sua família (4:-2), em especial as participantes de Bragança.

5.3.5 Perspectiva quanto as organizações associativas

No Fator 5, uma participante aderiu significativamente com este ponto de vista em Bragança (P15), duas em Viseu (P17; P18) e outras duas em Augusto Corrêa (P1; P12). Elas apresentavam idades médias de 17, 21 e 26 anos. O ponto de vista compartilhado por essas jovens revela que a probabilidade de sucessão pode estar relacionada, principalmente, ao apoio institucional, uma vez que, nesse fator a declaração “tenho acesso a cooperativas para comprar insumos e vender produtos” em Viseu (17:+1) pontuou positivamente, diferente dos resultados encontrados para as participantes de Bragança (17:-1) e Augusto Corrêa (17:-3). Barbosa *et al.* (2020), ressalta que o apoio de cooperativas e dos sindicatos de agricultores costumam fornecer recursos, como suprimentos agrícolas, e que são necessários para a realização das atividades, o que pode influenciar decisivamente para a escolha em assumir os negócios pelas herdeiras.

Neste ponto de vista, o apoio familiar também é importante na preparação da mulher para tomar a frente da unidade produtiva através do seu aprendizado com os membros da família (3:+1; 8:+1), do trabalho lado a lado com eles (6:+1); mas principalmente que tenham liberdade e independência para tomar suas próprias decisões sobre a unidade de produção familiar (14:+1) e que mantenham um bom relacionamento com seus parentes (21:+1).

Observou-se que as jovens gostam de viver no meio rural (5:+1;7:+1), o que pode revelar um anseio de trabalhar em um ambiente que preserve um modo de vida rural. Outra declaração positiva foi com relação a disponibilidade de mão-de-obra que foi considerado suficiente (19:+1).

Aspectos como o apoio de instituições universitárias (16:-2) e recursos financeiros suficientes para administrar a unidade de produção familiar (9:-3; 24:-3) não foram priorizadas, assim como a falta de valorização dos agricultores e pescadores artesanais, e da mão de obra feminina (10:-1; 25:-1) podendo inviabilizar a intenção dessas mulheres em assumir os negócios.

5.3.6 Perspectiva quanto ao amparo institucional e atratividade do meio rural

Para este ponto de vista uma participante carregou significativamente em cada município, sendo P17 para Bragança, P13 em Viseu e P3 em Augusto Corrêa. Elas apresentavam idades de 15, 26 e 17 anos, respectivamente. O apoio das universidades foi considerado importante pela entrevistada de Augusto Corrêa (16:+1). Porém, o oposto foi relatado pelas participantes de Bragança (16:-1) e de Viseu (16:-2) que não consideram aspecto essencial que pudesse favorecê-las na intenção de assumir os negócios.

Sobre esta perspectiva, observada no Fator 6, gostar de viver nas áreas rurais (5:+4) e desfrutar da vida ao ar livre (7:+2) desempenham um papel fundamental para contribuir na decisão das sucessoras potenciais.

Outro ponto de vista compartilhado pelas jovens envolve o apoio familiar, onde elas almejam que seus parentes aceitem suas opiniões, apoiem e que seja mantido um bom relacionamento entre eles (2:+1; 3:+1; 6:+1; 8:+1; 21:+1). No entanto, a declaração sobre ter liberdade e independência para tomar suas escolhas (14:-1) desfavorece a disposição necessária à sucessão geracional.

Aliados aos aspectos citados anteriormente, tem-se a declaração sobre a quantidade de trabalhadores, considerada suficiente para trabalhar no campo por essas mulheres (19:+1) que parece ser um dos elementos relevantes para a possível sucessora tomar a frente das unidades

de produção familiar. Considerou-se, contudo, que a mão de obra feminina não é valorizada (25:-1).

Para estas participantes, parece importante que os lugares onde elas residem conservem um modo de vida rural, em que as atividades que as desviem de uma vida bucólica não são entendidas como interessantes, conforme observado nas pontuações do acesso à internet (22:-2) e às mídias sociais (23:-1), assim como para a presença de lojas (26:-2).

5.3.7 Perspectiva quanto a autonomia financeira

No Fator 7, uma participante aderiu significativamente com este ponto de vista em cada município, sendo P2 para Bragança, P11 em Viseu e P3 em Augusto Corrêa. As duas entrevistadas, pertencentes aos dois primeiros municípios citados, possuíam 17 anos de idade e a entrevistada de Augusto Corrêa com 20 anos. Para este ponto de vista, as declarações revelam que a probabilidade de sucessão para estas jovens pode estar relacionada a autonomia financeira, ou seja, pela capacidade de adquirir recursos financeiros suficientes para administrar a produção (24:+1), isso para Augusto Corrêa e Viseu. O oposto foi relatado pela participante de Bragança (24:-1).

O apoio familiar parece ser um dos fatores essenciais neste ponto de vista, que valoriza o aprendizado e interação com os familiares (3:+1; 6:+1; 8:+1; 21:+1) facilitando as mulheres assumirem os negócios da família, no entanto, as participantes descrevem que assim não o fazem por falta de incentivo dos seus familiares (1:-1).

As participantes consideram, nesse ponto de vista, que há trabalhadores em quantidades suficientes, disponíveis para trabalhar na unidade de produção familiar (19:+1) e ressaltam que conseguem acessar facilmente as mídias sociais (23:+1). Estas razões representariam condições de trabalho e de vida favorecendo na tomada de decisão.

Para as entrevistadas de Augusto Corrêa e Bragança, pesa a falta de diversificação nos processos produtivos tanto na pesca quanto na agricultura (10:-2), que pode estar relacionada com a ausência de apoio das instituições acadêmicas para o desenvolvimento dessas atividades (16:-2). Segundo as participantes de Bragança e de Viseu, tem-se a necessidade de melhorias na infraestrutura e saneamento básico, tais como acesso a saúde, transportes e segurança local (13:-3; 26:-1; 27:-1; 28:-1; 30:-1).

5.4 Discussão

Um dos processos sociais que atingem a agricultura familiar é a disposições dos filhos em seguir nos ofícios dos pais e na gestão do patrimônio familiar, em especial para as mulhe-

res (SPANVELLO, 2019). A compreensão dos fatores por trás da disposição dos sucessores potenciais para assumir o negócio da família é crucial para a continuidade das atividades rurais (CAVICCHIOLI *et al.*, 2018).

Nesse aspecto, este artigo explorou pontos de vista das filhas de agricultores familiares e pescadores artesanais indicando a possibilidade ou não de sucessão nos processos produtivos familiares nos municípios de Bragança, Viseu e Augusto Corrêa.

O primeiro ponto de vista observado foi a condição de trabalho, indicado pelo anseio em ter recursos, como água e eletricidade para o consumo, aliados a um bom padrão de vida através de boas estradas e meios de transporte, que possibilitem desenvolver a produção rural e o comércio local dessas comunidades. Estes fatores preconizam melhorias na infraestrutura dos meios rurais e facilitariam a sucessão pelas jovens nas propriedades familiares corroborando com o trabalho de Barbosa *et al.* (2020).

Conforme Cavicchioli *et al.* (2018), estar localizado nas proximidades de áreas mais desenvolvidas pode oferecer melhores oportunidades de mercado, atratividade de empregos e serviços, tornando-se mais atraentes para potenciais herdeiros. Para este autor, a diferença entre renda não agrícola e agrícola acaba sendo o principal motor da migração para fora dos ambientes rurais e, conseqüentemente, seu aumento deve desencorajar a sucessão. Bednaríková *et al.* (2016) argumentaram que os sucessores potenciais são atraídos por um modo de vida rural, porém uma infraestrutura pobre dos municípios interioranos pode desencorajá-los a viver em áreas bucólicas.

Associado a este ponto de vista, a atratividade agrária, parece estar relacionado como uma espécie de identidade rural, que tem como intuito desfrutar da natureza e da vida ao ar livre, confirmando o desejo das participantes que os ambientes preservem um estilo de vida bucólico (WILSON *et al.*, 2013; CAVICCHIOLI *et al.*, 2018; BARBOSA *et al.*, 2020), mas condicionado a melhorias na infraestrutura dentro desses ambientes, favorecendo-as na decisão de assumir os empreendimentos familiares.

Com relação ao ponto de vista, condições de vida, este se caracteriza pelo acesso aos serviços de saúde e atividade de lazer nos territórios estudados que facilitariam as herdeiras em reproduzir o processo produtivo familiar. Nesta perspectiva, o apoio de sindicatos de agricultores, associações e cooperativas também se destaca, sugerindo a necessidade de uma rede de apoiadores em torno dos negócios familiares (BARBOSA *et al.*, 2020). A maioria das ações pertinentes a esses grupos de apoio encontra-se relacionada à capacitação, formação, mas principalmente a organização da juventude rural nos territórios, com vistas a inserir esse segmento nas dinâmicas de desenvolvimento territorial (CASTRO *et al.*, 2019). Por isso, en-

tender esse rural como lugar de vida e de produção do conhecimento e superar a dicotomia urbano em contraposição ao rural são chaves fundamentais para impulsionar o conhecimento da mulher rural como praticante realizada e levá-la ao empoderamento (BARBOSA *et al.*, 2020).

Quanto ao ponto de vista, atratividade de socialização, observou-se que o acesso à informação e comunicação, através da aquisição dos celulares e sinais de internet aumentam as chances de permanência frente as atividades pesquisadas. Diferente dos nossos resultados, Spanevello (2019) aborda que a facilidade de informações obtida pelos filhos destes trabalhadores, especialmente as meninas, facilitariam elas deixarem o campo em busca de estudo e profissões urbanas. Bourdieu (2000) argumenta que o maior acesso aos meios de comunicação tem a capacidade de ampliar o horizonte profissional dos jovens para além dos ofícios rurais.

Neste ponto de vista, enfatizou-se ainda o desejo por melhorias na infraestrutura e assistência médica em conjunto ao descrito acima, corroborando com Redin (2019) que afirma que a permanência dos jovens é favorecida pela melhoria e acesso de recursos e pela massificação dos meios de comunicação.

O ponto de vista apoio familiar, pode ser identificado através do anseio das mulheres pelo apoio e incentivo dos familiares, que aumentaria a probabilidade das filhas em suceder os pais nas tarefas do campo, desde que os membros da família as apoiem, aceitem suas opiniões, trabalhem lado a lado com elas, e que sejam mantidos um bom relacionamento entre eles, corroborando com os trabalhos de Bednaríková *et al.* (2016), Morais *et al.* (2018) e Barbosa *et al.* (2020).

A divisão do trabalho, tão evidente em diversos artigos na literatura, também foi relatada pelas entrevistadas, em que o comando das atividades domésticas é atribuído as mulheres, enquanto a autonomia para gerir o trabalho no campo fica a cargo dos homens, que ocupam a posição de pai, marido e chefe da família. Algumas comunidades rurais continuam a seguir um modelo de sucessão patriarcal, que geralmente depende da seleção de um filho, como herdeiro, designado que assumirá o controle da propriedade de seus pais e continuará a administrar os negócios (PRICE, 2012; CASSIDY, 2013; HEGGEM, 2014; CASSIDY, 2018; CASSIDY *et al.*, 2019; SPANEVELLO, 2019).

Para Cassidy *et al.* (2019), as barreiras à entrada de mulheres jovens na agricultura podem ser materiais, institucionais e ideológica. Embora as normas culturais coloquem os sucessores masculinos em uma relação mais profunda com a propriedade da terra, não se deve supor que as jovens mulheres sejam menos ligadas à terra do que os rapazes. A possibilidade de

reversão do cenário marcadamente hierarquizado tem sido, mais recentemente, a inclusão das jovens mulheres e da juventude pertencente à agricultura familiar de forma geral nas políticas nacionais de crédito rural, como é o caso do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Neste programa, as linhas de crédito não diferenciam o acesso para homens e mulheres; pelo contrário, permitem a retirada de crédito pelo público feminino. Com isso o crédito passa a ser um importante aliado para amenizar as diferenças entre homens e mulheres (SPANLEVELLO, 2019).

Na ótica das organizações associativas, esta é principalmente identificada pela aspiração das jovens em ter o apoio de sindicatos de agricultores, associações e cooperativas, formando uma forte rede de apoio. Essas organizações reivindicativas são responsáveis pela exposição dos interesses desses indivíduos, estimulando a participação desses sujeitos nos processos de elaboração de estratégias e de ações que possibilitem o desenvolvimento territorial, promova o fortalecimento da identidade coletiva, favoreça o acesso a recursos de infraestrutura e às políticas públicas (TOLEDO; AMOEDO, 2014).

Quanto a perspectiva amparo institucional, esta foi caracterizada pela importância de possuir o apoio de instituições, como as universidades, que levam ao meio rural, atividades e ações de inclusão produtiva, através de assistência técnica, da capacitação e da transmissão de conhecimentos quanto ao uso de tecnologias apropriadas para fomentar o desenvolvimento territorial das unidades produtivas desses municípios. Mesmo que a probabilidade de sucessão familiar seja influenciada por fatores internos ligados às características das atividades e dos membros da família, um papel importante também pode ser desempenhado pelas instituições fornecendo incentivos para continuar trabalhando no setor ou migrar para fora dele. Esses incentivos podem promover alternativa de emprego, uma renda mais alta e uma melhor qualidade de vida (CAVICCHIOLI *et al.*, 2018; RAMOS *et al.*, 2021).

Neste ponto de vista destacou-se também a atratividade rural, representada pelas aspirações de desfrutar da natureza e da vida ao ar livre, com o anseio de que os territórios onde elas residem preservem um modo de vida rural e, principalmente que as pessoas valorizem a mão de obra feminina, corroborando com Barbosa *et al.* (2020).

A ótica da autonomia financeira caracteriza-se pelo desejo de ter recursos financeiros suficientes para investir em melhorias nos processos produtivos no campo, possibilitando assim, um bom padrão de vida nos territórios rurais para estas mulheres. Vários estudos sobre a escolha dos jovens pelas atividades rurais trazem o foco às questões econômicas (MILLER, 2010; PEREIRA *et al.*, 2016).

As tarefas desenvolvidas pelas mulheres geram renda, mas o trabalho desenvolvido por elas geralmente fica invisível e, na maioria das vezes, não recebem remuneração pelos serviços prestados e ficam dependentes economicamente de seus familiares homens (DIMISKAYA *et al.*, 2022). Um dos meios de aquisição de recursos para estas jovens seria através do acesso a crédito nos bancos. Contudo, observa-se em diversos artigos uma escassa autonomia tanto na decisão de acessar o crédito como no destino dele. A oportunidade de acesso ao crédito favoreceria as mulheres com maior independência financeira em relação aos homens, permitindo com que elas se sintam reconhecidas e valorizadas (ZORZI, 2008; HERNÁNDEZ, 2009; SPANEVELLO, 2019; WEISHEIMER, 2019).

Outro aspecto que chamou atenção nessa perspectiva da autonomia de recurso é com relação a necessidade de diversificação nos processos produtivos. Redin (2019) relata que os jovens sentem que estão presos a poucas alternativas de renda nas atividades agrícolas e umas das causas relaciona-se com a baixa diversificação, que destoa nos métodos de produção. As famílias destacam que a falta de conhecimentos técnicos e de acompanhamento de agentes de extensão rural dificulta o investimento.

Foi possível observar nos municípios estudados que a pesca e a agricultura apresentam sérias dificuldades, inviabilizando assegurar a conquista de autonomia na transição dessas jovens para a vida adulta e dificultando a reprodução do processo de trabalho familiar e consequentemente, a sucessão geracional. Como visto, os potenciais sucessores são atraídos por um modo de vida rural, mas uma infraestrutura precária dos municípios pode desencorajá-los a viver nestes locais (BEDNARÍKOVÁ *et al.*, 2016). Então, conhecer mais profundamente essa realidade, talvez, possa revelar alternativas para superar os impasses da reprodução social dessas atividades produtivas (WEISHEIMER, 2019).

A falta de perspectiva de sucessão das mulheres acarreta problemas sociais, tais como o envelhecimento e a masculinização no campo, uma vez que, com a saída das jovens, os homens acabam sentindo dificuldades para compor sua família, e como consequência tem-se a carência de pessoas para renovação de capital humano e dificuldade na manutenção da infraestrutura das comunidades rurais.

5.5 Conclusão

Este artigo revelou que as jovens apresentam aspirações para assumir as unidades produtiva de sua família desde que tenham o apoio da família, das organizações associativas e dos governos para promover o desenvolvimento das atividades; que tenham acesso ao lazer, autonomia em suas decisões; que seu trabalho seja remunerado para não dependerem dos pais

ou maridos e, principalmente, que tenham recursos financeiros suficiente para subsidiar os processos produtivos.

Não obstante, percebeu-se também que muitas participantes exibiram baixa intenção de renovação da sucessão em consequência de características do meio rural, consideradas negativas, tais como trabalho árduo das tarefas diárias, a falta de motivação e autonomia na realização das atividades. A facilidade para a locomoção das jovens, beneficiadas pelas melhorias e acesso aos meios de transporte e pela massificação dos meios de comunicação, contribuiu para que as mulheres expressem relutância à permanência na agricultura e pesca artesanal.

É fundamental repensar o contexto de sucessão patriarcal e passar a valorizar mais as jovens, reconhecendo-as como potenciais sucessoras que podem contribuir para a sobrevivência, manutenção e a continuidade das atividades rurais, desta forma, possibilitando a igualdade de gênero.

Através deste estudo, identificou-se os distintos pontos de vista que podem ser determinantes na sucessão intergeracional dos municípios estudados, embora devam ser observadas limitações, pois essas conclusões não podem ser generalizadas para todas as comunidades rurais do estado do Pará. Os aspectos destacados podem ser utilizados por formuladores de políticas públicas para a elaboração de programas, implementação de políticas, ações e serviços, favorecendo a permanência dessas jovens nas comunidades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. A.; DOMINGUES, C. H. F.; DA SILVA, M. C.; FOGUESATTO, C. R.; PEREIRA, M. A.; GIMENES, R. M. T.; BORGES, J. A. R. Using Q-methodology to identify rural women's viewpoint on succession of family farms. **Land Use Policy**, v. 92, 104489, 2020.

BEDNARÍKOVÁ, S.; BAVOROVA, M.; PONKINA, E. V. Migration motivation of agriculturally educated rural youth: The case of Russian Siberia. **Journal of Rural Studies**, v. 45, p. 99-111, 2016.

BROWN, S. R. **Political Subjectivity: Applications of Q Methodology in Political Science**. Yale University Press, 1980. 335p.

CASSIDY, A. **"I'm Not Going to be Able to Leave: The Impact of Belonging to the Irish Farming Community on University Students' Life Experience and Transitions to Adulthood."** (PhD Theses). National University of Ireland, Galway, 2013.

CASSIDY, A. Female successors in Irish family farming: four pathways to farm transfer. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 40, p. 1-16, 2018.

CASSIDY, A.; SRINIVASAN, S.; WHITE, B. Generational transmission of smallholder farms in late capitalism. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 40, n. 2, p. 220-237, 2019.

CASTRO, E. G.; ROCHA, A. T. F.; LEMOS, L. T.; MACEDO, S. C. Desenvolvimento territorial no Brasil e o papel estratégico das Juventudes Rurais. *In*: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria, SC, 2019. pp. 101-133.

CAVICCHIOLI, D.; BERTONI, D.; TESSER, F.; FRISIO, D. G. What factors encourage intrafamily farm succession in mountain areas? Evidence from an alpine valley in Italy. **Mountain Research and Development**, v. 35, n. 2, p. 152-160, 2015.

CAVICCHIOLI, D.; BERTONI, D.; PRETOLANI, R. Farm succession at a crossroads: The interaction among farm characteristics, labour market conditions, and gender and birth order effects. **Journal of Rural Studies**, v. 61, p. 73-83, 2018.

COUTO, M.; FARATE, C.; RAMOS, S.; FLEMING, M. A metodologia Q nas ciências sociais e humanas: o resgate da subjetividade na investigação empírica. **Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 7-21, 2011.

CROSS, R. E. Exploring attitudes: the case for Q methodology. **Health Education Research**, v. 20, p. 206-213, 2005.

DEERE, C. D.; LEON, M. The Gender Asset Gap: Land in Latin America. **World Development**, v. 31, n. 6, 925-947, 2003.

DIMISKAYA, A.; DELGADO, G.; CASAS, F. G.; ZAVALA, R. (2022). Mulheres rurais, um futuro de esperança. ONU [homepage on the Internet]. Recuperado de: <https://brasil.un.org/pt-br/181218-artigo-mulheres-rurais-um-futuro-de-esperanca>

EC - European Commission. Generational renewal in EU agriculture: statistical background, EU Agricultural Economic Brief, 6. Brussel: European Commission, 2012. Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2019-11/agri-economics-brief-07_en_0.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

FOGUESATTO, C. R.; ARTUZO, F. D.; LAGO, A.; MACHADO, J. A. D. Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, v. 37, n. 130, p. 15-28, 2016.

GÓNGORA, R.; MILÁN, M. J.; LÓPEZ-I-GELATS, F. Pathways of incorporation of young farmers into livestock farming. **Land Use Policy**, v. 85, p. 183-194, 2019.

HEGGEM, R. Exclusion and inclusion of women in Norwegian agriculture: exploring different outcomes of the 'tractor gene'. **Journal of Rural Studies**, v. 34, p. 263-271, 2014.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Orientadora: Anita Brumer. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Acesso em: 25 jan. 2020.

HUNTER, M. The materiality of everyday sex: Thinking beyond 'prostitution'. **African Studies**, v. 61, n. 1, p. 99-120, 2002.

JOHANSSON, M. Young women and rural exodus – Swedish experiences. **Journal of Rural Studies**, v. 43, p. 291-300, 2016.

KRISTENSEN, S.; BIRCH-THOMSEN, T. Should I stay or should I go? Rural youth employment in Uganda and Zambia. **International Development Planning Review**, v. 35, n. 2, p. 175-201, 2013.

LAMBROU, Y.; LAUB, R. Gender Perspectives on the Conventions on Biodiversity, Climate Change and Desertification. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 2000.

LAFORGE, J. Key Findings - New Farmers in Canada: A Baseline Report. Saskatoon: National Farmers Union Youth Caucus, 2016.

LEIBERT, T. She leaves, he stays? Sex-selective migration in rural East Germany. **Journal of Rural Studies**, v. 43, p. 267-279, 2016.

MATTHEWS, E.; BECHTEL, J.; BRITTON, E.; MORRISON, K.; MCCLENNEN, C. **A Gender Perspective on Securing Livelihoods and Nutrition in Fish-dependent Coastal Communities**. Report to the Rockefeller Foundation from Wildlife Conservation Society, Bronx, 2012. 143p.

MEINZEN-DICK, R.; QUISUMBING, A.; DOSS, C.; THEIS, S. Women's land rights as a pathway to poverty reduction: Framework and review of available evidence. **Agricultural Systems**, v. 172, p. 72-82, 2019.

MILLER, L. **"Young Farmers: The Future of Agriculture"**. Report of the Parliamentary Standing Committee on Agriculture and Agri-Food. Government of Canada, 2010. 92p.

MORAIS, M.; BORGES, J. A. R.; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, v. 71, p. 445-452, 2018.

PEREIRA, M. A.; FAIRWEATHER, J. R.; WOODFORD, K. B.; NUTHALL, P. L. Assessing the diversity of values and goals amongst Brazilian commercial-scale progressive beef farmers using Q-methodology. **Agricultural Systems**, v. 144, p. 1-8, 2016.

PINI, B.; PREVITE, J.; HASLAM-MCKENZIE, F. Stakeholders, natural resource management and Australian rural local governments: A Q methodological study. **Local Government Studies**, v. 33, p. 427-449, 2007.

PREVITE, J.; PINI, B.; HASLAM-MCKENZIE, F. Q methodology and rural research. **Sociologia Ruralis**, v. 47, n. 2, p. 135-147, 2007.

PRICE, L. The emergence of rural support organizations in the UK and Canada: providing support for patrilineal family farming. **Sociologia Ruralis**, v. 52, p. 353-376, 2012.

RAMOS, D. A. L.; VILLELA, L. E.; MAURY, P. M. Extensão universitária: apoio à participação social para o desenvolvimento dos territórios rurais. **Revista NAU Social**, v. 12, n. 22, p. 564-577, 2021.

REDIN, E. Juventude rural e trabalho na produção de tabaco. *In*: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Juventudes rurais e Desenvolvimento Territorial**. Santa Maria, SC, 2019. pp. 193-216.

SCHALL, D.; LANSING, D.; LEISNHAM, P.; SHIRMOHAMMADI, A.; MONTAS, H.; HUTSON, T. Understanding stakeholder perspectives on agricultural best management practices and environmental change in the Chesapeake Bay: a Q methodology study. **Journal of Rural Studies**, n. 60, p. 21-31, 2018.

SCHMOLCK, P. PQ Method Manual [homepage na Internet]. 2002-2(35) [atualizado em março de 2014]. Disponível em: <http://schmolck.org/qmethod/pqmanual.htm>. Acesso em: 19 nov. 2022.

SILVA, E. S. C.; CUNHA, D. S.; ARAÚJO, C. S. P.; SALES, A. D.; HOLANDA, F. C. A. F. Cadeia de Comercialização do Pescado Desembarcado no Posto Fiscal de Bragança, Estado do Pará. **Arquivos de Ciências do Mar**, v. 45, n. 1, p. 82-87, 2012.

SPANEVELLO, R. M. Inserções de jovens mulheres em programas de crédito rural. *In*: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Juventudes rurais e Desenvolvimento Territorial**. Santa Maria, SC, 2019. pp. 245-266.

STENNER, P.; ROGERS, R. S. Q methodology and qualiquantology: The Example of Discriminating Between Emotions. *In*: TODD, Z., NERLICH, B.; MCKEOWN, S.; CLARKE, D.D. (Eds) **Mixing methods in psychology: the integration of qualitative and quantitative methods in theory and practice**. New York: Psychology Press, 2004.

TOLEDO, C. N. B.; AMODEO, N. B. P. Os Papéis das Organizações Sindicais e a Formação das Políticas Públicas para o Meio Rural: Estudo de Caso em um Município Mineiro. **Desenvolvimento em Questão**, v. 25, p. 247-278, 2014.

VERVOORT, J. M.; THORNTON, P. K.; KRISTJANSON, P.; F'ORCH, W.; ERICKSEN, P. J.; KOK, K.; INGRAM, J. S. I.; HERRERO, M.; PALAZZO, A.; HELFGOTT, A. E. S.; WILKINSON, A.; HAVLÍK, P.; MASON-D'CROZ, D.; JOST, C. H. Challenges to scenario-guided adaptive action on food security under climate change. **Global Environmental Change**, v. 28, p. 383-394, 2014.

WALDER, P.; KANTELHARDT, J. The environmental behaviour of farmers—capturing the diversity of perspectives with a q methodological approach. **Ecological Economics**, v. 143, p. 55-63, 2018.

WATTS, S.; STENNER, P. **Doing Q Methodological Research: Theory, Method & Interpretation**. Sage, 2012. 248p.

WEISHEIMER, N. Jovens Agricultores Familiares: situação juvenil e projetos profissionais no Recôncavo da Bahia. *In*: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Juventudes rurais e Desenvolvimento Territorial**. Santa Maria, SC, 2019. pp. 167-191.

WILSON, P.; HARPER, N.; DARLING, R. Explaining variation in farm and farm business performance in respect to farmer behavioural segmentation analysis: implications for land use policies. **Land Use Policy**, v. 30, p. 147-156, 2013.

ZACARDI, D. M. Aspectos sociais e técnicos da atividade pesqueira realizada no Rio Tracajatuba, Amapá, Brasil. **Actafish**, v. 3, n. 2, p. 31-48, 2015.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí-RS**. Orientadora: Anita Brumer. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Acesso em: 19 ago. 2020.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a contemporaneidade e relevância do tema proposto e com o intuito de contribuir para ponderar alternativas acerca dos cenários que se anunciam, o estudo apresenta suas reflexões para oportunizar a possibilidade de conhecer e compreender o fenômeno que envolve a sucessão rural na pesca artesanal e na agricultura familiar nos municípios pesquisados.

A revisão sistemática dos estudos analisados permitiu considerar que a agricultura familiar demonstra dificuldades inquietantes para assegurar o processo sucessório nas unidades produtivas rurais. Parte das pesquisas destacam as condições de permanência como a diversidade das atividades, melhorias nas infraestruturas, autonomia para tomada de decisões e a relação com a comunidade. Em contrapartida, outros autores enfatizam questões que interferem negativamente na perspectiva de continuação dos jovens no campo, em especial, as questões de gêneros, falta de planejamento sucessório e a insuficiência de políticas públicas direcionada aos jovens.

No capítulo 3, relacionado a perspectiva dos chefes de estabelecimento quanto aos processos sucessórios percebeu-se que eles não conseguiram definir um sucessor, tão pouco acreditam que algum filho queira permanecer no negócio, desse modo muitos pais não estimulam os filhos a seguir a vida no meio rural atribuindo esse incentivo as dificuldades percebidas no trabalho agrícola.

A falta de orientação aos pequenos agricultores e pescadores sobre a importância da sucessão tem contribuído para este cenário. Capacitar esses proprietários para que os processos sucessórios sejam conduzidos da melhor maneira, pode favorecer o sucesso da transmissão não só do patrimônio, mas principalmente da reprodução de saberes e dos valores relacionados as atividades, despertando desde cedo, nos possíveis sucessores, a importância do processo e assim fazendo com que os jovens sintam-se valorizados através do reconhecimento da sua relevância quanto a produção de alimentos e consequente segurança alimentar para a sociedade.

No que concerne ao capítulo 4, constatou-se que os jovens em sua maioria não pretendem assumir os negócios da sua família, pois atribuem fatores como a insalubridade do trabalho agrícola, falta de investimentos nas unidades produtivas e o baixo retorno econômico proveniente da pesca e da agricultura, como pontos chaves que facilitam a evasão desses protagonistas do campo, buscando nas cidades soluções por meio do estudo e de renda monetária regular. Porém, o orgulho do jovem pela profissão dos seus pais, seguido pela valorização quanto a atividade que desempenham e expectativa de renda através do seu próprio esforço,

são vistos como aspectos que favorecem para o desejo de ficar no meio rural e dar seguimento aos trabalhos dos seus genitores.

Para esses jovens a presença de assistência técnica e financiamentos bancários, bem como, maior incentivo e conseqüente abertura dos seus pais para aceitarem sua opinião possibilitando sua inclusão ativa na gestão, na tomada de decisões acarretando a sua autonomia dentro da dinâmica das atividades, parece ser um dos caminhos para aumentar o desejo dos possíveis sucessores em permanecer nas atividades rurais.

Conforme se observou no Capítulo 5, algumas moças têm pretensões em dar continuidade nos negócios da sua família, com algumas condições, a destacar: apoio familiar, apoio das organizações associativas e dos órgãos de governos. A maioria dessas jovens mulheres exibem baixa intenção em permanecer nas propriedades rurais, executando as mesmas atividades de seus pais, em virtude das características dos trabalhos realizados por eles, na qual elas relacionam a penosidade atribuída a função. Outro fator bastante influente para a não sucessão no campo é a desigualdade de gênero, bastante recorrente nos empreendimentos familiares.

Com isso, infere-se que, tendo o interesse suficiente dos jovens, o incentivo dos pais, aumentando a equidade de gênero é possível realizar a sucessão geracional dentro da esfera familiar, passando as unidades produtivas com êxito de geração em geração, possibilitando dessa maneira a conservação de propriedade sob o domínio da família rural.

Desse modo, os resultados apresentados possibilitam melhor entendimento deste tema trazendo elementos para a gestão de propriedades rurais e ampliando o conhecimento no âmbito da juventude rural e sucessão familiar, podendo ser usado pelos formuladores de políticas para ajustar as políticas atuais e desenvolver programas para reduzir a migração na agricultura e pesca artesanal e, então superar os impasses à reprodução social. Neste tocante, infere-se ainda que, apesar de existirem políticas públicas direcionadas a esses públicos, elas não estão conseguindo chegar e serem efetivadas nesses municípios. A implementação eficaz delas favoreceria a melhoria na qualidade de vida para que esses produtores quisessem permanecer no campo.

Por fim, conclui-se que, este estudo possibilitou identificar os fatores determinantes que podem facilitar ou dificultar a sucessão geracional nestes municípios do Pará, embora necessitem ser observadas limitações, pois essas conclusões não podem ser generalizadas para todas as unidades produtivas rurais neste estado como um todo. Sugere-se, então, que mais investigações sejam realizadas em outras regiões do estado, ou em outros estados brasileiros, tendo em vista a grande relevância dessas atividades para a economia nacional.

APÊNDICES

APÊNDICES I – Questionário destinado à coleta de dados para analisar os aspectos relacionados à sucessão rural, na percepção dos genitores.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA	
<p>Este questionário é a ferramenta de coleta de dados para a investigação que irá fundamentar um artigo que constituirá parte da Tese de Doutorado da discente Elideth Pacheco Monteiro, no programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (PgAgro/Ufra). Esta pesquisa tem a finalidade de coletar dados para analisar os aspectos relacionados à sucessão rural, na percepção dos pais, agricultores ou pescadores artesanais residentes nos municípios de Viseu, Bragança e Augusto Corrêa, estado do Pará, dada a importância da sucessão familiar para o desenvolvimento rural. As respostas serão tratadas de forma confidencial e os dados serão relatados de forma agregada. As informações serão codificadas e as identidades permanecerão anônimas. Agradecemos sua participação.</p>		
<p>Nº: _____ Local da entrevista: _____ Data: ___/___/___</p>		

Parte I – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome do entrevistado: _____
2. Sexo: () feminino () masculino
3. Idade: _____
4. Estado civil: () solteiro () casado () união estável
5. Grau de escolaridade: () Analfabeto () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Médio Incompleto () Médio Completo () Superior Incompleto () Superior Completo
6. Quantas pessoas residem na unidade de produção?
() 2 a 3 pessoas () 3 a 4 pessoas () > 4 pessoas
7. Qual sua profissão? () agricultor () pescador
8. Há quanto tempo o(a) senhor(a) está produzindo alimentos? _____
9. Com quem aprendeu o ofício?
() pai/mãe () avô () vizinho () esposo (a) () só
() tio () irmão () amigo () sogro (a)
10. O que motivou o(a) senhor(a) a seguir essa profissão? _____
11. Quantas horas do dia você se dedica ao trabalho por dia?
() De 4h A 6h
() De 6h A 8h
() De 8h A 10h
() De 10h A 12h
() >12h
12. Qual tipo de atividade complementar você desenvolve?
() Agricultura () Pesca () Pecuária () Fruticultura

Piscicultura Avicultura; outro _____

13. Qual o destino principal da produção familiar?

Subsistência direta ao consumidor através de intermediário integrada a cooperativas por meio de associação de produtores outras: _____

14. Em qual faixa etária salarial você se encaixa?

- Até um salário-mínimo
 De 1 a 2 salários-mínimos
 De 2 a 3 salários-mínimos
 > de 3 salários-mínimos

15. Possui outras fontes de renda adicional fora da propriedade?

- Não possui outra fonte de renda
 Aposentadoria
 Programas do governo (Bolsa família, vale gás etc.)
 Cargo municipal ou afins
 Arrendamento
 Outra forma:

16. Quantas pessoas trabalham na sua unidade produtiva?

- Não possuímos trabalhadores rurais
 Até 5 pessoas
 Até 10 pessoas
 De 11 pessoas a 15 pessoas
 Acima de 15 pessoas

17. Como é feita a divisão das rendas agrícolas?

- O pai concentra os lucros.
 A mãe centraliza os rendimentos.
 O pai e a mãe juntos concentram os rendimentos.
 Os filhos (as) centralizam os rendimentos.
 A renda é dividida entre todos os que trabalham.
 Cada um fica com o que ganha.
 Outra forma:

18. Sua família é proprietária dos meios de produção em que trabalha?

- Sim Não

19. Há quanto tempo você possui? _____

20. Como adquiriram?

- Herança Matrimônio Arrendado
 Doador Comprado Outros: _____

21. Diante da oportunidade você venderia ou arrendaria seus meios de produção?

- Sim Não

22. Você pretende ficar na área rural enquanto puder trabalhar?

- Sim Não Talvez

23. Você tem filhos? Se sim, quantos? _____

24. Destes, quantos trabalham nas atividades agrícolas? _____

25. Algum filho seu mora em outro estado? () Sim () Não
26. Caso sim, em qual estado? _____
27. Você já ouviu falar em sucessão familiar? () Sim () Não
28. Já recebeu alguma orientação sobre sucessão familiar na propriedade? () Sim () Não
29. Caso sim, de qual órgão? _____
30. A sucessão é discutida na sua casa?
() Sim () Não
31. Qual sua opinião com relação a sucessão?
() muito importante - por se tratar de uma atividade significativa na economia
() pouco relevante – meus filhos merecem oportunidades melhores
32. Você pretende realizar a sucessão ainda em vida?
() Sim () Não
33. Você deseja que algum filho seu siga sua profissão de agricultor e/ou pescador e em mantenha seus estabelecimentos rurais?
() Sim () Não () Talvez
34. Você está preparando algum filho para dar sequência ao negócio da família?
() Sim () Não () Talvez
35. Você acha que tem algum filho seu que deseja permanecer no negócio da família?
() Sim () Não () Talvez
36. Você já conseguiu definir um sucessor?
() Sim () Não () Talvez
37. Que frase mais se aproxima do que você pensa sobre o futuro do negócio nas mãos do seu filho(a).
() é livre para fazer o que bem entender.
() tem que prezar pelo que construímos e não se desfazer.
38. Na sua percepção qual motivo facilitaria seu filho a querer permanecerem no meio rural?
() Possibilidade de ser dono do seu próprio negócio
() Rendimento financeiro das atividades rurais
() Gostar do meio rural
() Qualidade da vida no campo
() Incentivo dos pais e familiares para a continuidade das atividades rurais
() Menor custo de vida

APÊNDICE II – Termo de consentimento destinado as jovens e pais envolvidos em atividades agrícolas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). E você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum.

A pesquisa será realizada por meio deste questionário que irá fundamentará alguns artigos que constituirão a Tese de Doutorado da discente, Elideth Pacheco Monteiro, pertencente ao programa de Pós-Graduação em Agronomia, da Universidade Federal Rural da Amazônia (PgAgro/Ufra).

Esta pesquisa tem a finalidade de coletar dados para examinar os fatores que interferem na sucessão geracional sob a percepção de pais e filhos envolvidos em atividades como a pesca e agricultura, residentes nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, estado do Pará, dada a importância da sucessão agrícola para o desenvolvimento rural da Região Bragantina.

As respostas serão tratadas de forma confidencial e os dados serão relatados de forma agregada. As informações serão codificadas e as identidades permanecerão anônimas.

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo.

Assinatura do participante

APÊNDICE III – Questionário destinado a verificar os fatores que influenciam a decisão de potenciais sucessores de permanecer e administrar o negócio familiar.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA	
<p>Este questionário é a ferramenta de coleta de dados para a investigação que irá fundamentar um artigo que constituirá parte da Tese de Doutorado da discente Elideth Pacheco Monteiro, no programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (PgAgro/Ufra). Esta pesquisa tem a finalidade de identificar os fatores que influenciam a decisão de potenciais sucessores de permanecer e administrar o negócio familiar, ou não, em especial, jovens filhos de agricultores e pescadores residentes nos municípios de Viseu, Bragança e Augusto Corrêa, estado do Pará, dada a importância da sucessão familiar para o desenvolvimento rural. As respostas serão tratadas de forma confidencial e os dados serão relatados de forma agregada. As informações serão codificadas e as identidades permanecerão anônimas.</p> <p>Agradecemos sua participação.</p>		
<p>Nº: _____ Local da entrevista: _____ Data: __/__/__</p>		

Parte I – CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome do entrevistado: _____

2. Sexo: () feminino () masculino

3. Idade: _____

4. Estado civil: () solteiro () casado () namorando () união estável

5. Você tem filhos? () Sim () Não

6. Se sim, quantos? _____

7. Grau de escolaridade:

() Analfabeto () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo

() Médio Incompleto () Médio Completo () Superior Incompleto

() Superior Completo () Pós graduação

8. Quantas pessoas residem em sua casa?

() Mora só () 2 a 3 pessoas () Mais de 4 pessoas

9. Quantos irmãos você possui? () apenas 1 () 2 a 3 () Mais de 4

10. Você está estudando atualmente? () Sim () Não

11. Seus pais te incentivam a dar continuidade nos estudos:

() Sim () Não

12. Você tem pretensão em fazer um curso superior:

() Sim () Não () Talvez

13. Caso sim, seria algo voltado para o campo.
() Sim () Não () Talvez
14. Você tem pretensão em voltar para o campo ao término do seu curso:
() Sim () Não () Talvez
15. Em qual área? _____
16. Você já teve oportunidade de fazer algum curso de capacitação?
() Sim () Não
17. Você recebe ou já recebeu algum auxílio à assistência técnica na propriedade?
() Sim () Não
18. Você recebe ou já recebeu algum financiamento bancário, tipo Pronaf Jovem?
() Sim () Não
19. Acha que a presença de assistência técnica e financiamentos bancários facilitariam sua permanência na atividade?
() Sim () Não () Talvez
20. Você tem emprego formal? () sim () não
21. Que outras fontes de renda adicional possuem fora da propriedade?
() Não possui outra fonte de renda
() Aposentadoria dos pais ou avós
() Programas do governo (Bolsa família, vale gás etc.)
() Funcionário público
() Outros
22. Você recebe algum pagamento pelas atividades realizadas na propriedade
() Sim () Não
23. Em que você gasta o dinheiro recebido pelo trabalho agrícola?
() Compro bens de uso pessoal
() Compro ou pago bem de consumo durável
() Estou guardando.
() Gasto com necessidades básicas
() outros _____
24. Que frase mais se aproxima do que você pensa sobre o trabalho familiar agrícola.
() Não traz retorno financeiro só prejuízo.
() Permite ter independência financeira.
() Trabalho pesado e sem direito a descanso.
() Traz satisfação ver crescer o fruto do próprio trabalho.
() Não é valorizado pela sociedade.
() Trabalho digno, importante para a sociedade.
25. Como você avalia o modo de vida dos seus pais no campo?
() péssimo () ruim () regular () bom () ótimo
26. Você gostaria de viver do mesmo modo de vida dos seus pais?
() Sim () Não () Talvez
27. O quanto você gosta do trabalho agrícola? () muito () mais ou menos () não gosto

28. Você tem “voz” para coordenar algumas atividades ou opinar sobre elas.

Sim Não Talvez

29. A família aborda o tema de sucessão familiar na propriedade.

aborda
 nunca abordou
 aborda esporadicamente

30. Seus pais te influenciam na decisão acerca da sucessão das unidades de produção

Sim Não

31. O incentivo dos seus pais poderia aumentar a probabilidade de você querer permanecerem no negócio da família?

Sim Não Talvez

32. Você acha que o maior diálogo e envolvimento seu sobre as atividades agrícolas facilitariam você a ficar no campo?

Sim Não Talvez

33. Você pretende suceder seu pai na gestão da propriedade agrícola familiar?

Sim Não Talvez

34.1 Quais fatores facilitaria você permanecer no campo?

Valorização das tradições familiares Orgulho em ser agricultor/pescador
 Receber remuneração pela atividade Alimentação e moradia barata no campo
 Políticas públicas, incentivo de órgãos privados e cooperativa
 Maior diálogo com os pais

34.2 Quais fatores motivam você a querer sair do campo?



Dificuldades e incertezas das atividades agrícolas
 Renda insatisfatória
 Escassez quanto a condições de estudo
 Desvalorização da atividade
 Lazer, acesso à internet
 Penosidade do trabalho agrícola
 Escassez de políticas públicas
 condições infraestruturais do meio rural e das propriedades
 escassez de projetos de incentivo aos jovens;
 Deficiência na oferta dos serviços de saúde

35. Caso surgisse a oportunidade você migraria para outro lugar?

Sim Não Talvez

36. Caso sim, para onde? _____

APÊNDICE IV – Questionário à verificar os fatores que impulsionam e atraem a renovação das gerações, destacando o papel da mulher nas atividades agrícolas.

	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA	
<p>Este questionário é a ferramenta de coleta de dados para a investigação que irá fundamentar um artigo que servirá de instrumento de avaliação na disciplina Pesquisa Orientada, cursada no programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (PgAgro/Ufra). Esta pesquisa tem a finalidade de colher dados para examinar os fatores que impulsionam e atraem a renovação das gerações, em particular, destacando o papel da mulher nas atividades agrícolas e na pesca artesanal nos municípios de Viseu, Augusto Corrêa e Bragança, estado do Pará, dada a importância da sucessão familiar para o desenvolvimento rural. As respostas serão tratadas de forma confidencial e os dados serão relatados de forma agregada. As informações serão codificadas e as identidades permanecerão anônimas.</p> <p>Agradecemos sua participação.</p>		
<p>Nº: _____ Local da entrevista: _____ Data: ___/___/___</p>		

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome do entrevistado: _____
2. Idade: _____
- 3 Estado civil: () solteiro () casado
4. Grau de escolaridade: () Analfabeto () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Médio Incompleto () Médio Completo () Superior Incompleto () Superior Completo () Pós graduação.
5. Possui filhos? () sim () não
6. Quantas pessoas moram em sua residência? () Até 4 pessoas () Mais de 5 pessoas
7. Você percebe divisão de tarefas entre você e seus irmãos? () sim () não
8. Teus pais a incentivam a executar quais tarefas?

APÊNDICE V – Termo de consentimento destinado as jovens mulheres nas atividades agrícolas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). E você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum.

A pesquisa será realizada por meio deste questionário que irá fundamentar um artigo que servirá de instrumento de avaliação na disciplina Pesquisa Orientada, cursada no programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (PgAgro/Ufra).

Esta pesquisa tem a finalidade de colher dados para examinar os fatores que impulsionam e atraem a renovação das gerações, em particular, destacando o papel das jovens mulheres nas atividades relacionadas a agricultura e na pesca artesanal nos municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, estado do Pará, dada a importância da sucessão familiar para o desenvolvimento rural da Região Bragantina.

As respostas serão tratadas de forma confidencial e os dados serão relatados de forma agregada. As informações serão codificadas e as identidades permanecerão anônimas.

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo.

Assinatura do participante